

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM REDE NACIONAL EM GESTÃO E  
REGULAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS – PROFÁGUA

ADRIANE OLIVEIRA SANTOS BARBOSA

**PLANEJAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS: ANÁLISE DA QUALIDADE  
DEMOCRÁTICA COM FOCO NA DIVERSIDADE DOS PARTICIPANTES**

Vitória, 2019

ADRIANE OLIVEIRA SANTOS BARBOSA

**PLANEJAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS: ANÁLISE DA QUALIDADE  
DEMOCRÁTICA COM FOCO NA DIVERSIDADE DOS PARTICIPANTES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos do Centro Tecnológico da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do Grau de Mestre em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos. Área de concentração: Regulação e Governança dos Recursos Hídricos.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Desirée Cipriano Rabelo.

VITÓRIA, 2019

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

---

B238p      Barbosa, Adriane Oliveira Santos, 1980-  
Planejamento dos Recursos Hídricos: análise da qualidade democrática com foco na diversidade dos participantes /  
Adriane Oliveira Santos Barbosa. - 2019.  
230 f.: il.

Orientadora: Desirée Cipriano Rabelo.  
Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos em Rede) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro Tecnológico.

1. Planos e Enquadramentos de Recursos Hídricos. 2. Participação Cidadã na Gestão dos Recursos Hídricos. 3. Bacia do Rio Santa Maria da Vitória. 4. Bacia do Rio Jucu. 5. Qualidade Democrática dos Processos Participativos. I. Rabelo, Desirée Cipriano. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro Tecnológico. III. Título.

CDU: 628

---

ADRIANE OLIVEIRA SANTOS BARBOSA

**Planejamento dos recursos hídricos: análise da qualidade democrática com foco na diversidade dos participantes**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos do Centro Tecnológico da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do Grau de Mestre em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos, na área de concentração de Regulação e Governança dos Recursos Hídricos.

Aprovado em 21 de janeiro de 2019

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Desirée Cipriano Rabelo  
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES  
Orientadora

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Fátima Kzam  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ  
Examinador Externo

---

Dr.<sup>a</sup>. Mônica Amorim Gonçalves  
Analista Ambiental de Recursos Hídricos (AGERH)  
Examinador Interno

Dedico ao maior líder e pedagogo da história da humanidade, Jesus Cristo, mestre dos mestres, que na simplicidade nos ensinou que a melhor forma de educar é através do amor incondicional ao próximo.

Autor desconhecido

Esta pesquisa foi desenvolvida com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001; em parceria com o Programa de Mestrado Profissional em Rede Nacional em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos - ProfÁgua, Projeto CAPES/ANA AUXPE Nº. 2717/2015.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, por ter me proporcionado saúde e força para superar as muitas dificuldades encontradas ao longo do curso;

À Universidade Federal do Espírito Santo, em especial ao corpo docente, direção e administração do Mestrado em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos do Centro Tecnológico, que oportunizaram a janela que hoje vislumbro.

À minha orientadora, Desirée Cipriano Rabelo, pelo apoio, dedicação, amizade e conselhos preciosos que me foram concedidos durante todo o processo de construção da pesquisa;

Às avaliadoras da banca, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Fátima Kzam e Dr<sup>a</sup>. Mônica Amorim Gonçalves, pelo aceite, interesse e disponibilidade.

Aos avaliadores da banca de qualificação, Prof. Dr. José Carlos Machado Saldanha e ao Prof. Paulo Renato Paim, pelas contribuições e orientações que foram essenciais para o término da pesquisa;

À Andrea Alves, que gentilmente contribuiu com leituras críticas e com ponderações importantes na revisão e organização final da pesquisa;

Ao meu filho, Gabriel de Oliveira Santos Barbosa, ao meu esposo, Marcos Roberto Barbosa, pela compreensão e apoio incondicional;

À minha família, sem a qual eu não poderia ter concluído essa etapa, pelo carinho e pelo amor de sempre;

À Ana Paula Bissoli e Simone Fernandes por tornarem amigas/irmãs e companheiras ao longo do curso;

Aos meus amigos de cursos deixo aqui minha gratidão, pois foram eles que fizeram com que eu seguisse sempre de cabeça erguida;

A todos que diretamente ou indiretamente fizeram parte da minha formação:  
sintam-se reconhecidos e abraçados.

## RESUMO

Este estudo parte de um dos grandes desafios do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH): promover a participação social, em especial da sociedade civil e dos usuários do SINGREH, na elaboração de planos de bacias. O objetivo geral foi analisar a qualidade democrática dos processos de planejamento de recursos hídricos em relação aos atores e segmentos participantes. Tomamos como objeto de análise o processo de elaboração do Enquadramento dos Corpos de Água e do Plano de Recursos Hídricos (PRH) das bacias dos rios Jucu e Santa Maria da Vitória (SMV), no Estado do Espírito Santo (Brasil). A análise da qualidade democrática desse processo participativo centrou-se no critério “diversidade dos participantes”. Como base, além dos autores que abordam a democracia participativa no Brasil, na perspectiva da partilha do poder, o estudo também se baseou nos fundamentos da lei nº 9.433/1997, que instituiu a Política Nacional dos Recursos Hídricos (PNRH); as resoluções do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), que tratam de Enquadramento e PRH; as recomendações dos organismos internacionais; e os elementos da qualidade democrática dos processos participativos. Trata-se de uma pesquisa qualitativa desenvolvida por meio de estudos bibliográficos e análises de documentos relativos ao processo em perspectiva, além de entrevistas com atores estratégicos que acompanharam o processo. A pesquisa concluiu que o mapeamento participativo dos atores estratégicos das bacias e o plano de mobilização social não garantiram as presenças esperadas, nem sequer os membros dos comitês foram assíduos nos vários eventos. Como resultado, observou-se esvaziamento nas reuniões públicas, além da baixa representatividade – especialmente nos segmentos dos usuários e das comunidades. No geral, houve a dispersão dos participantes e desinteresse da população. As ausências e a pouca representatividade dos atores estratégicos da bacia colocam em questão a própria essência de um plano de recursos hídricos: a construção de um pacto coletivo em torno da gestão da água. Verifica-se a necessidade de intensificar os processos de mobilização social e de aprendizagem técnico-social para os gestores, técnicos e comitês de bacia, e também para a própria sociedade, para que todos se sintam devidamente responsáveis pela gestão dos recursos hídricos.

**Palavras-chaves:** Planos e Enquadramentos de Recursos Hídricos, Bacia do Rio SMV, Bacia do Rio Jucu, Qualidade democrática dos processos participativos.

## ABSTRACT

This study begins from one of the great challenges of the National System of Water Resources Management (*Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos* - SINGREH), to promote social participation, especially of the civil society and of the users of the SINGREH, in the elaboration of basin plans. The general objective of this work was to analyze the democratic quality of the water resources planning processes in relation to the participating actors and segments. The object of analysis was the elaboration process of the Framing of Water Bodies and the Water Resources Plan in the water basins of the "Jucu" and "Santa Maria da Vitória" rivers in Espírito Santo state, Brazil. The analysis of the democratic quality of this participatory process focused on the criterion "diversity of participants". In addition to the authors who approach participatory democracy in Brazil in the perspective of power sharing, this study was also based on the foundations of Law 9.433/1997, which instituted the Water Resources National Policy; the resolutions of the Water Resources National Council, which deals with Framing of Water Bodies and Water Resources Plan; the recommendations of international organizations; and the elements of the democratic quality of participatory processes. This is a qualitative research developed through bibliographical studies and analysis of documents related to the process in perspective, and also through interviews with strategic actors that followed the process. The research concluded that the participatory mapping of basin strategic actors and the social mobilization plan did not guarantee the expected attendances, not even the members of the committees attended the various events. As a result, emptying of public meetings, as well as low representation, especially of users and communities, were observed. In general, there was the dispersion of the participants and the lack of interest of the population. The absences and the lack of representativeness of the strategic actors of the basin call into question the very essence of a water resources plan: the construction of a collective pact on water management. The need to intensify processes of social mobilization and of social and technical learning for managers, technicians, basin committees, and for society itself is thus verified, so that everyone feels properly responsible for the water resources management. We hope to contribute to the improvement of the democratic quality of the participatory processes of water resources planning through this work.

**Key-words:** Plans and Framing of Water Resources, SMV River Basin. Jucu River Basin. Democratic quality of participatory processes.

## **CONTRIBUIÇÕES PARA O SINGREH - SÍNTESE**

A PNRH define que a gestão dos recursos hídricos deve ser democrática, descentralizada e com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades locais (BRASIL, 1997). Mas para que essa proposta se concretize, deparamo-nos com um dos grandes desafios do SINGREH<sup>1</sup>: promover a participação social, em especial da sociedade civil e dos usuários, na elaboração de planos de bacias. Mas ainda prevalecem assimetrias que travam a qualidade democrática na gestão hídrica. Acreditamos que o caminho mais viável para superar esses desafios seja intensificar a mobilização social e munir os atores sociais de conhecimentos e informações. Desenvolver propostas de capacitações que valorizem a identidade, os conhecimentos e a relação que a comunidade preserva com os usos da água. Propomos que a capacitação dos atores envolvidos com as questões da água contemple uma formação em valores voltados para a construção da consciência de direitos, deveres e para o exercício da democracia.

**Palavras-chave:** PNRH, SINGREH, Participação, Aprendizagem Social e Coletiva.

---

<sup>1</sup> Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh)

## **CONTRIBUTIONS TO THE SINGREH**

The PNRH defines that the management of water resources must be democratic, decentralized and with the participation of public power, users and local communities (BRASIL, 1997). But for this proposal to materialize, we face one of the great challenges of SINGREH<sup>2</sup>: to promote social participation, especially of civil society and users, in the elaboration of basin plans. But asymmetries that block democratic quality in water management still prevail. We believe that the most viable way to overcome these challenges is to intensify social mobilization and provide social actors with knowledge and information. Develop training proposals that value the identity, knowledge and the relationship that the community preserves with the uses of water. We propose that the training of stakeholders involved in water issues should include training in values aimed at building awareness of rights, duties and the exercise of democracy.

Keywords: PNRH, SINGREH, Participation, Social and Collective Learning.

---

<sup>2</sup> National water resources management system (SINGREH).

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Índice de Desenvolvimento Humano Municipal .....	78
<b>Quadro 2:</b> Composição dos CBHs SMV e Jucu .....	83
<b>Quadro 3:</b> Composição das diretorias dos CBHs SMV e Jucu .....	85
<b>Quadro 4:</b> Caracterização dos espaços participativos.....	92
<b>Quadro 5:</b> Espaços participativos na elaboração dos instrumentos de planejamento das bacias dos rios Santa Maria da Vitória e Jucu .....	94
<b>Quadro 6:</b> Comparativo dos eventos previstos e realizados.....	96
<b>Quadro 7:</b> Reuniões públicas com comprovação de listas de frequência das bacias dos rios Jucu e SMV.....	105
<b>Quadro 8:</b> Lista dos potenciais parceiras dos Comitês em âmbito Federal.....	107
<b>Quadro 9:</b> Lista dos atores estratégicos estadual.....	109
<b>Quadro 10:</b> Atores estratégicos previstos x atores efetivos.....	112
<b>Quadro 11:</b> participação dos membros dos comitês durante as reuniões públicas .	128
<b>Quadro 12:</b> participação dos membros dos comitês durante as reuniões públicas.	134

## FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Localização das Bacias Hidrográficas (BH) dos rios Santa Maria da Vitória e Jucu/ES .....	77
<b>Figura 2:</b> Mapas das UGRHs do Espírito Santo. ....	91
<b>Figura 3:</b> Atores estratégicos esperados x atores efetivos .....	121

## LISTA DE SIGLAS

AAGFRP – Associação dos Agricultores Familiares de Rio Plantoja

AART – Associação dos Agricultores Familiares de Rio Taquara

AAVISA – Associação dos Agricultores e Viveiristas de Santo Antônio

ABAPA – Associação dos Amigos dos Passos de Anchieta

ACAPEMA – Associação Capixaba de Proteção ao Meio Ambiente

ACRP – Associação Comunitária do Rio da Prata

ACURBE – Associação Cultural e Recreativa de São Sebastião de Belém

ADEMAC – Agência de Desenvolvimento Ambiental Capixaba

AGRITICAL – Associação dos Agricultores de Tirol e Califórnia

AGRORIOS – Associação dos Agricultores de Barracão do Rio Posmoser, Rio Cristal, Rio Plantoja, Rio Aparecida, Rio Veado e Rio Posmoser

AGROTIROL – Associação dos Agricultores do Tirol

AGRO-UNI – Associação dos Agricultores Rurais de Recreio, São José do Rio Claro, Alto Recreio, Santa Luzia, Rio Nove e Rio Bonito

AHBPA – Associação dos Herdeiros do Benvindo Pereira dos Anjos – Retiro Alto Pena e Barra do Pena

AMABARRA – Associação de Meio Ambiente da Barra do Jucu

AMAF-BELÉM – Associação de Moradores, Agricultores, Familiares e Proprietários de São Sebastião do Belém e Rio das Pedras

AMAF-G – Associação dos Moradores e Agricultores do Garrafão

AMPA – Associação dos Moradores de Ponto Alto

ANA – Agência Nacional de Águas

ANAMMA – Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente

APAC – Associação dos Produtores Agrícolas de Caramuru

APEAEFA – Associação de Pais e Alunos da Escola Família Agrícola de Alto Santa Maria

APEAEFA – Associação de Pais e Alunos da Escola Família Agrícola de São João do Garrafão

APPA – Associação de Produtores de Pedra Azul

APPA-SJG – Associação dos Pequenos Produtores Agrícolas de São João do Garrafão

APROMEF – Associação dos Produtores Rurais de Rio do Meio e Fumaça  
APROVISTA – Associação de Produtores de Boa Vista  
APRUMEL – Associação dos Produtores Rurais de Meio Léguas  
APRUPI – Associação dos Produtores Rurais de Piapitangui  
ARRENG – Associação Representativa da Região Norte de Guarapari  
ASEVILA – Associação dos Empresários de Vila Velha  
ASPACAV – Associação dos Produtores Agrícola de Campo Verde – Assentamento Santa Clara  
AURHES – Associação dos Usuários de Recursos Hídricos do ES  
CAOA-MP – Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente  
CBH – Comitês de Bacias Hidrográficas  
CERH – Conselho Estadual de Recursos Hídricos  
CESAN – Companhia Espiritosantense de Saneamento  
CF – Constituição Federal  
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
CNRH – Conselho Nacional de Recursos Hídricos  
CNUMAD – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento  
COOPRAM – Cooperativa de Empreendedores Individuais de Domingos Martins  
COREES – FUNASA-Superintendência Estadual Regional da Saúde no ES  
CRA – Conselho Regional de Administração  
CRBio – Conselho Regional de Biologia do Estado do Espírito Santo  
CREA – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia  
CVRD – Companhia Vale do Rio Doce  
DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral  
DQA – Diretiva-Quadro da Água  
DRH – Diretoria de Recursos Hídricos  
ECOS – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Socioambiental  
FAMOPES – Federação das Associações de Moradores e Movimentos Populares  
FAPES – Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo  
FUNAI – Fundação Nacional do Índio  
GRH – Gerência de Recursos Hídricos  
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBDM – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento da Defesa Civil e do Meio Ambiente  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IBIO – Instituto da Biodiversidade  
IDAF – Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo  
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal  
IDURB – Instituto de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Espírito Santo  
IEMA – Instituto Estadual de Meio Ambiente  
IEST – Instituto Brasileiro de Estudos, Pesquisas, Projetos e Gestão para a Educação e Segurança do Trânsito  
IFES – Instituto Federal do Espírito Santo  
IJSN – Instituto Jones dos Santos Neves  
IMADESA – Instituto Marca de Desenvolvimento Socioambiental  
INCAPER – Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
IPEA – Instituto de Pesquisa e Econômica Aplicada  
LABGEST – Laboratório de Gestão de Recursos Hídricos e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Espírito Santo  
MMA – Ministério do Meio Ambiente  
OCDE – Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico  
OIDP – Observatório Internacional de Democracia Participativa  
ONU – Conferência das Nações Unidas  
PCJ – Piracicaba, Capivarí e Jundiaí  
PIRH – Plano Integrado de Recursos Hídricos  
PNPS – Política Nacional de Participação Social  
PNRH – Política Nacional de Recursos Hídricos  
PRH – Planos de Recursos Hídricos  
PRUPEV – Associação de Produtores Rurais de Peixe Verde  
RGM – Roteiro Geral Metodológico Termo de Referência (TdR)  
RMGV – Região Metropolitana da Grande Vitória  
SEAG – Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca  
SEAMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos  
SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas  
SECT – Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia

SEDES – Secretaria de Estado de Desenvolvimento

SEDURB – Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano

SEDU – Secretaria de Estado da Educação

SESA – Secretaria de Estado da Saúde

SINGREH – Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TICs – Tecnologias da informação e comunicação

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UGRH – Unidade de Gestão de Recursos Hídricos

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura

WWAP – World Water Assessment Programme

WWC – World Water Council

## SUMÁRIO

<b>1.INTRODUÇÃO.....</b>	<b>21</b>
<b>2.OBJETIVOS.....</b>	<b>39</b>
2.1 Objetivo Geral .....	39
2.2. Objetivo Específicos .....	39
<b>3. METODOLOGIA .....</b>	<b>40</b>
<b>4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....</b>	<b>48</b>
4.1. Participação – diferentes concepções e práticas .....	48
4.2. Representação na perspectiva da participação democrática .....	52
4.3. Ampliação da participação no contexto mundial e no Brasil .....	53
4.4. Gestão participativa dos recursos hídricos: recomendações das conferências sobre meio ambiente e água .....	59
4.5. Participação social na política nacional de recursos hídricos.....	63
4.6. Identificando os atores sociais na gestão participativa dos recursos hídricos....	67
<b>5.RESULTADOS E DISCUSSÕES (I).....</b>	<b>75</b>
5.1 Enquadramento de corpos de água e plano de recursos hídricos dos rios Santa Maria da Vitória e Jucu – antecedentes e evolução.....	75
5.1.1 As bacias hidrográficas dos rios Santa Maria da Vitória e Jucu – delimitação e caracterização.....	76
5.1.2 Criação dos cbhs dos rios Santa Maria da Vitória e Jucu.....	80
5.1.3 Elaboração do enquadramento e prh dos rios Santa Maria da Vitória e Jucu – origem edesenvolvimento.....	86
<b>6. RESULTADOS E DISCUSSÕES (II).....</b>	<b>98</b>
6.1. Atores potenciais – o mapeamento e seus resultados	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
6.2. Assiduidade: ausências e presenças irregulares .....	120
6.3. Ausência dos atores vulneráveis ou grupos sub-representados .....	123
6.4. Presença dos membros dos comitês nas reuniões públicas.....	126
6.5. Presença de convidados e ouvintes nas reuniões públicas .....	132
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES.....</b>	<b>136</b>
<b>8. RECOMENDAÇÕES PARA O SINGREH.....</b>	<b>140</b>

<b>9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>1422</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>156</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>165</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A globalização e as transformações sociais, econômicas e ambientais ocorridas no século XX impactaram também o Estado. As estruturas tradicionais da democracia representativa tornaram-se insuficientes para atender aos anseios sociais (ALVES, 2015). Assim, era preciso uma nova política, capaz de atender as demandas de uma sociedade emergida das grandes mudanças ocorridas ao longo do século em questão (SUBIRATS, 2011). As alterações na matriz sociopolítica demandaram a implementação de políticas públicas norteadas pela participação cidadã, que passou a questionar a centralidade do papel estatal. Os fatores que impulsionaram tais modificações se deram na medida em que os instrumentos de gestão de políticas públicas focados em âmbito setorial, com aporte jurídico, imposições, centralizações e predominância da burocracia, não tinham mais suporte para atender às demandas da sociedade na sua coletividade (ALVES, 2015).

No Brasil, os novos arranjos participativos foram reforçados a partir da Constituição Federal de 1988 (CF/88), conhecida como Constituição Cidadã, por ter incorporado em suas diretrizes a democracia participativa (DAGNINO, 2002). De fato, uma das inovações mais marcantes da CF/88 foi no novo sentido dado à participação, elevada ao patamar de valor fundamental da nova ordem jurídica que se estabelecia no país (IPEA, 2010). A aprovação da CF/88 foi resultado das forças sociais que tornaram institucional a gestão descentralizada e participativa do Estado. Entretanto, o fortalecimento da chamada participação cidadã também foi resultado do crescimento da força do neoliberalismo, que pressionou à modernização do Estado brasileiro contra a ineficiência e a burocracia (IPEA, 2010).

A descentralização ganhou um aspecto de dualidade, denominada por Dagnino (2002) como a “confluência perversa”: por um lado, houve um processo de alargamento da democracia, que se expressou na criação de espaços públicos e na crescente participação da sociedade civil nos processos de discussão e de tomada de decisão na elaboração de políticas públicas; por outro lado, a estratégia do Estado em implementar o ajuste neoliberal fez com que houvesse a emergência de um projeto de Estado mínimo, o que o isentou

progressivamente de seu papel de garantidor de direitos sociais, transferindo para a sociedade civil suas responsabilidades (DAGNINO, 2002).

No entanto, tendo como marco a CF/1988, considera-se que “desde então, em todos os níveis e áreas, se pôs em marcha a construção de um novo sistema de gestão que inclui os Conselhos, Orçamentos Participativos, Audiências Públicas, Ouvidorias, Processos Conferencistas, dentre outros fóruns participativos” (RABELO et al., 2013, p.191). Esse conjunto de fenômenos aponta na direção da presença de formas ampliadas de participação na democracia brasileira (IPEA, 2011). Não era mais possível negar os impactos socioambientais e tampouco excluir os diferentes atores do processo de tomada de decisões (WOLKMER; PIMENTEL, 2013). A gestão dos recursos hídricos, um dos eixos das políticas ambientais, também foi afetada por esse novo cenário (RABELO; TEIXEIRA; SPLUGA, 2013).

Desse modo, ao longo dessas mudanças, o uso e os direitos da água sofreram diversas modificações. Dentre os principais instrumentos legislativos que versam sobre o tema, a Lei Federal 9.433/1997 merece especial atenção, pois instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos - PNRH. Embora o novo modelo de governança<sup>3</sup> das águas já tivesse sido legalmente estabelecido pela CF/88, ele só se concretizou com a Lei nº. 9.433/ 1997.

A governança tem dentre seus princípios, o caráter participativo da gestão e o reconhecimento da diversidade de interesses em relação aos usos múltiplos da água – o que em outros termos significa afirmar a existência real ou potencial de conflitos (ANA, 2011a; ANA, 2013; ESPLUGA, SUBIRATS, 2008). A participação é, em si, um conceito e uma prática em disputa, e reflete a dinâmica de conflitos e contradições de um determinado momento histórico e de uma dada sociedade (SANTOS; SAITO, 2006).

---

<sup>3</sup>O conceito de governança é definido como uma nova geração de reformas administrativas do Estado, que têm como objetivo a ação conjunta, levada a efeito de forma eficaz, transparente e compartilhada pelo governo, empresas e sociedade civil. A governança é associada com a capacidade do Estado em formular e implementar suas políticas públicas (KISSLER; HEIDEMANN 2006).

A Lei das Águas, como também é conhecida, introduziu uma perspectiva de governança da água com base nos fundamentos e princípios internacionais discutidos nas décadas que a precederam, decorrente das mudanças de paradigmas relativas ao meio-ambiente global e da gestão democrática dos bens públicos (DOULA; FARIA e THEODORO, 2006); instituiu instrumentos de gestão de recursos hídricos e previu em seus fundamentos a participação cidadã; e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH, composto por várias instâncias colegiadas (BRASIL, 1997).

A PNRH representa um avanço na gestão da água no Brasil ao instituir a visão de planejamento descentralizado e participativo. Trouxe novos princípios para a gestão das águas: a água é um bem de domínio público (convocando diferentes segmentos da sociedade para atuação ativa nessa questão); a água é um recurso natural limitado e dotado de valor econômico (chamando atenção à vulnerabilidade social da água, rompendo práticas culturais ainda centralizadoras); o uso prioritário é o consumo humano e a dessedentação de animais; e a gestão deve atentar para o uso múltiplo da água – todas as demandas sociais pelo uso da água devem ser contempladas (DOULA; FARIA; THEODORO, 2006).

A bacia hidrográfica passou a ser considerada a unidade territorial para a implantação da PNRH e a atuação do SINGREH (art. 1º da Lei das Águas), podendo ser considerada como uma das maiores inovações como área de planejamento (BRASIL, 1997). No entanto, devemos nos atentar para além das questões hídricas da bacia, pois, é nesse território que se desenvolvem as diversas atividades econômicas, sociais, culturais, religiosas e simbólicas envolvendo os usos múltiplos da água (DOULA; FARIA; THEODORO, 2006).

Nesse novo arranjo institucional, destacam-se os comitês de bacias hidrográficas (CBHs), cujo papel principal é fazer a gestão dos usos da água de forma democrática e participativa (WOLMER; PIMMEL, 2013). Eles representam uma engenharia institucional que busca garantir espaços participativos, transparentes e pluralistas na perspectiva de sustentabilidade e justiça social, configurada pela articulação entre complexidade administrativa e democracia (JACOBI; BARBI, 2007).

De forma geral, são três os interesses que se expressam nas bacias: dos usuários diretos de recursos hídricos (sujeitos ou não à outorga de direito de uso); dos poderes públicos constituídos (municípios, estados e União) na implementação das diferentes políticas públicas; e das organizações civis na defesa dos interesses coletivos e com o olhar dos interesses difusos (ANA, 2011 a). Mas também o art. 39, § 3.º, I e II, da Lei 9.433/97 estabelece que os comitês cujos territórios abrangem terras indígenas, representantes da Fundação Nacional do Índio-FUNAI, devem ser incluídos como parte da representação da União e das comunidades indígenas ali residentes ou com interesse na bacia. Os comitês são espaços privilegiados onde se busca a conciliação dos diferentes interesses, das disputas e das construções coletivas para solucionar os conflitos e garantir os usos múltiplos da água em quantidade e qualidade para a atual e para as futuras gerações (ANA, 2011 a).

Ao distinguir os vários atores e segmentos e ao reconhecer a existência de diferentes interesses, valores e níveis de conhecimentos em relação à água, os desenhos e normas do SINGREH, possibilitam que discussões e decisões ocorridas nos conselhos de recursos hídricos e nos CBHs se aproximem das questões concretas que afetam o cotidiano das pessoas e comunidades. Por esses fatores, é importante garantir espaços participativos para todos os atores sociais, principalmente para grupos mais vulneráveis ou sub-representados, visando assegurar que todos os anseios sociais sejam tratados nos momentos das tomadas das decisões (ANA, 2013).

Interessa-nos discutir neste trabalho a participação social em dois instrumentos de gestão previstos na PNRH: Enquadramento de Corpos de Água em Classe e Planos de Recursos Hídricos-PRHs. Segundo a PNRH, os processos de elaboração e aprovação tanto do Enquadramento como quanto do PRH, além da ampla participação social, devem levar em conta os interesses sociais, econômicos, políticos e ambientais do território da bacia, a serem negociados e compromissados nos CBHs e nos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos-CERHs. Assim, ambos os instrumentos são estratégicos para a busca de soluções comuns e minimização de conflitos existentes (ANA, 2013).

Esses são instrumentos de planejamento e gestão de longo prazo e que ampliam as possibilidades do planejamento participativo com o envolvimento dos diversos atores sociais (PORTO; PORTO, 2008). A Resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH nº 91/2008 em seu artigo 3º determina que a proposta de Enquadramento deve ser elaborada em conformidade com o PRH, preferencialmente durante a sua elaboração. Ainda no mesmo artigo, parágrafo 2º estabelece que o processo de elaboração da proposta de Enquadramento dar-se-á com ampla participação da comunidade da bacia hidrográfica, por meio da realização de consulta públicas, encontros técnicos, oficinas de trabalho e outros (MMA,2008).

Na mesma perspectiva, a Resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH nº 145/2012) define diretrizes para a elaboração dos PRHs conforme seu Art. 6º

Os estudos elaborados referentes ao plano de Recursos Hídricos serão divulgados, em linguagem clara, apropriada e acessível a todos, pela entidade responsável pela sua elaboração. §1º A participação da sociedade em cada etapa de elaboração dar-se-á por meio de consultas públicas, encontros técnicos, oficina de trabalho ou quaisquer outros meios de comunicação, inclusive virtuais, que possibilitem a discussão das alternativas de solução dos problemas, fortalecendo a interação entre a equipe técnica, usuários da água, órgãos de governo e sociedade civil, de Educação Ambiental, Comunicação e Mobilização Social serão também empregadas nas etapas respectivas, de forma a contribuir com o plano de recursos Hídricos.

Os planos são elaborados tendo em vista a construção de cenários que levam em conta as perspectivas de desenvolvimento da região. Dessa forma, acabam por envolver assuntos que ultrapassam os limites da política de recursos hídricos. E por isso, demanda a integração dos vários aspectos que interferem no uso dos recursos hídricos e na proteção ambiental. Além disso, pressupõem a articulação e integração com o uso e ocupação do solo; com a gestão ambiental; com os sistemas estuarinos e zonas costeiras; e com as políticas ligadas aos setores usuários (energia, transporte, saneamento, agricultura, indústria, desenvolvimento, entre outras). Ainda, a gestão integrada das águas deve ser adequada às diversidades físicas, bióticas, demográficas, sociais e culturais das diversas regiões, e em nenhuma hipótese deve dissociar os aspectos de quantidade e qualidade das águas (ANA, 2013).

Desse modo, a forma de elaboração dos PRHs tem evoluído nos últimos anos, refletindo as tendências mundiais do planejamento mais participativo e sistêmico, presentes nos fundamentos, objetivos e diretrizes descritas na legislação de recursos hídricos vigentes. O processo de elaboração dos PRHs deve levar em conta, portanto, aspectos técnicos e políticos. AS diretrizes técnicas envolvem: desenvolver programas com foco em resultados; promover medidas preventivas; considerar princípios de sustentabilidade das obras hídricas; aprimorar os mecanismos de articulação com outros planos; fomentar o uso múltiplo e integrado dos recursos hídricos; implementar os instrumentos técnicos e institucionais; desenvolver tecnologia e capacitação de pessoal; persistir na descentralização, participação e integração da gestão; e considerar diversidades regionais e socioeconômicas (ANA, 2013).

As diretrizes políticas dos planos devem ser entendidas como um pacto coletivo, um instrumento de construção da visão de futuro dos diferentes atores envolvidos, e devem se concretizar como resposta a preocupações, anseios e expectativas da sociedade. É nessa perspectiva que se faz necessária a representatividade dos diferentes atores sociais ao estarem presentes durante os debates e deliberações, de forma a assegurar que todas as demandas pelos usos múltiplos da água sejam contempladas. Tais debates e deliberações devem ser vistos como um processo dinâmico, em que as negociações político-institucionais e a participação pública contribuem para sua estratégia de implementação, acompanhamento, monitoramento e revisão dos planos. Ou seja, é uma oportunidade de mobilização das forças sociais existentes na bacia e de exercício da capacidade de os atores se associarem para debater seus problemas e propor soluções (ANA, 2013).

Em termos quantitativos, no contexto nacional, de acordo com a ANA (2017), no final de 2016 foram elaborados 12 planos de bacias interestaduais aprovados, cobrindo uma área correspondente a 54% do território nacional, e 164 planos de bacias hidrográficas estaduais, em 17 unidades federativas. Outros 19 planos estaduais encontravam-se em processo de elaboração naquele ano em quatro unidades federativas: Espírito Santo, Bahia, Pernambuco e Paraná (ANA, 2017).

Os PRHs estaduais costumam focar em problemas mais específicos e bem definidos em função de seu menor recorte territorial. No Estado do Espírito Santo, em 2017, iniciou-se a elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos - PERH conforme a Lei Federal 9.433/97. O processo de elaboração do Plano Estadual estabelece o princípio da participação e da descentralização e prevê consultas públicas em três momentos distintos: etapa de diagnóstico, etapa de prognóstico, e etapa de apresentação do plano de ação. O plano consistirá de cinco produtos: Plano de Trabalho/Roteiro Metodológico; Diagnóstico; Prognóstico; Plano de Ação; e Documento Consolidado do Plano Estadual de Recursos Hídricos. A previsão de conclusão foi para o final do segundo semestre de 2018 (AGERH, acesso em 15 de julho de 2018).

No ano de 2018, no Estado do Espírito Santo, dos 14 CBHs, oito possuem PRHs concluídos, cinco estavam em construção com previsão de conclusão em 2018, e um está em processo de discussão a ser elaborado com recursos de condicionante ambiental do Estaleiro Jurong de Aracruz. Dos oito comitês que já possuem seus planos, dois foram objeto de estudo desta pesquisa: os CBHs do rio Santa Maria da Vitória - SMV e Jucu (AGERH, acesso em 15 de julho de 2018).

O Enquadramento de Corpos de Água em Classe – outro instrumento de planejamento previsto na PNRH – um dos instrumentos previstos na Lei das Águas e se caracteriza pela sua função de planejamento. A PNRH representa um avanço na gestão da água no Brasil ao instituir o enquadramento como da política para a integração de quantidade e qualidade da água (ANA, 2013). Segundo as Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA nº 357/2005, o Enquadramento representa o estabelecimento da meta de qualidade da água a ser alcançada ou mantida em um segmento de corpo de água de acordo com os usos pretendidos (ANA, 2013); e tem o importante papel de promover a conciliação necessária entre os diferentes setores da sociedade com seu caráter democrático e sua composição amplamente representativa (BRASIL, 2005).

O Enquadramento é um processo de planejamento que envolve metas a curto, médio e longo prazo do uso da água. As etapas de sua elaboração devem prever os benefícios socioeconômicos e ambientais, os custos e os prazos. É preciso, ainda, que os resultados

de cada etapa sejam divulgados e apresentados à sociedade na forma de audiências públicas (BRASIL, 2005).

No Brasil, entre as 27 Unidades da Federação, 17 assumiram o Enquadramento como um instrumento da Política Estadual de Recursos Hídricos - PERH, sendo que em 14 delas foi estabelecido que o instrumento fosse parte constituinte da política (ANA, 2017). Em 2016, 12 Unidades da Federação já possuíam atos normativos que enquadraram total ou parcialmente seus corpos d'água (ANA, 2017). Já no Estado do Espírito Santo, em 2018, em três bacias o processo de Enquadramento já havia sido concluído, outros cinco estavam em construção, e seis ainda estavam sem previsão para a elaboração (AGERH, 2018).

O Enquadramento e os PRHs servem de referência para outros dois instrumentos: a outorga e a cobrança pelo uso da água. Os PRHs, definidos no âmbito de comitês de bacias hidrográficas, constituem bons exemplos dos processos de negociação social. Da mesma maneira, a negociação que leva ao Enquadramento dos corpos hídricos permite uma melhor explicitação da relação entre usos da água e objetivos de qualidade pretendidos atrelados aos custos de investimento necessários para atingi-los (PORTO; PORTO, 2008).

Esses dois instrumentos possuem papel bastante significativo para a articulação com a gestão territorial, sendo esta uma das fronteiras de integração mais difíceis para a gestão de recursos hídricos. Por isso, deve-se haver discussões com a presença de todos os atores sociais, caso contrário, ficará comprometida a efetivação desses instrumentos, principalmente, no processo de elaboração do enquadramento, por tratar da água que se tem, da que se quer ter, e daquela almejada no futuro (PORTO; PORTO, 2008).

A aprovação do PRH é efetuada pelo CBH, atuante na área de abrangência do PRH, quando existente. O plano define regras para o uso da água como prioridade de outorga, condições de operação de reservatório, diretrizes e critérios de cobrança pelo uso da água, dentre outras. Os estudos técnicos e a proposição do enquadramento também podem ocorrer no contexto do plano de recursos hídricos (ANA, 2017).

No entanto, aparentemente positivos em termos quantitativos os processos de planejamento de recursos hídricos enfrentam desafios para obterem aprimoramento, conforme aponta estudos elaborados pela ANA (2017), OCDE (2015) e Lima (2014). Em geral, os planos aprovados são mal coordenados e têm fraca efetividade na prática, devido à falta de capacidade tanto de implementação quanto de financiamento. Como resultado, os planos “não passam de tigras de papel”, um exercício do tipo “pensamento positivo” ou “promessas a serem cumpridas por outros” (OCDE, 2015, p.85).

Os PRHs precisam de aprimoramentos para que tenham maior efetividade. “É inegável a relevância desse instrumento como orientador de ações de gestão para garantir água em qualidade e quantidade no território e ao longo do tempo. Porém, eles não têm sido muito eficazes pelos baixos índices de implementação” (ANA, 2017, p.169). Esses são apenas alguns dos aspectos que carecem de atenção se desejamos de fato aprimorar os processos participativos de elaboração dos planos de bacia.

Uma das lacunas nos processos de planejamento tem relação com a participação e a falta de pressão pela sua aplicação. Tanto os PRHs como o Enquadramento devem levar em conta os interesses sociais, econômicos, políticos e ambientais, que devem ser negociados com os atores que compõem os CBHs e conselhos de recursos hídricos (ANA, 2011a).

Nesse sentido, ainda que os planos de bacia no Brasil sejam uma realidade crescente – o que é positivo –, há uma demanda urgente por avaliações sobre impactos e efetividade dos processos participativos. Trata-se de uma questão que incide também sobre outras práticas participativas no Brasil (IPEA, 2010; 2011). É necessário que avaliações rigorosas sejam feitas sobre a qualidade da participação que ocorre no interior das Instituições Participativas – Ips, sobre o aspecto das discussões e deliberações voltadas para a construção das políticas públicas.

Há que se avaliar se durante o processo de elaboração do Enquadramento e PRH existe ou não a influência dos canais de cunho participativo, e sobre quais formas e lógicas os processos de representação são regidos. Faltam, também, conhecimentos sobre as

condições sob as quais esses processos ocorrem. Se por um lado não se deve pressupor que a existência de instituições participativas engendrará, naturalmente, práticas participativas – assim como a existência de procedimentos democráticos, como eleições regulares, não produzem de forma natural atitudes favoráveis à democracia ou valor predominantemente democráticos – por outro lado, a existência dessas instituições é uma condição indispensável para “democratizar-se a democracia” brasileira (IPEA, 2010, p. 566-567).

Nos processos de planejamento dos recursos hídricos de uma bacia hidrográfica, o envolvimento da sociedade é indispensável, conforme estabelece a Lei Federal 9.433/97. Não se trata de um fato isolado: as IPs<sup>4</sup>, como os conselhos gestores, orçamentos participativos, conferências públicas, entre outras, integram a gestão pública em todos os níveis (PIRES et al, 2011), construindo-se, assim, um tema central para estudiosos como Avritzer (2011), Avritzer e Pires (2008), Avritzer e Costa (2004), Dagnino (2002), Tatabiga (2003), entre outros. Trata-se de um debate urgente e atual:

O avanço desses experimentos de participação institucionalizada tem demandado um conjunto de análises para compreender a verdadeira natureza das práticas que ocorrem no interior destas instâncias, assim como as condições associadas à sua efetividade. A disseminação de instituições participativas no Brasil abre caminhos para as novas formas de participação, possibilitando que os cidadãos influenciem nos rumos das políticas públicas. Mas ainda se carece de avaliações rigorosas sobre o quanto os processos de planejamentos das políticas públicas são (ou podem ser) influenciados por canais de cunho participativo, e sobre quais formas e lógicas regem os processos de representação no interior das IPs (IPEA, 2010, p.566 - 567).

O desafio é avaliar se as IPs produzem impactos sobre a atuação de governos (IPEA, 2010; PIRES et al, 2011). Nesse sentido, dois pontos são considerados chaves:

a) A qualidade dos processos participativos é elemento fundamental para entendermos os efeitos e impactos produzidos por IPs; b) é necessário utilizar múltiplas perspectivas, enfoques, estratégias e técnicas de análise (desde estudos em profundidade sobre um único caso a estudos comparativos e de grandes

---

<sup>4</sup> O termo Instituições Participativas é assumido aqui no sentido atribuído por Avritzer (2008): “formas diferenciadas de incorporação de cidadãos e associações da sociedade civil na deliberação sobre políticas. A classificação considera três variáveis: iniciativa na proposição do desenho, organização da sociedade civil na área em questão e vontade política do governo em implementar a participação (PIRES 2008, p. 46).

amostras) para avaliar as dimensões de atuação e os variados resultados produzidos por IPs (PIRES et al., 2011, p. 361)

Ao discutir a participação nos processos de gestão, Tatabiga (2003, p.15) aponta que a identificação e discussão dos condicionantes da efetividade e da qualidade dos seus resultados têm animado a produção e os debates no âmbito da teoria democrática contemporânea. Alguns desses condicionantes são apontados por Escorel (2015), como:

Conferências (e conselhos) só podem suprir os déficits democráticos do modo tradicional de formulação das políticas se apresentarem certas características: diversidade de composição, acompanhada de simetria de poder interno e de representatividade dos participantes; processos democráticos de deliberação e de tomada de decisão; transparência e mecanismos de responsabilização pelas decisões e suas consequências; e formas de pressionar o poder constituído tanto para que este leve em conta as deliberações tomadas nas instâncias participativas quanto para que as instâncias possam efetivamente acompanhar e monitorar a formulação e implementação das políticas governamentais (ESCOREL, 2015, p. 261).

Não podemos negar que os mecanismos para a democracia deliberativa – entendida como modelo do exercício do poder político pautado no debate público entre cidadãos livres e em condições iguais de participação e relacionados com questões ambientais – avançaram. No entanto, as legislações, principalmente dos recursos hídricos, ainda não foram capazes de incorporar todos os grupos sociais normalmente excluídos dos mecanismos tradicionais de deliberação, como atores importantes nos processos decisórios de usos múltiplos da água. Isso decorre do fato de que tais grupos ainda não possuem os recursos econômicos, sociais, conhecimentos técnico-científicos e as informações que permitiriam sua participação nas atividades que permeiam processos decisórios em torno de questões ambientais (BARBI; JACOBI, 2007).

Embora a gestão participativa contribua para o aprimoramento da cidadania, dos governos e das decisões (IPEA, 2011), ela ainda não pode ser considerada como fator que garanta a qualidade democrática dos processos de planejamento de recursos hídricos nas relações entre Estado e sociedade civil. Como espaço de construção de alianças e cooperação, a gestão participativa perpassa por conflitos que se originam do impacto das assimetrias sociais (BARBI; JACOBI, 2007). A construção de acordos entre atores públicos e privados com distintas visões, interesses, graus de institucionalidades, poder e conhecimento são

desafios ainda longe de serem vencidos. Entretanto na sociedade, permanecem traços de um modelo tradicional, centralizador, que vigorou durante décadas, contrapostos a um novo sistema de gestão previsto pela Lei das Águas: democrático, descentralizado, integrado e multinível (ABERS; KECK, 2008).

Fatores como estes demandam a urgência em avaliar a participação e a qualidade democrática presentes na gestão dos recursos hídricos. Na visão de Parés (2009, p.10), “as estratégias de avaliação e os instrumentos disponíveis são muito diversos. O estudioso entende que processos participativos são diferentes, sendo necessário selecionar ou ampliar os critérios de avaliação”. As perguntas e indicadores das metodologias usadas devem estar em conformidade com os objetivos do processo, da avaliação e da realidade social dada no processo participativo (OIDP, 2006).

Partindo dessas especificidades demandadas para o processo de avaliação, o Guia Prático para Avaliação de Processos Participativos (OIDP, 2006), do Observatório Internacional de Democracia Participativa/Instituto do Governo e Políticas Públicas da Universidade Autônoma de Barcelona (Espanha), propõe propostas metodológicas para avaliar a qualidade democrática da participação a partir de cinco grupos de parâmetros: coordenação do processo; quem participa; sobre o que se participa; como se participa; e resultados da participação. Esses parâmetros se desdobram em 46 aspectos organizados em 22 critérios indicadores de avaliação (OIDP, 2006).

Avaliar o funcionamento das IPs se faz necessário tendo em vista que ainda há a prevalência de estruturas tradicionais patrimonialistas e autoritárias que podem conviver de forma mais ou menos “pacífica” com a nova dinâmica introduzida pelos arranjos participativos (TATAGIBA, 2003). A participação pode ser estratégia para consolidar uma democracia de baixa intensidade, contribuindo e promovendo a apatia política, mesmo que as expectativas e os discursos que sobre ela se fazem, ressaltem sua potencialidade no sentido da ampliação e aprofundamento do projeto democrático. É preciso se atentar para o fato de que a participação pode não ser pública e tampouco democrática (TATAGIBA, 2003).

De acordo com Ipea (2011), as avaliações das IPs podem servir para cumprir com a legalidade, legitimar a participação, prestar contas, racionalizar o uso dos recursos, e corresponsabilizar ou construir cidadania. A avaliação só é pertinente se for para melhorar a qualidade da democracia participativa. É preciso avaliar a qualidade dos processos participativos, porém pergunta-se: como avaliar? Considerando essas várias possibilidades e critérios de análise da qualidade democrática dos processos participativos, neste trabalho, o foco de estudo foi sobre os participantes, a partir da diversidade e da representação, que são dois dos cinco critérios sugeridos por OIDP (2006). Para isso, tomou-se como objeto de estudo o processo de elaboração do Enquadramento e PRH dos rios SMV e Jucu, cujas bacias localizam-se no Estado do Espírito Santo, Brasil, realizados em conjunto e de forma simultânea entre os anos 2013 - 2016.

O objetivo geral deste trabalho foi analisar a qualidade democrática dos processos de planejamentos de recursos hídricos em relação aos atores e segmentos participantes. Com esse propósito, foram lançados os seguintes questionamentos: Quem eram os atores estratégicos previstos para participar? Houve diversidade territorial e de participantes? Os News publics ou grupos sub representados foram envolvidos? Foi sob a luz dessas interrogações que o tema da participação social ganhou centralidade nessa pesquisa.

Cabe salientar que a participação assume diferentes modalidades dentro das instituições participativas. Os desenhos institucionais variam suas organizações conforme a participação se organiza, na maneira como o Estado se relaciona com a participação e na maneira como os atores sociais exigem do governo a implementação ou não da participação. Com base nessa diversidade das formas de participação, nas questões dos recursos hídricos, partimos da definição de participação enquanto partilha efetiva de poder, dos conflitos e disputas pelos diferentes atores sociais pelo uso da água (AVRITZER, 2008; IPEA, 2010).

A água é um bem comum tangível e, portanto, não se pode excluir nenhum indivíduo de seu acesso por razões éticas que emanam de sua própria natureza (CAMPOS, 2007). Contudo, é necessário confrontar os problemas que envolvem a participação. Ainda que a

PNRH estabeleça o princípio participativo como um de seus fundamentos, cabe destacar que a discussão sobre participação aparece de forma mitificada, sendo apresentada como se o simples fato de estar disposta na lei fosse o suficiente para que houvesse uma real participação (SANTOS; SAITO, 2006).

Há diversos aspectos dessa problemática que podem ser caracterizados como uma “mitificação da participação” a partir de três aspectos (SANTOS; SAITO, 2006). O primeiro diz respeito à origem da participação que surgiu nos setores dominantes e que tem sido posta ora como “dádiva”, ora como forma de amenizar os conflitos em uma determinada elaboração de políticas públicas. O segundo aspecto está relacionado ao conceito de igualdade entre os segmentos participantes do processo no momento de discussões e deliberações; a mitificação da participação passa por ignorar a assimetria de poder econômico, de conhecimentos técnico-científicos de eloquência na fala e no poder de argumentação existente entre os diversos segmentos sociais. Por fim, o terceiro aspecto diz respeito ao caráter obtido pelos processos participativos, ou seja, o fortalecimento da cultura econômica (SANTOS; SAITO, 2006).

O reconhecimento desses aspectos de mitificação da participação social constitui elementos essenciais para uma análise mais cuidadosa dos conflitos e contradições que cercam a conceituação de participação na gestão de recursos hídricos (SANTOS; SAITO, 2006). A gestão dos recursos hídricos deve se pautar sempre pela coletividade. As recomendações internacionais estabeleçam critérios para a inserção dos diferentes atores sociais na gestão da água, mas, na prática eles não se efetivam e acabam por deixar de fora dos debates e acordos, aqueles atores sociais sub-representados. Destacamos aqui as conferências de Estocolmo (1972), Dublin (1992) e ECO – 92 Agenda 21 de 1992, por serem eventos que trataram da diversidade de atores social na gestão da água.

A conferência de Estocolmo e Dublin destacaram o papel da mulher, da juventude, das populações indígenas, e das comunidades. Diretrizes semelhantes foram estabelecidas no documento Agenda 21. Dentre os diversos temas tratados, estabeleceu em seus princípios 10, 20, 21 e 22, que as questões ambientais são mais bem administradas com a participação de todos os cidadãos envolvidos; conclamou que todos os Estados devem

facilitar e encorajar a consciência e a participação pública, fazendo ampla disponibilização de informação; e referiu-se à participação da mulher, da juventude, dos povos indígenas, e das comunidades locais, como elementos importantes nos processos de negociação da água (CNUMAD, 1992).

A Lei 9.433/1997, em seu art. 1º, define que a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo da água. Contudo, vale destacar que a legislação trata da participação dos atores sociais em uma perspectiva tradicional legitimada, em que pese a pertinência desse enfoque. Percebemos, no entanto, que a gestão dos recursos hídricos ainda não abarca outras demandas pelos usos múltiplos da água de forma igualitária, deixando ausentes questões como os usos simbólicos, as crenças, a religiosidade, e as culturas. As minorias étnicas, os grupos discriminados e as mulheres são excluídas a priori, ou ocupam um lugar subordinado.

Entendemos que a participação qualificada é requisito para uma boa governança dos recursos hídricos, o que implica na adoção de medidas para melhorar o funcionamento das arenas participativas e também para incentivar e aperfeiçoar a atuação da população nos conselhos, comitês e outros órgãos. Entretanto, encontramos outras lacunas nestes aspectos: fraca articulação institucional, falta de definição de uma agenda estratégica construída e pactuada entre esses entes, o não exercício pleno da representação institucional e representatividade insuficiente (LIMA, 2014).

Outro aspecto que demanda atenção diz respeito às forças sociais e políticas em jogo, que contribuem para o atendimento aos interesses dominantes numa estrutura de classe. Isso porque aqueles atores que ocupam posições dominantes no espaço social e com posição privilegiada no campo das representações e ideias acabam centralizando as tomadas de decisões (JACOBI, 2007).

Questões como estas nos levam a analisar a participação na gestão de recursos hídricos do processo de Enquadramento e PRH das bacias dos rios SMV e Jucu. Assim, meu interesse em analisar os aspectos que perpassam a participação social e a qualidade democrática na gestão dos recursos hídricos, surgiu devido as demandas profissionais em 2013, período o qual fui coordenadora de projetos de mobilização social como parte de

atividade das ações de recuperação de áreas degradadas da microbacia do Latão e Moinhos, cabeceira do Rio Doce, em Viçosa, Minas Gerais, o qual atuei até 2017. Atualmente, sou professora da rede municipal em Viçosa/MG e as discussões tratadas nessa pesquisa, também trouxeram significativas contribuições para aperfeiçoar a minha prática enquanto mediadora dos conhecimentos nas atividades de Educação Ambiental em sala de aula.

A pesquisa cumpre também um dos requisitos do Programa de Mestrado Profissional em Rede Nacional em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos (ProfÁgua). O programa visa proporcionar formação continuada de pessoas que atuam em órgãos gestores de recursos hídricos, agências de bacias, CBHs ou conselhos de recursos hídricos. Cabe mencionar, ainda, que este trabalho se insere em um projeto de pesquisa mais amplo: “Aperfeiçoamento de Processos Participativos de Planejamento de Recursos Hídricos no Âmbito de Comitê de Bacia” (CNPq 462399/2014-1), desenvolvido pelo Laboratório de Gestão de Recursos Hídricos e Desenvolvimento Regional (LabGest) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).<sup>5</sup>

A organização deste trabalho está pautada rigorosamente no roteiro exigido no documento “Diretriz para Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC” – ProfÁgua/UFES para referenciar, citar e formatar documentos. Além da introdução, inclui objetivos gerais e específicos; Revisão de Literatura; metodologia; Resultados e discussões I e II; Conclusões; Considerações para o SINGREH e Referências Bibliográficas. Além do documento de diretrizes, é importante acrescentar também, que foram utilizadas as normalizações da UFES para referenciar, citar e formatar documentos.

O procedimento metodológico consistiu em uma pesquisa qualitativa por tratar de aspectos relacionados às ações sociais do homem com a natureza. A pesquisa qualitativa possui

---

<sup>5</sup> Outros dois projetos de alunos do Programa de Pós Graduação em gestão e Regulação de recursos Hídricos (ProfÁgua) estão em fase de elaboração nessa mesma perspectiva: Planejamento dos recursos hídricos: análise da qualidade democrática com foco nos níveis de participação (Ana Paula Alves Bissoli, 2019); Planejamento dos recursos hídricos: análise da qualidade democrática com foco na comunicação (Simone Alves Fernandes, 2019). Por compartilhar o mesmo recorte de análise, alguns trechos nessa introdução e especialmente o capítulo 8 foi desenvolvido em conjunto – sob a supervisão da orientadora comum.

fundamento teórico e permite desvendar processos sociais pouco explorados que se referem a grupos particulares e que propicia a construção de novas abordagens, revisão e criação de novos conceitos e categorias durante a investigação (MINAYO, 2008). A escolha da pesquisa qualitativa como metodologia de investigação é feita quando o objetivo do estudo é entender o porquê de coisas determinadas, como a escolha dos eleitores, a percepção dos consumidores, etc. Foi pesquisado e feito um levantamento dos dados primários dos documentos, listas de presenças e atas das reuniões realizadas durante o processo. Realizamos estudos bibliográficos, entrevistas e análise documental para o tratamento de coleta de dados que foram essenciais para investigar os aspectos relacionados à diversidade e às representatividades dos atores sociais envolvidos nesse processo.

A pesquisa concluiu que o mapeamento das listas dos atores estratégicos e o processo de mobilização social programado não foram eficientes para garantir a presença dos diferentes atores sociais, ou seja, não atraíram nem os membros dos comitês e tampouco a sociedade. Esses fatores podem ter contribuído para o esvaziamento nas reuniões públicas e a baixa representatividade dos atores sociais nos três segmentos. Quanto a participação de chamados “News Publics” no decorrer das ações e durante o processo de Equadramento e PRH dos rios Santa Maria da vitória e Jucu, não foram identificados a presença desse público.

A pesquisa demonstrou algumas lacunas que podem ter contribuído para a não participação dos novos atores sociais, como: a morosidade do processo, ineficiência da mobilização social, o pouco comprometimento dos atores envolvidos, a fragilidade dos órgãos públicos gestores e dos próprios comitês. Estes fatores podem ter contribuído para à dispersão, pouca credibilidade a proposta e ao desinteresse da população. Para melhor entendimento do que se trata “News Publics”, recorreu-se a Avritzer e Costa (2004), que os definem como sendo os novos atores urbanos, novas subculturas, novas etnicidades que contrastam com a imagem das nações homogeneamente mestiças construídas historicamente. São também os subaltern counterpublics, atores sociais que representam grupos tradicionalmente excluídos, marginalizados dos debates sobre as políticas públicas, e que ao mesmo tempo, denunciam os limites do espaço político estabelecido e

reivindicam seu direito de participar nele. Trata-se outros meios culturais que permitem a produção e circulação de ideias e formas de vida pós-tradicionais, as quais colocam em movimento dinâmicas de inovação cultural e contestação dos padrões sociais estabelecidos no plano, por exemplo, das representações de gênero, das relações étnicas etc (AVRITZER, 2004).

Dessa maneira, é preciso que novos estudos aplem as discussões sobre espaço público, faltam referências à necessidade de horizontalizar os processos decisórios ou à necessidade de promover processos de "alfabetização política", que permitam, no plano local, a vivência da noção de poder (AVRITZER, 2004).

Os estudos apontaram para a necessidade de garantir a criação espaços públicos e novos canais de comunicação como forma de garantir a participação efetiva nos processos decisórios de interesse público. Tais canais, por sua vez, são mecanismos para a institucionalização do controle social, visto que, não basta assegurar legalmente à população o direito de participar da gestão dos recursos hídricos, através dos conselhos, audiências públicas, fóruns, procedimentos e práticas (JACOBI e BARBI, 2007).

Ampliar estas outras formas de participar é essencial, uma vez que, as ausências e a pouca representatividade em relação aos atores estratégicos da bacia colocam em questão o próprio significado de um plano de recursos hídricos: a construção de um pacto coletivo em torno da gestão da água.

Como decorrência, as análises dos documentos nos permitiram constatar que também é preciso intensificar os processos de mobilização social, ampliar os espaços de discussões e a necessidade de ofertar a aprendizagem técnico-social para os gestores, técnicos e comitês de bacia, bem como, para a própria sociedade, para que todos sejam envolvidos e se sintam devidamente responsáveis pela gestão dos recursos hídricos. Há a necessidade de promover processos de "alfabetização política", que permitam, no plano local, a vivência da noção de poder (AVRITZER, 2004).

Ademais, apesar dos avanços legais ainda é preciso transformar o peso das estruturas políticas e administrativas tradicionais, sendo o grande obstáculo para a participação de novos atores no processo de tomada de decisões. É preciso como nos alerta Avritzer (2004), inserir novos povos na gestão das águas, pois, observa-se a emergência de uma multiplicidade de novos atores urbanos, novas subculturas, novas etnicidades que contrastam com a imagem das nações homogeneamente mestiças historicamente construídas. Assim, com essa pesquisa, espera-se que a análise da diversidade dos atores participantes contribua para o aperfeiçoamento da qualidade democrática dos processos participativos de planejamento dos recursos hídricos.

## **2.OBJETIVOS**

### **2.1 OBJETIVO GERAL**

Analisar a qualidade democrática dos processos de planejamento de recursos hídricos em relação aos atores e segmentos participantes.

### **2.2. OBJETIVO ESPECÍFICOS**

- ✓ Identificar a diversidade dos atores (pessoas, instituições) segundo o território;
- ✓ Identificar a relação entre os atores estratégicos potenciais - e os que efetivamente participaram de acordo com as pautas das reuniões;
- ✓ Identificar atores e grupos sociais não usuais (new publics).

### 3. METODOLOGIA

A presente proposta de pesquisa teve foco de estudo o processo participativo de elaboração do Enquadramento de Corpos de Água e Plano de Recursos Hídricos das bacias dos rios Santa Maria da Vitória e Jucu. A escolha dessa temática se deu pelo fato inovador de esses dois instrumentos terem sido elaborados concomitantemente, iniciando as atividades em 2013 e concluindo-as em 2016, sob a coordenação e acompanhamento da Diretoria de Recursos Hídricos-DRH e posteriormente a Agência Estadual de Recursos Hídricos – AGERH. A empresa para dar subsídio técnico à elaboração de planejamento foi o Consórcio NIPSA/ PROFIL. É um subprojeto do desdobramento da pesquisa CNPq 462399/2014 -1, desenvolvida pelo LabGest/UFES.

A pesquisa do Laboratório tinha como objetivo geral contribuir para o aperfeiçoamento de processos participativos na elaboração de enquadramentos e planos de recursos hídricos conduzidos no âmbito de comitês de bacias hidrográficas e, com tal finalidade, três alunas passaram a integrar o projeto, incluindo a autora deste trabalho, para participar do estudo, com subprojetos que contemplaram aspectos determinados da investigação.

A partir dessa articulação, muitos dos referenciais foram compartilhados, assim como também foram as diretrizes metodológicas e a escolha do objeto desta pesquisa, buscando detalhar e problematizar alguns aspectos que não foram contemplados no projeto geral. O convite para desenvolver a pesquisa em consonância com o grupo do LabGest oportunizou aprofundar os conhecimentos sobre o objeto de pesquisa, compreender melhor os aspectos sobre a governança dos recursos hídricos, e vivenciar a investigação – potencializando significativamente os resultados do estudo.

O presente trabalho se adequa à pesquisa qualitativa por tratar de investigações que envolvem o homem e sua relação com a sociedade (MINAYO, 2008). As pesquisas qualitativas são mais adequadas a investigações científicas de grupos e de histórias sociais que o processo social requer, e também é apropriada para análises de documentos. O método qualitativo pode ser definido como:

[...] é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam [...] as abordagens qualitativas se conformam melhor a investigações de grupos e segmentos delimitados e focalizados, de histórias sociais sob a ótica dos atores, de relações e para análises de discursos e de documentos (MINAYO, 2008, p. 57).

A pesquisa qualitativa possui fundamento teórico e permite desvendar processos sociais pouco explorados que se referem a grupos particulares e que propicia a construção de novas abordagens, revisão e criação de novos conceitos e categorias durante a investigação (MINAYO, 2008). A escolha da pesquisa qualitativa como metodologia de investigação é feita quando o objetivo do estudo é entender o porquê de coisas determinadas como a escolha dos eleitores, a percepção dos consumidores, etc.

Com objetivo de analisar a qualidade democrática do processo de elaboração do Enquadramento e do PRH dos rios Santa Maria da Vitória e Jucu, tomamos como campo de estudo a questão relativa aos participantes. A pesquisa iniciou-se com uma abordagem bibliográfica, cujo propósito foi conhecer o estado da arte sobre o tema em estudo e ainda buscar argumentação e sustentação teórica para a avaliação da investigação documental. Segundo Minayo (2008), a pesquisa bibliográfica já em curso se aspira a uma melhor ordenação e compreensão da realidade pesquisada, utilizando-se de estudos clássicos e também dos mais atualizados sobre o tema. Assim, a bibliografia consultada se consistiu nos seguintes eixos teóricos:

- Ampliação da participação social no contexto mundial e no Brasil:  
Alves (2015), Avritzer (2008), Avritzer; Costa (2004), Barbi; Jacobi (2007), Campos; Fracalanza (2010), Porto (2002); Rabelo (2012), Rabelo; Teixeira; Espluga (2013), Raichelis (2013), Subirats (2011), Oliveira (2011), Wolkmer; Pimmel (2013).
- Identificando os atores sociais na gestão participativa dos recursos hídricos:  
Abers; Keck (2008), Campos (2004), Jacobi (2011), Jacobi; Barbi (2007), Luz (2017), Machado (2006), Santos (2014), Viegas (2012).
- Gestão participativa em recursos hídricos: uma ênfase nas recomendações das conferências sobre meio ambiente e água:

Alves (2015), Campos; Fracalanza (2010), Malheiros; Prota; Rincón (2013); Rabelo (2012).

- Participação social e governança da água sob a luz da PNRH:

Alves (2015), Avritzer (2008), Barbi; Jacobi (2007), Campos; Fracalanza (2010); Porto (2002), Rabelo (2012), Rabelo; Teixeira; Espluga (2013); Subirats (2011); Oliveira (2011), Wolkmer; Pimmel (2013).

- Gestão de recursos hídricos: identificando os atores sociais:

Abers; Keck (2008); Luz (2017); Santos (2014); Jacobi; Barbi (2007); Campos (2004); Machado (2006); Jacobi (2011).

Já a investigação documental buscou temas relacionados à gestão e ao planejamento participativo dos recursos hídricos, prioritariamente:

- Legislações nacional, estadual e documentos oficiais: Leis Federais nº 6.938/81, 9.433/97, 10.650/03, e 12.527/11; Resoluções CONAMA 357/05 e CNRH nº 145/12; Lei estadual nº 10.179/14; Decretos estaduais nº 1.934 R e 1.935 R; ANA (2009, 2011, 2013, 2016, 2017 e 2018); sítio eletrônico do IEMA e AGERH.

- Conferências e Convenções internacionais: Carta da Terra (1992), Agenda 21 (1992), CIAMA (1992), CNUMAD (1992), Declaração de Conferências (1972, 1977 e 1992), OIDP (2006).

- Investigação documental relativa aos materiais do processo de elaboração do Enquadramento e Plano de Recursos Hídricos das bacias em estudo: Roteiro Geral Metodológico (RGM, em anexo); Termo de Referência (TdR, em anexo), Plano de Trabalho; Relatório Técnico I, II e III; Plano de Informação e Mobilização; atas e listas de presença. Recorreu-se também às informações dos sítios dos comitês e da ANA e buscas em navegadores de internet. Para informações pré-processo, recorreremos aos próprios comitês. Realizada junto aos acervos dos CBHs SMV e Jucu, parte da pesquisa documental relacionou e analisou as atas das reuniões ordinárias, extraordinárias e conjuntas entre os dois comitês no período entre 2013 e 2016, compondo uma tabela (anexo1) contendo os seguintes itens: assembleia/plenária, tema abordado, e observações. Essa atividade foi importante para identificar as reuniões onde foram discutidos assuntos sobre o tema desta pesquisa. Isso facilitou a construção do capítulo que trata dos resultados e discussões. Vale ressaltar que fizemos um recorte dessas reuniões, sendo consideradas como objeto de análise as reuniões públicas e reuniões com

plenárias ampliadas. Trabalhamos, ainda, com aquelas as quais tivemos acesso às listas de frequência.

A pesquisa documental representa uma forma que pode se revestir de um caráter inovador, trazendo contribuições importantes no estudo de alguns temas. Além disso, os documentos são normalmente considerados importantes fontes de dados para outros tipos de estudos qualitativos, merecendo, portanto, atenção especial. O exame de materiais de natureza diversa que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reexaminados buscando-se novas interpretação ou interpretações complementares, constitui o que estamos denominando pesquisa documental (GODOY, 1995).

A última etapa da coleta de dados foi a realização de entrevistas com alguns atores estratégicos (gestores e ex-participantes do processo em estudo), que compõem o território das bacias hidrográficas (gestores ou participantes). Ressalta-se que a utilização da entrevista foi uma sugestão dos componentes da banca de qualificação para contrapor a utilização dos documentos oficiais estudados (considerados “chapa branca”). No total, foram realizadas 8 entrevistas, no período compreendido entre abril a novembro de 2018. As entrevistas foram realizadas pessoalmente, por e-mail, por telefone, ou pelo aplicativo *WhatsApp*. A escolha dos entrevistados aconteceu por meio a partir das listas de presenças dos eventos realizados, cruzando com seu papel no sistema de gestão de recursos hídricos estadual. Em cada uma das entrevistas foi assinado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (apêndices de 1 a 8).

Ao aplicar a entrevista como a técnica privilegiada de comunicação e coleta de dados, Minayo (2011, p. 261) destaca que se trata da estratégia mais utilizada no trabalho de campo, ressaltando o seguinte conceito:

[...] é acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador, destinada a construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes tendo em vista este objetivo.

As entrevistas foram realizadas a partir de um roteiro semi-estruturado elaborado previamente, o que permitiu recuperar e contextualizar fatos não registrados. As

entrevistas por email e *WhatsApp*<sup>6</sup> eram redigidas pelos próprios entrevistados. Àquelas que foram feitas pessoalmente, optou-se por grava-las e transcreve-las pela entrevistadora. Já as entrevistas realizadas por contato telefônico foram redigidas pela entrevistadora e enviada ao entrevistado para revisão e complementações. Além disso, em todo o processo foi utilizada a técnica Bola de Neve, onde cada entrevistado indicava outras pessoas estratégicas no processo para posteriores entrevistas, no sentido de complementar as informações.

Para essa pesquisa, as entrevistas não foram utilizadas diretamente, mas serviram para subsidiar a elaboração da discussão de dados coletados, especificamente para a elaboração do capítulo comum e também contribuiu para selecionar os documentos (atas e listas de presença das reuniões dos CBHs) fundamentais para o objetivo em questão. A proposta objetivou identificar quem eram os participantes, se teve ou não assuidade dos participantes e a diversidade de atores na elaboração dos planos de bacias dos rios SMV e Jucu, ou seja, se houve ingresso de novos atores sociais nessa construção, aquele público que, normalmente são excluídos das discussões.

Entendemos que a análise da proposta conceitual e do processo correspondente de construção de um arcabouço legal e institucional, que lhe conforme, exige uma leitura atenta dos registros que tenham sido efetuados, especialmente, no intuito de buscar nas entrelinhas e na articulação entre fatos, processos e ideias as respostas aos objetivos traçados para o referido estudo. Assim, analisou-se os documentos primários e secundários existentes – atas de reunião, lista de presenças e os relatórios produzidos ao longo da execução do planejamento.

Para identificar quem eram os participantes, optou-se em analisar as atas e listas de presenças dos eventos realizados. Identificou-se 18 atas oriundas das reuniões e suas respectivas listas de presenças. Porém deste total, foram objeto de estudo nove registros

---

<sup>6</sup> Aplicativo de mensagem instantânea que surgiu como alternativa para o envio e recebimento dos diversos arquivos de mídia. Disponível em: <[http://www.whatsapp.com/about/?Lang=pt\\_br](http://www.whatsapp.com/about/?Lang=pt_br)>. Acesso em: 4 maio 2019.

por terem sido realizadas em caráter de eventos públicos, plenárias ampliadas e plenárias conjuntas e realizadas em caráter mais aberto ao público (não-restritos aos comitês ou organizadores). Buscou-se nestes documentos analisar se foi inserido atores sociais que representam grupos tradicionalmente excluídos do espaço público.

Já para a análise sobre a assiduidade dos participantes, adotou-se como critério a presença da instituição em todos os eventos, independente se no decorrer do processo, houve ou não troca do representante nas reuniões. Nesse item avaliamos também a frequência dos membros dos comitês nas reuniões, visando verificar, se os mesmos, cumpriram seus papéis de representar, debater e propor soluções advindas das comunidades as quais representavam.

Por fim, analisamos também se houve a presença de outros públicos, como, pessoas convidadas, estudantes, ou atores sociais que tinham algum interesse sobre os assuntos das pautas das reuniões, ou na gestão das águas nas duas bacias. Essa análise foi importante também para avaliar se o processo de mobilização social realizado atingiu outros públicos, para além daqueles atores que normalmente já estavam engajados.

Em relação ao universo da pesquisa inicial do LabGest/Ufes (cinco processos de planejamento distintos), fez-se necessário um recorte para este trabalho. As bacias dos rios SMV e Jucu foram selecionadas levando em consideração fatores de logística (proximidade das fontes), e de interesse em colaborar com o sistema estadual de gestão de recursos hídricos no local onde se desenvolve o ProfÁgua. Ainda, por conta de a elaboração conjunta por duas bacias, o plano de recursos hídricos e o Enquadramento terem sido simultâneos, despertou-se o interesse em tomar o processo como objeto de estudo. Os rios Santa Maria Vitória e Jucu formam bacias diferentes – ainda que contíguas –, mas são classificadas na mesma Unidade de Gestão de Recursos Hídricos (UGRH), sendo que cada qual possui o seu respectivo CBH.

Assim como na pesquisa realizada pelo LabGest/UFES, nossa análise se inspirou no Guia Prático de Avaliação de Processos Participativos, elaborado pelo Observatório Internacional de Democracia Participativa (OIDP, 2006) do Instituto do Governo e Políticas

Públicas da Universidade Autônoma de Barcelona (Espanha). O referido Guia Prático é um dos resultados do Programa de Cooperação entre Europa e América Latina para a construção de novos observatórios locais de democracia participativa e a criação de indicadores de avaliação da qualidade das experiências participativas nas cidades (ODIP, 2006).<sup>7</sup>

Segundo o ODP, a qualidade democrática dos processos participativos depende de múltiplos aspectos que foram agrupados, para efeito de análise, em critérios: coordenação do processo; quem participa (participantes); sobre o que se participa (temática); como se participa (métodos); consequências e resultados do processo. Na perspectiva do ODP (2006, p. 26), [...] “a análise dos critérios relacionados a quem participa aborda temas como quantidade, diversidade, representatividade, e grau de abertura do processo” [...]. Tomando como referência as especificidades do planejamento participativo de recursos hídricos no Brasil e as limitações da própria pesquisa, neste estudo nos centramos na análise dos participantes do processo “quem participa”, priorizando as questões relativas à diversidade e representação.

A escolha desse critério se baseou na necessidade de se avaliar como tem ocorrido a participação dos diversos atores sociais nas discussões dos recursos hídricos. Levou-se em consideração as recomendações das conferências internacionais e a Lei das Águas, pois esses arcabouços legais estabeleceram diretrizes que incluem a participação social nas discussões dos usos múltiplos da água. A Agenda 21 dedica o capítulo 18 para estabelecer critérios à proteção da qualidade e do abastecimento dos recursos hídricos. Propõe dar particular ênfase à introdução de técnicas de participação pública, inclusive com a intensificação do papel da mulher, da juventude, das populações indígenas e das comunidades locais.

---

<sup>7</sup> No Brasil o ODP atua em parceria com o Observatório das Metrópoles atuando em um total de 14 cidades, incluindo Vitória, Espírito Santo. Ele é formado por pesquisadores de diversas instituições governamentais e não-governamentais, coordenados pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tem como linha de pesquisa a governança e a cidadania com atuação em redes para a articulação entre sociedade civil, academia e Poder Público. Suas pesquisas se sustentam na concepção de que a democracia é, por um lado, a única forma de governo que respeita as pessoas como cidadãos sujeitos de direitos, e também a forma mais adequada para lutar contra as desigualdades e possibilitar mais justiça social, sendo essa a justificativa pela qual se devem aplicar avaliações da qualidade democrática da participação (ODIP, 2015).

Estudiosos como Jacobi (2010) sustentam que a participação ambiental ampliou o número de atores para discutir sobre o uso da água e modificou a relação entre Estado e sociedade civil por meio do surgimento dos comitês. Porém, também é preciso levar em consideração que, apesar dos inegáveis avanços na gestão hídrica após a instituição da PNRH, o gerenciamento dos recursos hídricos ainda apresenta fragilidades, especialmente na gestão descentralizada e participativa dos comitês. É preciso avançar para superar desafios ainda presentes nos comitês de bacias hidrográficas. O ponto é fazer com que esses espaços sejam realmente públicos e abertos à participação, e sejam marcados pela discussão, pela negociação e pelo voto entre a sociedade civil, o Poder Público e os usuários, legitimando, assim, o processo decisório, como salientam Abers, Serafim e Tatajiba (2014).

Estudiosos que se debruçam sobre o processo participativo na gestão dos recursos hídricos afirmam que, o processo participativo tende a ter melhor qualidade democrática quando tem a capacidade de incorporação da diversidade de atores da sociedade. Nesse sentido, o indicador da diversidade de participantes teve como parâmetro a busca pela identificação de fatores que poderiam trazer subsídios para melhor qualificar a dimensão de quem participa: a identificação da participação de grupos sociais, habitualmente sub-representados, levando em conta a diversidade social e cultural dos atores das diferentes regiões hidrográficas das duas bacias, sobretudo as comunidades tradicionais, os pescadores, quilombolas, jovens, crianças, idosos, pequenos produtores e indígenas; e a relação nominal de quem efetivamente participou, considerando as normativas estabelecidas que tratam da transparência das informações e da composição das representações por segmentos, trazidas no art. 39, da PNRH (1997).

## 4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 4.1. PARTICIPAÇÃO – DIFERENTES CONCEPÇÕES E PRÁTICAS

Este capítulo discute o que é representação e os diferentes conceitos de participação como uma das formas de assegurar práticas mais igualitárias. A participação não possui sempre o mesmo sentido, depende do contexto histórico, dos objetivos que cada segmento social estabelece. Discutir a participação como instrumento social é um dos desafios que se coloca à democracia, pois, não se pode perder de vista que a participação não possui o mesmo sentido nos diversos segmentos sociais, que por vezes, possuem objetivos completamente distintos. Cada um deles estruturam a participação dentro de uma construção histórica diferente (SOUZA, 2010).

No Brasil, o ideal da “democracia participativa” ganhou forças com o processo de abertura política, iniciado após o fim do período militar. Com a promulgação da Constituição Federal, em 1988, os espaços de discussão pública e deliberação política vêm se fortalecendo e envolvendo os atores da sociedade civil para o debate de várias questões, como a educação, a cultura, o meio ambiente, a saúde e, mais recentemente, a gestão dos recursos hídricos. Entretanto, a participação social na vida política brasileira ainda dá os primeiros passos (SOUZA, 2010).

O termo participação pode ser definido de várias formas. Na ciência política, o termo ganha vários significados como, a votação, a militância partidária, as manifestações em praça pública, entre outras. Percebemos, então, que existem várias formas e estágios de participação política, que variam desde a simples presença passiva do indivíduo numa passeata, passando por uma atuação mais ativa na mesma manifestação, até alcançar níveis elevados de contribuição social nos quais o sujeito influencia diretamente as tomadas de decisões (SOUZA, 2010).

Bordenave (1994, p. 22) desca participar [...] “é ter, fazer e tomar, pois, estes adquirem sentidos diferentes, conforme a intenção que o participante tiver, fazendo com que resulte

em níveis distintos de participação, balizados no como se toma parte e não no quanto se faz parte” [...].

Para o autor a participação é uma necessidade humana; não é um conteúdo que se possa transmitir, mas uma mentalidade e um comportamento com ela coerente; também não é uma destreza que se possa adquirir pelo mero treinamento; é uma vivência coletiva e não individual, de modo que, somente se pode aprender a participar se o indivíduo estiver inserido no grupo.

Mas interessa-nos, para este estudo, a definição de participação democrática fruto da atuação da sociedade civil nas atividades do Estado pós CF/88. Nesse sentido, a participação deve abranger os vários segmentos sociais, com uma diversidade de atores que representam e falam em nome de um segmento ou organização, com a finalidade de oportunizar igualdade social em favor do bem comum (DOWBOR, 2008). Para Meier (2016), a participação democrática é aquela que:

Debruça-se à compreensão sobre como se dá o processo de tomada de decisão e a ampliação dos espaços participativos e como nestes elementos, agregam o maior número de atores sociais para atuarem nos processos de tomada de decisões e formulação de políticas públicas. Nestes termos, para ampliação da cidadania e da democracia, a presença de diferentes interesses não é suficiente: é necessário que haja a articulação entre as partes interessadas sobre essas modalidades (MEIER, 2016, p.55).

Com o propósito de demonstrar as diferentes formas da distribuição do poder de quem participa das decisões sociais e políticas, Arnstein (2002) propõe uma tipologia de oito níveis de participação, a qual, denomina escada da participação: manipulação; terapia; informação; consulta; pacificação; parceria; delegações de poder e controle do cidadão.

Os dois primeiros degraus são considerados níveis de não participação, ou seja, aqueles em que tomadores de decisão educam os participantes. O terceiro e quarto degraus asseguram uma concessão limitada da participação, sendo que a sociedade participa de parte do processo público quando informada ou consultada das decisões. O quinto degrau, a pacificação, é um nível superior da concessão limitada, por permitir que participantes aconselhem sobre a gestão pública. Os três últimos degraus podem ser considerados como o nível alto de participação, pois a sociedade já possui grande poder de decisão nas

questões públicas, abarcando o nível máximo do controle do cidadão, que pode chegar ao completo poder gerencial.

Outra escala de participação é descrita por Bordenave (1994), denominada de graus de participação considerando a relação de controle entre os participantes, que ocorre entre os membros e dirigentes presentes no espaço participativo, seja da relação entre sociedade e Estado, ou dentro dos próprios espaços espaço público; sociedade-sociedade; espaços privados. Para o autor, o menor grau de participação é a informação de decisões já tomadas. Em seguida está a consulta facultativa seguida de consulta obrigatória. O próximo grau seria a elaboração e recomendação de medidas. Em grau superior está a cogestão, com mecanismos de codecisão e colegialidade. Logo, está a delegação e o último grau é a autogestão. Quando são priorizadas a consciência crítica e a autonomia das pessoas participantes, a discussão que deve ser tratada diz respeito à qualidade e à efetividade dessa participação.

Cabe elencar ainda, as contribuições de Santos e Saito (2006, p. 9) por reforçarem que [...] “a participação é, em si, um conceito e uma prática em disputa” [...]. Dependendo de como a participação social é conduzida e a forma como ela se efetiva, pode levar à sua mitificação. Há três aspectos que definem a mitificação da participação social:

1º- Gênese do processo participativo: A participação como mito se caracteriza como algo disponibilizado pelos segmentos de maior poder, que deslegitima esse processo como 'conquista' dos segmentos desfavorecidos da sociedade. A participação perde seu conteúdo 'emancipatório' e as discussões privilegiam o segmento mais poderoso, que manipula o processo participativo. Essa prática é estratégica em momentos mais conflituosos, pois por meio do apoio da sociedade são legitimadas as decisões que interessam o setor dominante; 2º- Igualdade na contribuição dos atores sociais no processo decisório: a participação mitificada difunde a ideia de que todos os atores sociais que estão dentro de um processo de discussão e tomada de decisões contribuem da mesma maneira. Não se vislumbra a "assimetria de poder econômico, de conhecimento técnico-científico, de eloquência na fala e no poder de argumentação existentes entre os diversos segmentos sociais envolvidos." A disponibilização de informações à sociedade quase não ocorre. Dessa maneira, ela permanece sem o apoio para o desenvolvimento do diálogo nos espaços participativos, dificultando a sua ampla participação no processo de negociação. Nesse sentido, a mitificação necessita esconder as desigualdades entre os atores sociais no interior do processo de participação; 3º- Resultado da participação: o processo participativo mitificado leva ao "fortalecimento da cultura de consumo e a acumulação de capital". Esse aspecto se relaciona à 'origem da participação', como legitimação de decisões e

disponibilização da participação pelo segmento social de maior poder (SANTOS; SAITO, 2006, p. 11).

Para Santos e Saito (2006) [...] “os espaços que preconizam a participação da sociedade na tomada de decisões públicas em negociação com o Estado, nem sempre são efetivamente democráticos porque, por vezes, prestam-se à legitimação de governos e práticas cuja democracia se limita a um verniz de fachada; confundem movimentos sociais, que não conseguem adaptar-se aos novos desafios e, em diversos casos, morrem, enfraquecem, desarticulam-se” [...].

Desta forma, a priori, a participação já é dotada de valor em si mesma e deve ser compreendida como um processo de construção política-cultural-social, que passa pela esfera educacional, não sendo um fim, mas um meio em todo o processo (BARBOSA; HANAI e SILVA, 2016). Como se percebe há muito a ser estudado sobre os processos participativos, suas problemáticas e possíveis soluções que possam dinamizar e torná-los, de fato, democráticos.

Diante do exposto, a participação ao invés de favorecer a democratização da tomada de decisões, pode vir a enfraquecer os grupos que não conseguem se manter nesse processo, porém, fortalece e garante os interesses de apenas uma parcela dos atores participantes. É possível, portanto, cogitar que a efetividade da participação está diretamente relacionada com a forma de representação e com a representatividade nos espaços, uma vez que, a participação direta de todos os envolvidos muitas vezes é operacionalmente inviável (BARBOSA; HANAI e SILVA, 2016; DOWBOR; PETER; LIZANDRA, 2008).

Mediante as especificidades que envolve a participação, é essencial compreender que ela não pode ser definida como um fim em si mesma porque ela é resultado da relação de poder entre os sujeitos envolvidos. Assim, é preciso buscar compreender qual é a real finalidade a que se presta a participação, pois ela pode ser fruto de um consenso ou possuir uma concepção deturpada, favorecendo apenas um dos atores envolvidos. Por outro lado,

não se consegue analisar a participação sem levar em consideração os diferentes interesses presentes na sociedade (TEIXEIRA,1996).

#### **4.2. Representação na perspectiva da participação democrática**

A palavra “representação” pode ser entendida de várias maneiras como, por exemplo, “substituir, agir no lugar de ou em nome de alguém ou alguma coisa”, uma visão mais ligada à ação; ou “evocar simbolicamente alguém ou alguma coisa” (DICIONÁRIO HOUAISS (2001). Interessa-nos aqui, em especial, a primeira concepção, a da representação enquanto ação política, pensada para viabilizar a democracia e conceder ao povo, mesmo que de modo indireto, a capacidade de decisão (SOUZA, 2010). O conceito está associado aos indivíduos que assumem a função de representar um coletivo. É aquele que fala em nome de um segmento ou organização como por exemplo, os conselheiros de políticas públicas (DOWBOR; PETER; LIZANDRA, 2008). A representação existe quando alguém dá poder a outra pessoa para representá-la. Assim, pode-se definir a representação como ato pelo qual alguém é legalmente autorizado a agir em nome de outrem (MEIER, 2016).

Para Leal, Breunig e Cenci (2003, p. 22) [...]“a representação, apesar da amplitude de conceitos, deve ser entendida como o ato de substituir determinado grupo ou segmento, na defesa de seus interesses gerais”[...]. Mas o representante somente é representativo quando está autorizado a agir em nome do seu grupo, além de divulgar os rumos da sua atuação aos representados. Para os autores essa relação para ser democrática, deverá ocorrer de maneira visível e transparente, garantindo a legitimidade da representação. No entanto, os espaços participativos que requerem a representação de grupos sociais diversos, despertam preocupações referentes à equidade dessa representação e a legitimidade do processo participativo decorrente. Uma representação equitativa entre os diversos segmentos, por si só, não garante uma participação democrática dos grupos envolvidos, sendo apenas o primeiro passo para que ela ocorra. É necessário agregar à representação um outro elemento: a representatividade dos representantes (MEIER, 2016).

Para Fischer et al. (2007), o representante atua num campo composto por interesses antagônicos, a exemplo dos interesses do governo, das classes sociais e de segmentos específicos como agricultores familiares, mineradores, indígenas, feministas e tantos outros. A ideia quanto as práticas de promover a representação, sobretudo das minorias, são controversas. Sua dificuldade maior reside, talvez, no fato de o representante atuar em nome de um interesse igualitário, em que todos defendem algo em torno de um objetivo comum, mascarando o lado excludente da representação.

Representar significa fazer as vezes do outro ou estar no lugar do outro em um determinado momento ou espaço. Nesse aspecto, Dowbor, Peter e Lizandra (2008) apontam indagações como: “As organizações civis agem como representantes de seus públicos? Quem elas representam? Qual o papel do representante? Como tornam se representantes? Quem os controla? Como fortalecer a legitimidade desta representação? Como ele deve agir?”. A resposta a estas perguntas não é simples nem única. Há várias formas de exercer este papel de representante, a depender do contexto, das características do movimento, organização ou segmento a ser representado (DOWBOR; PETER; LIZANDRA, 2008, p.12).

#### **4.3. Ampliação da participação no contexto mundial e no Brasil**

Este item versa sobre as dimensões da democracia participativa após as chamadas teorias da transição democrática ocorridas na América Latina e no Brasil nas últimas décadas. O objetivo é analisar, de um lado, os impactos de práticas participativas após a CF/88 que se tornaram o marco da participação ao instituir o cidadão portador de direitos e, conseqüentemente, ampliando novos espaços de participação. E, de outro, discutir a efetividade da participação que ocorre no interior das IPs.

As transformações advindas durante o século XX impactaram em mudanças sociais, econômicas e ambientais, demandando para o Estado a urgência em ampliar novos espaços que garantissem a participação social na formulação de políticas públicas (ALVES, 2015). Essas mudanças foram fruto de três períodos: da redemocratização, após o ciclo autoritário e ditatorial; da inserção das políticas neoliberais ocorridas na década de

1990; e, por fim, das políticas econômicas de caráter neodesenvolvimentista, redistributivista por meio das políticas sociais reformistas (WOLKMER; PIMMEL, 2013). Embora este último ciclo tenha sofrido abalos recentemente, verificou-se que estas décadas de vigência de regimes democráticos – alguns mais amplos, outros menos - houve um aumento de processos participativos. Os setores das sociedades civil passaram a obter voz e certo protagonismo na condução da gestão pública, nos planos local, regional e mesmo nacional. Estes processos surgiram por condicionantes favoráveis internas, ou foram impulsionados por agências internacionais de financiamento ou mesmo ONGs (WOLKMER; PIMMEL, 2013).

Surgiram novas formas e processos de participação cidadã que, em geral, alargaram a participação democrática e o controle das políticas públicas. O Estado já não era mais capaz de atender as demandas da sociedade e, conseqüentemente, fazendo com que houvesse a emergência de novos modelos de gerenciamentos, pautados pela eficiência, efetividade, transparência e pela incorporação dos cidadãos e associações nas tomadas de decisões de políticas públicas (ESPLUGA; SUBIRATS, 2008).

No Brasil, a sociedade vivenciava um agravamento dos problemas sociais e crise do setor público nas décadas de 70 e 80. Os cidadãos ansiavam por espaços participativos e alimentavam questionamentos sobre o padrão centralizador, autoritário e excludente que marcara a relação entre as agências estatais e os beneficiários das políticas públicas. Demonstravam a necessidade de democratização do processo e havia a dúvida se o Estado era capaz de responder as demandas sociais (ênfatisando a questão da eficácia dos resultados) (TATAGIBA, 2003).

O surgimento de políticas públicas pautadas pelo componente participativo está relacionado com as mudanças na matriz sociopolítica através de um maior questionamento sobre o papel do Estado como principal agente indutor das políticas sociais (JACOBI, 2003).

No âmbito da CF/88, nascem os conselhos e colegiados que atuam nas mais diversas áreas de gestão pública. Desta forma, os conselhos representam uma conquista da

sociedade civil (RAICHELIS, 2013). Nestes novos espaços (arranjos) proporcionaram a representação dos diversos segmentos legitimados da sociedade e assim indicados pelo legislador. Os representantes falam em nome de um segmento ou organizações ((DOWBOR; PETER; LIZANDRA, 2008).

A democracia participativa, que nessa época, incorporava diretamente formas consultivas e/ ou deliberativas, passou a ocorrer em diversas áreas como, saúde, educação, assistência social, meio ambiente, entre outras. Dentre elas, a mais conhecida é o Orçamento Participativo - OP, criado em Porto Alegre a partir de 1989. Estes arranjos participativos, expressam desenhos institucionais, qualidade, efetividade e inclusividade muito distintos entre si (BARBOSA; HANAY; SILVA, 2016; TATAGIBA, 2003; JACOBI, 2003).

A efetiva participação da população nos processos decisórios dos Orçamentos Participativos está diretamente vinculada com a capacidade que as administrações locais têm de criar canais legítimos de participação, combinando elementos da democracia representativa e de democracia participativa (JACOBI, 2003). No entanto, apesar dos conselhos gestores representarem arranjos institucionais inovadores, a grande indagação está relacionada com a capacidade de traduzir-se em práticas inovadoras e de uma efetiva democratização nos procedimentos de gestão dos assuntos públicos. Os encontros entre Estado e Sociedade têm sido afetados negativamente por uma grande recusa do Estado em partilhar o poder de decisão (TATAGIBA, 2003).

Embora o processo de redemocratização no Brasil tenha possibilitado espaços participativos, Dagnino (2002) chama a atenção para a crise discursiva. Se de um lado houve o reestabelecimento da democracia formal, por outro, havia também a urgência em implementar o projeto neoliberal de Estado mínimo, que se isenta, progressivamente, de seu papel de garantidor de direito social; encolhimento de suas responsabilidades sociais que passa a ser transferida para a sociedade civil.

Para Dagnino (2002), por um lado, há um processo de alargamento da democracia, que se expressa na criação de espaços públicos e na crescente participação da sociedade civil

nos processos de discussão e de tomada de decisão relacionados com as questões e políticas públicas, tendo como marco formal deste processo, expresso especialmente – mas não só – pela Constituição de 1988, que foi fundamental na implementação destes espaços de participação da sociedade civil. Por outro lado, o processo de encolhimento do Estado e da progressiva transferência de suas responsabilidades sociais para a sociedade civil, que tem caracterizado os últimos anos, estaria conferindo uma dimensão perversa a essas jovens experiências, acentuada pela nebulosidade que cerca as diferentes intenções e orientam a participação (DAGNINO, 2002)

A participação da sociedade civil nas instâncias decisórias, defendida pelas forças que sustentam o projeto participativo democratizante, pode acabar servindo aos objetivos do projeto que lhe é antagônico. Pois, nestas instâncias, habitam projetos políticos distintos, jogos de interesses e patilha de poder. Nesses aspectos, a participação da sociedade civil pode acabar por assumir funções e responsabilidades restritas à implementação e execução de políticas públicas, provendo serviços antes considerados como deveres do Estado, ao invés de compartilhar o poder de decisão quanto à formulação das políticas (DAGNINO, 2002).

Essa nova esfera pública, que incide sobre o Estado, passou a ser constituída por uma construção democrática e participativa, inserindo na gestão pública um conjunto de organizações sociais. No entanto, neste processo os conflitos políticos assumiram características próprias no processo de tomada de decisões, e permite diluir as práticas autoritárias e patrimonialistas (JACOBI, 2003).

O conceito de esfera pública na busca por espaços públicos de participação cidadã, livre e democrática, atravessa a história da humanidade, retratando e adaptando-se às configurações sociais de cada época. Habermas (1997) traz em seus estudos o conceito de esfera pública em sua proposta original, como sendo um fórum para a formação da opinião pública. Após críticas sobre o conceito original, o referido autor reescreve o conceito de esfera pública ou espaço público como o espaço de discussão, fundamentado na capacidade de confrontar argumentos racionais com a opinião baseada na razão. Cabe destacar que através das concepções de Habermas (1997) sobre esfera pública, pode-se

analisar a evolução do conceito de esfera pública desde a pólis grega, passando pela sociedade burguesa medieval até a ascensão dos meios de comunicação de massa contemporâneo (LOPEZ; QUADRO, 2015).

No contexto atual de uma sociedade dita da informação, o alargamento das Tecnologias da informação e comunicação -TICs, a esfera pública, relaciona-se como espaço deliberativo da sociedade civil ao ambiente comunicacional em rede. As TICs contribuem nesta nova conjuntura para transformações culturais, sociais e econômicas. As redes sociais se tornam um novo espaço de debates e exercício da cidadania (LOPEZ; QUADRO, 2015).

Os meios de comunicação apresentam um conjunto de mudanças positivas para a expansão da democracia. Não há dúvida que o campo da esfera pública controlado pelos meios de comunicação de massa mostra relativa porosidade para absorver e processar os temas colocados pelos atores da sociedade civil. Com efeito, se o espaço público não se mostrar poroso à força expressiva, não apenas dos argumentos, mas também da performance e das formas não-verbais de comunicação, este pode se prestar, indefinidamente, à reprodução do poder daqueles que historicamente dominaram o processo de produção do discurso verbal (AVRITZER; COSTA, 2004).

Porém, ainda que os canais de comunicação se tornaram um novo espaço de participação, a esfera pública apresenta mecanismos de seleção que implicam definições prévias de quem são os atores que serão ouvidos e quais serão os temas que efetivamente serão tratados como públicos. Neste contexto, a minoria étnica, grupos discriminados, imigrantes, movimentos transnacionais de movimentos sociais e mulheres são excluídos da esfera pública ou são colocados em um lugar subordinado (AVRITZER; COSTA, 2004).

Cabe descrever quem são os “News Publics”, os “Subaltern Counterpublics” e os “Diasporic Publics”. Na concepção de Avritzer e Costa (2004), os “New Publics” abrangem os novos atores urbanos, novas subculturas, novas etnicidades que contrastam com a imagem das nações homogeneamente mestiças construídas historicamente. Os “Subaltern Counterpublics” são os atores sociais que representam grupos tradicionalmente

excluídos do espaço público e que, ao mesmo tempo, denunciam os limites do espaço político estabelecido e reivindicam seu direito de participar nele. Por fim, os “Diasporic Publics” envolvem todos os novos públicos que apresentam uma inserção ambivalente no espaço público nacional: ao mesmo tempo que partilham dele, compartilham de redes transnacionais e se constituem, assim, como agentes permanentes de introdução de inovações sociais no contexto nacional. Estes são os casos das redes de movimentos transnacionais de movimentos sociais, de imigrantes, entre outros (AVRITZER; COSTA, 2004).

Assim, os estudiosos supracitados alertam que, mesmo com a ampliação dos canais de comunicação, muitos atores sociais ficam de fora das discussões na esfera pública. Esse fator ocorre devido a uma visão herdada da sociologia da sociedade de massas e da recepção tardia do conceito de indústria cultural.

Se esboça a imagem de um público atomizado e disperso que, de produtores críticos de cultura, se transformaram, no âmbito do processo mesmo de constituição da sociedade de massas, em consumidores passivos dos conteúdos dos mesmos (AVRITZER; COSTA, 2004, p. 717).

Deste modo, ainda há à necessidade de horizontalizar os processos decisórios ou de promover processos de “alfabetização política”, que permitem, no nível local, a vivência da noção de poder, do conhecimento, de forma que todos os atores sociais estejam capacitados a tomarem decisões dentro da esfera pública. É preciso que, no seio de uma esfera pública porosa e pulsante, temas, posições e argumentos trazidos pelos novos atores sociais, encontrem formas institucionais de penetrar o Estado e, por essa via, democratizá-lo, tornando-o objeto do controle dos cidadãos (AVRITZER; COSTA, 2004).

Esses fatores demandam a urgência de avaliação e acompanhamento sobre a efetividade da participação democrática nas instâncias participativas. Não podemos supor que a participação social seja reduzida apenas aos espaços dos conselhos. “O balanço das experiências de mais de uma década revela que os conselhos não podem ser considerados os únicos condutores da participação política e nem exemplos de uma sociedade civil organizada” (RAICHELIS, 2013, p.13). O conselho é uma das formas que o movimento social conseguiu conquistar, mas que necessita de avaliação. Segundo a

mesma autora, nos conselhos ainda prevalece o controle do Estado sobre a produção das políticas públicas, daí os riscos de buracratização, cooptação e rotimização do seu funcionamento. A centralização do poder nas mãos do Executivo fragiliza, em muitos casos, a autonomia dos conselhos diante das condições que os governos reúnem para interferir, neutralizar ou mesmo minar suas ações e decisões.

Contudo, faz-se necessário ampliar os canais de participação de forma que os diversos anseios sociais sejam contemplados. Para Subrats (2011, p. 6) [...] “se queremos uma democracia viva, uma política compartilhada, necessitamos de espaços e oportunidades que permitam debates abertos, onde todos podem intervir e construir ideias e visões também compartilhadas” [...]. No entanto, não basta ter abertura, é preciso que o espaço público abranja não só os argumentos verbais, mas também, outras formas não-verbais de comunicação, para superar a assimetria do discurso verbal que, muitas vezes, acabam sendo privilégio de pequenos grupos munidos de conhecimentos e do poder do discurso (AVRITZER; 2011).

#### **4.4. Gestão participativa dos recursos hídricos: recomendações das conferências sobre meio ambiente e água**

O século XX é caracterizado por um acelerado processo de desenvolvimento industrial e urbano, intensificando o aumento das desigualdades sociais e da destruição dos recursos naturais (MALHEIROS; PROTA e RINCÓN, 2013). Como forma de tentar resolver os problemas relacionados à degradação ambiental, a partir da década de 80 foram realizadas diversas Conferências Internacionais como, a de Estocolmo (1972), Belgrado (1975), Tblisi (1977), Moscou (1987), Rio de Janeiro (1992), entre outras. Discutiam-se as relações entre desenvolvimento econômico, preservação ambiental e desenvolvimento sustentável, apontando como instrumento para alcançá-lo, a participação social (CEPAL, 1998).

Todos estes eventos internacionais, desde a primeira conferência global sobre questões ambientais, a conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente em Estocolmo - Suécia em 1972, demonstraram preocupações sobre o tema água. Logo, passou a ser pauta na conferência das Nações Unidas sobre a água, realizada em Mar del Plata em

1977 (MALHEIROS, PROTA E RINCÓN, 2013). A partir desses eventos, o discurso sobre a importância de uma maior atenção ao planejamento integrado do uso da água ganhou destaque. Recomendaram-se a adoção de medidas para possibilitar a participação efetiva da sociedade no processo de planejamento e tomada de decisões, englobando usuários e autoridades públicas (CEPAL, 1998).

Logo, na Conferência Internacional sobre a Água e o Meio Ambiente em Dublin - Irlanda, 1992, o tema participação social é destacado como um dos quatro princípios básicos para o processo de negociação das questões hídricas. “O aproveitamento e a gestão da água deverão ser baseados numa abordagem participativa, envolvendo os usuários, os planejadores e os responsáveis pelas decisões em todos os níveis (CEPAL, 1998, p.49). De uma forma geral, a maioria dessas conferências destacaram que, para alcançar um gerenciamento eficiente dos recursos hídricos, é preciso estabelecer arranjos institucionais nas esferas local, nacional, e internacional com o comprometimento de todos os interessados. Ressaltaram a importância da participação dos usuários, dos planejadores e dos legisladores no sistema de gestão. De uma sensibilização baseada em programas efetivos de informação, capacitação e comunicação dos envolvidos na implementação de tais arranjos. E da adoção da bacia hidrográfica como entidade geográfica para a gestão dos recursos hídricos - Conferência de Mar del Plata 1977 (PIO, 2005).

Dessas conferências, destacaremos a Mar de Plata, de 1977, a de Dublin, de 1992 e a Cúpula da Terra ou ECO - 92, por enfatizarem em seus documentos a participação social. A conferência de Mar de Plata pontuou duas ações que mais tarde viria ocorrer no Brasil 20 anos depois. A primeira se refere a importância de se dar aos usuários uma representação e participação adequada na ordenação das Águas. Destacou o papel da mulher, da juventude, das populações indígenas e das comunidades em serem representados na gestão da água. E a outra recomendação foi direcionada aos governos:

Considerem, como questão urgente e importante, o estabelecimento e fortalecimento de direções para as bacias fluviais, com a intenção de obter uma planificação e ordenação destas bacias mais eficiente e integrada a respeito de todos os usos de água, quando assim se justifique por razões de conveniência administrativa e financeira (CEPAL, 1998, p. 33).

Pêgo e Silva (2009, p. 33) entende que [...] “é forçoso identificar parentesco entre as tais direções para as bacias fluviais, do texto de 1977 e os Comitês de bacia hidrográfica, consagrados na legislação brasileira de 1997” [...]. Nos comitês, aliás, estão representados os segmentos usuários, como propunha a primeira das duas recomendações já supracitada.

A Conferência Internacional sobre a Água e o Meio Ambiente em Dublin, em 1992, foi o último encontro dos principais atores mundiais de recursos hídricos, antes da grande Conferência de Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, realizada no Rio de Janeiro em 1992. Neste referido documento, ficou destacado que os Estados devem prover e promover ampla participação dos indivíduos e ONG's em todos os aspectos da conservação ambiental. Em particular, os governos devem dar a oportunidade de participação social, individual ou coletivamente, nos processos de tomada de decisão. Evidencia-se que havia uma urgência em consolidar o enfoque integrado da água de forma multidisciplinar entre sustentabilidade, gestão descentralizada, participação social e a relação de gênero e água. Assim, a água passa a ter valor econômico, mas de forma que não infringisse o direito social de acesso (CEPAL, 1998).

Por outro lado, sob a ótica do mercado neoliberal, a água passa a ser tratada como uma mercadoria, alheia à lógica dos direitos humanos. De fato, há uma dicotomia “bem público” versus “bem econômico”, gerando um movimento conflituoso, um jogo de interesses, disputa pelo domínio deste bem público característico do pensamento neoliberal. Neste campo de disputa, a esfera pública é cada vez mais “encolhida”, fazendo com que nem todos os anseios sociais estejam representados nos momentos de tomada de decisões sobre os usos múltiplos da água (SANTOS; SAITO, 2006).

Os resultados das discussões deste evento foi o ponto de partida para a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida como Rio 92 ou ECO 92, celebrada na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, em 1992. Essa conferência ficou conhecida como "Cúpula da Terra" e, estiveram presentes 179 Estados-Nações, dos quais 114 foram representados pelos seus chefes de Estado (ONU, 1992). Na conferência Rio 92, foram estabelecidos os princípios 10, 20, 21 e 22, que as questões

ambientais são mais bem administradas com a participação de todos os cidadãos envolvidos. Neste evento ficou acordado que todos os Estados devessem facilitar e encorajar a consciência e a participação pública, fazendo ampla disponibilização de informação. E, referiu-se à participação da mulher, da juventude, dos povos indígenas e das comunidades locais como elementos importantes nos processos de negociação da água (CNUMAD, 1992).

A Agenda 21 – fruto da CNUMAD - propôs o fortalecimento dos grupos sociais relevantes para promover e qualificar sua participação nos processos de negociação (RABELO, 2012). O referido documento destacou a importância dos governos em criarem políticas que facilitem o intercâmbio direto de informações ambientais, entre governos e o público. Ficou estabelecido a implementação de procedimentos de avaliação prévia de impactos ambientais em prol do desenvolvimento sustentável.

Neste contexto, a gestão integrada e participativa dos recursos hídricos é fruto dessas pressões e mudanças ocorridas no final do século XX, em todo o mundo (ESPLUGA; SUBRATS, 2008). A democracia participativa tornou-se foco de via política para a construção da sustentabilidade na ação local e na gestão compartilhada dos recursos hídricos. No entanto, “Colocar em marcha uma gestão desse tipo demanda mobilizar, capacitar e garantir as condições de participação dos vários segmentos sociais - especialmente daqueles que, historicamente, por suas condições de vulnerabilidade, não tiveram a oportunidade de apresentar seus interesses, julgar e decidir” (RABELO, 2012, p. 254).

É preciso garantir à sociedade o acesso a informação confiável, atualizada, relevante e completa como instrumento de incentivar e qualificar as consultas, debates e tomada de decisões (RABELO, 2012). Porque, a transparência nos processos de tomada de decisão e a publicidade dos atos administrativos contribui para fortalecer, não somente, a natureza democrática das instituições ambientais e dos governos, mas também a confiança do povo em seus representantes.

#### **4.5. Participação social na política nacional de recursos hídricos**

Neste tópico foi discutido a participação social na governança da água a luz da PNRH. Discorreremos sobre os desafios da efetividade da participação democrática por se tratar de uma gestão permeada por conflitos, partilha de poder e distintos interesses políticos, social e econômico.

O modelo de gestão das águas no Brasil é fruto das transformações corridas na matriz sociopolítica no contexto mundial entre a década de 70 e 80, período o qual, a centralidade do poder estatal passa a ser questionada (ALVES, 2015). A crença no antigo modelo de gestão centralizadora havia esgotado e os instrumentos de políticas públicas focado em âmbito setorial, com aporte jurídico, imposto e predominantemente burocrático, não atendida às demandas da sociedade na sua coletividade (BARBI; JACOBI, 2007).

Na concepção de Espluga e Subirats (2008), não havia mais sustentação para a crença de que as pessoas que não integram o Poder Público ou não possuem os conhecimentos técnicos, fossem incapazes de opinar para a solução dos problemas sociais. “Não há mais como prevalecer a lógica da gestão verticalizada; cada vez mais somos confrontados com problemas mais globais e interligados e, portanto, mais difícil de segmentar, definir e dirigir da forma como até então predominavam” (ESPLUGA; SUBRATS, 2008, p.1).

As mudanças ocorrem em todas as áreas, dentre elas, a de recursos hídricos – um dos eixos das políticas ambientais – também foi afetada por esse novo cenário (RABELO, TEIXEIRA e ESPLUGA, 2013). Não era mais possível negar os impactos socioambientais e tampouco excluir os diferentes atores do processo de tomada de decisões (WOLKMER; PIMMEL, 2013).

Até então, a gestão da água no país era fragmentada e centralizada. Fragmentada porque cada segmento (energia, agricultura, irrigação, saneamento, entre outras) realizava seu próprio planejamento e tomava as suas medidas para o uso da água. E, centralizada porque os governos estaduais e federal definiam a política de recursos hídricos sem que houvesse a participação dos usuários da água e da sociedade civil (ABERS; JORGE,

2005). Assim, a participação social ficava a cargo apenas do Poder Público e da sociedade civil. Cenário este que, segundo Campos (2004) mesmo com a nova política de gestão das águas, cujo princípio é a integração - além da descentralização e participação - este quadro parece não ter mudado.

A sociedade passou então a questionar o papel do Estado gestor exclusivo dos recursos hídricos e sobre a gestão dos usos da água, que, até então vinha sendo executada. Indagava-se sobre a localização dos centros decisórios; o foco das políticas de água e a unidade de referência a ser adotada pela mesma; e os atores considerados e incluídos nesse processo (CAMPOS; FRACALANZA, 2010). Buscava-se uma solução que rompesse com a centralidade do poder decisório do Estado. Propunha-se a construção de um novo desenho institucional em que se equiparasse a ação do Estado as demais esferas. Diversas experiências serviram de base, dentre estas, o modelo francês de Comitês de Agencia de bacia (CAMPOS; FRACALANZA, 2010).

Em 1981, a Política Nacional do Meio Ambiente introduziu mecanismos de gestão colegiada e participativa, como o Conselho Nacional de Meio Ambiente-Conama (RABELO, 2012). Foi considerado um marco de ruptura com o modelo monopolista da autoridade pública de uma nova institucionalidade composta por uma gestão colegiada e participativa (MALHEIROS et al., 2013; JACOBI, 2003).

Havia uma pressão social por abertura de novos espaços participativos que culminou na elaboração da CF/88, a qual ficou conhecida como Constituição Cidadã. Para (RABELO, TEIXEIRA e RINCÓN, 2013, p.191) a aprovação da CF/88 foi resultado das forças sociais que tornaram institucional a gestão descentralizada e participativa do Estado. Para os estudiosos supracitados “desde então, em todos os níveis e áreas, se pôs em marcha a construção de um novo sistema de gestão que inclui os conselhos gestores e as conferências de políticas públicas, entre outros fóruns.

Por outro lado, a participação cidadã também foi resultado do crescimento da força do neoliberalismo com suas pressões pela modernização do Estado brasileiro, contra a ineficiência e burocracia; que vê na crise hídrica uma oportunidade de negócios. A

descentralização ganha essa dualidade, denominada para Dagnino (2002, p.146) como [...] “a confluência perversa da participação” [...]. Evidencia-se que este aspecto reflete nos processos participativos tornando-os pouco efetivo na prática.

Embora, estas assimetrias estejam presentes no processo de descentralização, a governança da água inicia-se com a Constituinte. Os cursos de água do território nacional passariam a bens de domínio público extinguindo o domínio privado das águas (BARBOSA, HANAY e SILVA, 2016). Também, a Carta Magna expressou princípios democráticos através do seu artigo art.1º, parágrafo único: “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição” (BRASIL, 1988). Esse foi o marco legal que reconheceu a participação social como um direito, tanto individual como coletivo. (ALVES, 2015).

No que tange as questões ambientais, o art. 225 da Constituição definiu: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo - se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988). Este princípio fez com que houvesse a distribuição de responsabilidades sobre as questões ambientais entre as esferas de governo e a sociedade.

Assim, a governança participativa da água se consolida com a aprovação da Lei 9.433 de 1997 que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, introduzindo um modelo sistêmico, integrado, descentralizado e participativa para gerir os usos múltiplos da água. Princípios estes, já definidos pelos tratados internacionais e na Constituição Nacional. A nova lei também criou o SINGREH do qual fazem parte os conselhos estaduais e distrital de recursos hídricos e os comitês de bacias hidrográficas – todos órgãos colegiados (ANA, 2013). A adoção da bacia hidrográfica passa ser a unidade de gestão e planejamento das águas e, é também, local de atuação do SINGREH.

Neste novo arranjo institucional, destaca-se como uma novidade os comitês de bacia hidrográfica de âmbito estadual ou federal, dependendo da jurisdição do principal rio da

bacia. Os comitês são formados por usuários da água, sociedade civil organizada e representantes de governos municipais, estaduais e federal (RABELO, 2012).

A composição e atribuições desses organismos estão definidas na Resolução nº 05/2000 do CNRH. Segundo a resolução, os CBHs têm caráter normativo, decisório e consultivo e suas funções incluem aprovar e supervisionar a aplicação do plano de recursos hídricos, o estabelecimento dos mecanismos de definição dos valores da cobrança pelo uso da água e a gestão das quantidades a receber; promoção do rateio dos custos das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo (RABELO; TEIXEIRA; ESPLUGA, 2013).

No entanto, a efetivação do processo de gestão das bacias hidrográficas no Brasil, ainda é embrionário, e a prioridade dos organismos de bacia centra-se na criação dos instrumentos necessários para a gestão, dentre eles, o Plano de bacia (BARBI; JACOBI, 2007). Além disso, é preciso oferecer aos membros de comitês formação política para que ocorra capacitação. Segundo Machado (2003), Wolkmer e Pimmel (2013) e Lanna (1995), a nova Lei das águas acaba priorizando o reconhecimento técnico-científico nos espaços decisórios da bacia, o que inibe a participação de diversos atores nas atividades dos comitês.

Ou seja, na prática ainda é difícil superar a herança de um Estado interventor e paternalista, tal como as relações que estabeleceu com grupos dominantes que, carregam para o interior das IPs, traços da herança ditatorial (CAMPOS; FRACALANZA, 2010). Mantem-se o poder decisório entre os que detêm maior capacidade organizativa, força política ou conhecimento técnico-científico, dificultando a interlocução e o compartilhamento de responsabilidade dentre os vários seguimentos. Estas lacunas impedem a efetividade da participação social e põe em dúvida a representatividade e, conseqüentemente, compromete a qualidade da governança democrática na gestão dos recursos hídricos.

Tais fragilidades demandam que, ao discutir a governança da água, deve-se superar a versão idealizada de governança que apresenta o Estado, o mercado e a sociedade civil como parceiros que participam de uma relação simétrica e despolitizada. Necessário se

faz avaliar os processos que permeiam a governança democrática nos comitês de bacia. Algumas interrogações são colocadas: “Quem toma as decisões? Como os atores participam no processo de governança democrática? Quais atores as decisões pretendem beneficiar? Existem mecanismos de controle democrático para controlar os tomadores de decisões? Quais são os instrumentos disponíveis que são colocados para que haja a participação? Essas indagações podem fundamentar a discussão sobre a governança da água e auxiliar para a reflexão sobre a participação na gestão hídrica na ótica do conflito.

#### **4.6. Identificando os atores sociais na gestão participativa dos recursos hídricos**

A gestão da água deve integrar todos os setores envolvidos em uma arena única de decisão (ABERS; KECK, 2008). A participação na gestão dos recursos hídricos é uma partilha de poder e por isso, não se pode perder de vista que a participação é, em si, um [...] “conceito e uma prática em disputa” [...] (SANTOS; SAITO, 2006, p.9). A resolução de conflitos deve ser feita com a participação de todas as partes envolvidas.

No entanto, é preciso trazer para essa discussão quem são os atores legalmente previstos a participarem. Partindo do contexto global, buscando descrever de forma precisa quem são os atores sociais que devem participar, encontramos nos marcos legais das conferências internacionais realizadas para discutir a gestão dos recursos hídricos, por sua vez, nos mostrou a importância de se dar aos usuários uma representação e participação adequada na ordenação das águas, conforme já detalhado no tópico 4.4, deste estudo. Os referidos marcos legais destacaram o papel da mulher, da juventude, das populações indígenas e das comunidades em serem representados na gestão da água.

Inserir os novos atores sociais na gestão das águas possibilita a adoção de um modelo de gerenciamento sistêmico participativo, um processo de negociação social, sustentado por conhecimentos científicos e tecnológicos, que visa a compatibilização das demandas e das oportunidades de desenvolvimento da sociedade com o potencial existente e futuro do meio ambiente a longo prazo (CAMPOS E FRACALANZA, 2010). Ou seja, é dar a devida ênfase às relações ligadas aos interesses, vantagens e necessidades dos grupos sociais que normalmente são discriminados, excluídos durante as tomadas de decisões.

A Agenda 21, no capítulo 18, descreve de forma precisa os atores sociais que devem ser inseridos nas tomadas de decisões na gestão dos recursos hídricos. Evidencia-se a importância da ampla participação de segmentos da sociedade, muitas vezes excluídos, como os grupos vulneráveis sob o aspecto social e político, ou em desvantagem relativa como: as comunidades tradicionais e locais, mulheres e jovens, crianças, idosos, deficientes e indígenas devem ser incluídas e fortalecidas nos diferentes processos de formulação das políticas públicas (CNUMAD, 1992).

Traços semelhantes as recomendações da Agenda 21 são assinalados na legislação brasileira, por seguir uma tendência das recomendações internacionais, demonstrando-se importantes avanços que colaboram na construção de processos e espaços mais democráticos, principalmente a partir da CF/88 (LUZ, 2017). A Constituinte dedicou o capítulo VI, art. 225 para tratar das questões ambientais em uma perspectiva social:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

Na Lei nº 9433/1997, a participação merece destaque logo no art. 1º, por mencionar os fundamentos da PNRH, com a seguinte citação: “VI - a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público (gestores e técnicos), usuários e a comunidade” (BRASIL, 1997). No que tange a comunidade vale destacar a importância dos representantes eleitos e da administração pública, dos grandes consumidores de água, mas também devemos apontar os grupos que normalmente são esquecidos dos debates como os ribeirinhos, pequenos agricultores, metropolitanos sem água encanada e outros cidadãos normalmente excluídos dos processos políticos. A gestão dos recursos hídricos depende, portanto, do entrosamento, da participação e da consciência de cada um desses personagens (SOUZA, 2010).

Vale assinalar que a Lei das Águas também estabelece diretrizes gerais de ação para a implementação da PNRH. No inciso II do artigo 3º destaca-se: [...] “a adequação da gestão

de recursos hídricos às diversidades físicas, bióticas, demográficas, econômicas, sociais e culturais das diversas regiões do País” [...] (SOUZA, 2010, p.21).

Quanto as instâncias de participação social, a Lei define como: as instituições participativas e o processo de planejamento dos recursos hídricos. Instituições Participativas que tratam da gestão dos recursos hídricos são: o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH); os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos (CERHs) e os Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs). Todos são órgãos colegiados com funções consultivas e deliberativas, devendo estar compostos por representantes da sociedade, dos usuários da água e do poder público (BRASIL, 1997).

Esses organismos dialogam entre si para cumprir as metas da PNRH, mas, entre todos, os comitês merecem destaque, pois são neles que os representantes do poder público, da sociedade civil e dos usuários decidem em escala local, ou “debaixo para cima”, a gestão das águas no Brasil (SOUZA, 2010).

Os CBHs são considerados um parlamento das águas, onde é possível a participação da sociedade e dos setores interessados nas discussões referentes aos recursos hídricos, constituindo um processo decisório com participação social. Eles devem ser compostos por vários segmentos da sociedade, entre eles: setor dos usuários, sociedade civil organizada e órgãos públicos envolvidos na questão dos recursos hídricos (BRASIL, 1997).

Trata-se de uma concepção de gestão pública colegiada, com negociação sociotécnica, através dos CBHs, na qual a legislação de recursos hídricos reserva à sociedade civil uma responsabilidade central na condução da política e da gestão desses recursos. Já aos usuários da água, cabe organizar-se e participar ativamente dos comitês, defender seus interesses quanto aos preços a serem cobrados pelo uso, assim como sobre a aplicação dos recursos arrecadados e sobre a concessão justa das outorgas dos direitos de uso. Convém observar que isto implica em complexos processos de negociações e resolução de conflitos diversos (JACOBI, 2004).

Já o processo de planejamento dos recursos hídricos ocorre mediante a elaboração e a construção dos PRHs que são: o PNRH; os Planos Estaduais de Recursos Hídricos (PERHs) e os Planos de Bacia Hidrográfica (PBHs) (BRASIL, 1997). Embora eles possuem diferentes diretrizes de elaboração e de processo de participação pública, têm uma linha geral e partem de atividades de mobilização e sensibilização da sociedade para a participação no processo de elaboração desses instrumentos (ANA, 2013).

A participação pública deve permear todas as fases de elaboração dos planos: Fase A - Diagnóstico da situação das águas; Fase B - Definição de enquadramento dos cursos fluviais em classes de uso; Fase C- Discussão do Plano de Ações. Os meios adotados para o desenvolvimento da participação pública são: encontros públicos, reuniões temáticas e setoriais, oficinas e cursos (ANA, 2013).

É nessas etapas que se têm o propósito de integrar os diferentes atores que deverão contribuir com a construção e discussão de alternativas para a concretização dos planos. São espaços abertos de discussão e de participação direta/indireta da população no processo, em que estão presentes representantes dos Conselhos de Recursos Hídricos, Comitês de Bacias Hidrográficas e indivíduos de todos os segmentos sociais e população em geral (MALHEIROS; PROTA; RINCÓN, 2013).

De modo geral, pode se observar que ocorreram importantes avanços no setor de recursos hídricos ao longo dos últimos vinte anos, sendo que o mais significativo é a mudança de uma gestão institucionalmente fragmentada para uma legislação integrada e descentralizada. Envolve os três segmentos, poder público, sociedade civil e usuários nas tomadas de decisões. Esta reorganização do sistema substitui práticas profundamente arraigadas de planejamento tecnocrático e autoritário. Devolve-se o poder para as instituições descentralizadas de bacia, e isto implica em promover processos de negociação entre os diversos agentes públicos, usuários e sociedade civil organizada (JACOBI; BARBI, 2007).

Cabe ressaltar que, a legislação ainda não incorporou todos os grupos sociais, normalmente excluídos dos mecanismos tradicionais de deliberações que envolvem usos

múltiplos da água como os aspectos culturais, religiosos, simbólicos, entre outros. Isto decorre do fato que estes grupos ainda não possuem os recursos econômicas e sociais e as informações que permitiriam sua participação nas atividades que permeiam processos decisórios em torno de questões ambiental (JACOBI; BARBI, 2007).

Ainda há muitos setores da sociedade sem representação no comitê por causa de: barreiras culturais, desigualdades sociais, falta de esclarecimentos e informações, falta de recursos financeiros, baixo nível de organização e, acima de tudo, a pouca efetividade da cultura de participação (CAMPOS, 2004).

Essas considerações devem ser debatidas, principalmente, no âmbito de elaboração de plano de bacia, tendo como parâmetro as demandas da nova governança da água. A participação dos diferentes atores é indispensável para construção democrática de todas as etapas das políticas públicas, como salienta Jacobi (2007). É por esses fatores que os comitês devem ampliar novos espaços de participação, evitando que as tomadas de decisões fiquem apenas nas mãos dos gestores e técnicos.

Sobre esse aspecto, Machado (2006) argumenta que a gestão integrada, descentralizada e participativa de uma bacia hidrográfica é um assunto sério demais para ficar nas mãos tão-somente dos técnicos do Poder Público. As atividades técnicas por trazerem um propósito político geram, intrinsecamente, um processo de caráter político, já que sempre se deve escolher. A política tem o propósito de manter, legitimar, influenciar ou transformar as configurações, as ideologias e os valores por meio dos quais os indivíduos, os grupos e as sociedades organizam os recursos materiais e sociais. Para Machado (2006) todo e qualquer técnico, enquanto pessoa humana traz consigo os valores políticos, éticos, morais e hábitos profissionais da sociedade e da cultura da qual faz parte, valores esses que norteiam suas ações profissionais e individuais.

Para Viegas (2012), o foro mais importante de concretização do princípio da participação é o comitê de bacia, pois estão representados os segmentos estatais, os usuários e a sociedade civil. Esse modo de gestão rompe o paradigma dominante até a edição da Lei das Águas, que era marcado por uma administração centralizada e fragmentada da água.

“O novo modelo leva em consideração o princípio da multiplicidade de usos e de usuários dos recursos hídricos” (VIEGA, 2012, p. 162).

Uma das principais funções do comitê é o acompanhamento e aprovação do plano de bacia. Sobre este aspecto, Machado (2006) argumenta que é preciso levar em conta as histórias particulares de cada localidade e as diversas contribuições das populações envolvidas, incorporando-as aos planos diretores e ao enquadramento dos cursos de água. Machado entende que o plano diretor da bacia não deve ser elaborado apenas pelo corpo técnico do Poder Público, mas é preciso garantir a efetiva participação da população local na consolidação e materialização de um pacto, através da prática política do que chamamos de "gestão integrada com negociação sociotécnica" (MACHADO, 2006, n.p).

Deve se considerar os conhecimentos empíricos local da população sobre os corpos d'água de uma bacia hidrográfica pois possui um valor socioambiental inigualável. Caso os gestores não se esforcem para inserir estes saberes, pode resultar em políticas de intervenção de resultados desastrosos.

É a população, que vive as águas de uma bacia hidrográfica, que se relaciona com os corpos d'água de diversas maneiras, fazendo seu uso para fins econômicos - como uso doméstico, produção agropecuária, pesca, entre outros, e também para fins recreativos e de transporte -, que arca com as consequências negativas de um plano diretor elaborado unilateralmente (MACHADO, 2006, n.p).

Além disso, deve levar em consideração que os cursos d'água tem uma representação social e histórica para a comunidade, tornando-se elemento e sentidos simbólicos ocupam uma parte importante de seu patrimônio cultural (MACHADO, 2006).

É por esses fatores que na gestão de bacias hidrográficas deve promover a participação coletiva e o diálogo entre os atores envolvidos, levando em conta a forma como lidam entre si e com suas interdependências. Ainda é preciso reconhecer as estratégias uns dos outros, em busca de um campo sinérgico de negociação para os usos múltiplos da água. Assim, pode-se favorecer o desenvolvimento de uma consciência ambiental coletiva (JACOBI, 2011).

Entendemos que, embora tenha tido avanços nas questões da participação na gestão dos recursos hídricos, ainda falta ampliar os espaços públicos e plurais de articulação e participação, nos quais os conflitos se tornam visíveis e as diferenças se confrontam, enquanto base constitutiva da legitimidade dos diversos interesses em jogo.

Evidenciamos que os processos de tomadas de decisões na gestão dos recursos hídricos são permeado pelas estruturas políticas e administrativas tradicionais, pelas força dos aparelhos técnico-burocráticos e as relações corporativas e clientelistas, tornam-se ainda obstáculos à implantação da descentralização e, principalmente, da participação de novos atores no processo de tomada de decisões.

Tais obstáculos demonstram uma indisposição de grupos dominantes no interior dos IPs em compartilhar o poder com outros grupos subrepresentados. Contudo, não se pode retirar dos novos atores sociais o direito à participação para a tomada de decisões dos usos múltiplos da água.

## 5.RESULTADOS E DISCUSSÕES (I)

### 5.1 ENQUADRAMENTO DE CORPOS DE ÁGUA E PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS DOS RIOS SANTA MARIA DA VITÓRIA E JUCU – ANTECEDENTES E EVOLUÇÃO<sup>8</sup>

O presente capítulo recupera o contexto histórico que culminou na elaboração do Enquadramento de corpos de água e no PRH dos rios Santa Maria da Vitória e Jucu. E, ainda, descreve as atividades desenvolvidas nesse processo – com ênfase nos momentos que incluíam a participação pública. Considerando o objetivo deste trabalho, foi imprescindível investigar, sistematizar e analisar os fatos que antecederam ao processo de elaboração dos instrumentos de planejamento das bacias do SMV e Jucu. Apesar das lacunas nos registros documentais, o resgate do contexto histórico da criação desses comitês envolvidos gerou um material importante para futuras análises. E lançou luz sobre os esforços de mobilização e articulação interinstitucional, e da intenção política na integração das agendas para o trabalho conjunto de elaboração dos respectivos Enquadramentos e Planos.

A PERH-ES foi instituída pela Lei nº 5.818 de 29/12/1998, substituída posteriormente pela Lei nº 10.179 de 18/03/2014, que incorpora as diretrizes da Lei das Águas (Lei 9.433/97), dentre elas, a gestão descentralizada e participativa de forma a envolver o poder público, os usuários e a sociedade civil (SALAROLI, 2011). Evidencia-se que ambas as legislações, Federal e Estadual, convergem ao definir que a gestão dos recursos hídricos deverá estar munida dos instrumentos previstos em lei, dentre eles o plano de bacia, o enquadramento dos corpos de água em classes, a outorga de direito de uso dos recursos hídricos e a cobrança pelo uso da água.

No entanto, para que os instrumentos possam ser colocados em prática, faz-se necessária

---

<sup>8</sup> Com a concordância de nossa orientadora, o levantamento de dados e a redação deste capítulo foram produzidos de forma conjunta por Adriane Oliveira Santos Barbosa, Ana Paula Bissoli e Simone Alves Fernandes – considerando que a temática era comum aos seus respectivos projetos de pesquisa: Planejamento dos recursos hídricos: análise da qualidade democrática com foco nos participantes (em fase de publicação); com foco nos níveis de participação (em fase de publicação); e com foco na comunicação (em fase de publicação), que resultaram nas dissertações do Programa de Mestrado Profissional em Rede Nacional em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos. O capítulo faz um resgate e um registro histórico de um momento singular da PERH. Significativa parte das informações aqui apresentadas baseia-se nas entrevistas realizadas com lideranças que participaram dos processos estudados.

a existência e operação de seu respectivo CBH (OLIVEIRA, 2011). De acordo com a Agência Estadual de Recursos Hídricos (AGERH), em 2018 o Estado do Espírito Santo possuía 14 CBHs estaduais<sup>9</sup>. Dentre esses, trataremos aqui dos CBHs SMV e Jucu, sobre os quais segue uma breve descrição sobre sua área de abrangência, sua criação e o processo de planejamento em estudo.

### **5.1.1 As bacias hidrográficas dos rios Santa Maria da Vitória e Jucu – delimitação e caracterização**

A bacia hidrográfica do rio Santa Maria da Vitória ocupa uma área de 1.876 km<sup>2</sup> abrangendo cinco municípios do Estado do Espírito Santo: Santa Maria de Jetibá integralmente e parte dos municípios de Cariacica, Santa Leopoldina, Serra e Vitória (RELATÓRIO TÉCNICO 1, 2014).

O rio Santa Maria da Vitória nasce em altitudes em torno de 1.300m acima do mar e desce de uma serra cuja cumeeira é o divisor de águas com a bacia do rio Jucu, percorrendo 122 km até desaguar na Baía de Vitória, onde forma um delta. As principais atividades econômicas da bacia incluem a geração de energia hidrelétrica, abastecimento humano, pesca, irrigação, a pecuária, turismo e Unidade de Conservação (UC). Os principais problemas da bacia são queimadas, ausência de mata ciliar, estradas mal planejadas, desmatamento, despejo de efluentes e ocupação desordenada (RELATÓRIO SÍNTESE, 2016). Já a bacia hidrográfica do rio Jucu possui uma área de drenagem 2.032 km<sup>2</sup>, situada na região centro sul do Estado do Espírito Santo, abrangendo seis municípios capixabas: Domingos Martins, Marechal Floriano e Viana, integralmente; e Cariacica, Guarapari e Vila Velha, parcialmente (RELATÓRIO TÉCNICO 1, 2014).

O rio Jucu nasce da junção dos rios Jucu Braço Sul e Jucu Braço Norte, suas cabeceiras estão a aproximadamente 1.800m, com seu curso se desenvolvendo numa extensão aproximada de 166 km até desaguar na praia da Barra do Jucu, no município de Vila Velha. É oportuno ressaltar que o recorte da região hidrográfica do rio Jucu abrange as

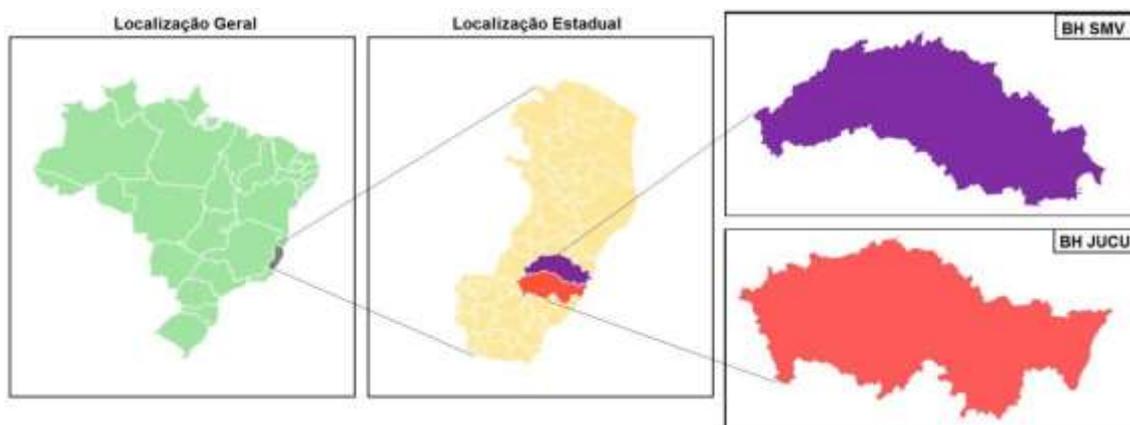
---

<sup>9</sup> Embora o rio São Mateus seja de domínio federal, o comitê existente é de âmbito estadual, mas encontra-se em processo de federalização desde 2017.

microbacias dos rios Aribiri, Formate e Marinho.

Os principais usos da água na bacia incluem o abastecimento público, irrigação, pesca, atividades de turismo e lazer e a proteção dos recursos naturais em UC. Dentre os problemas ambientais, os mais evidentes são assoreamento, desmatamento, despejo de efluentes, queimadas, processos erosivos, uso de agrotóxicos e ocupação desordenada das margens (RELATÓRIO SÍNTESE, 2016). O mapa abaixo indica a localização das referidas bacias nos territórios brasileiro e capixaba.

Figura 1 - Localização das Bacias Hidrográficas (BH) dos rios Santa Maria da Vitória e Jucu/ES



Fonte: Elaborado por Faria<sup>10</sup>, 2018.

No total, as duas regiões hidrográficas compreendem um universo de 1.850.793 habitantes, distribuídos nos dez municípios localizados no território das bacias, inclusive os da RMGV. Considerando o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM, 2010) desses municípios, somente a capital Vitória e Vila Velha, na região metropolitana, são classificados com nível muito alto de desenvolvimento. Já os municípios de Cariacica, Guarapari, Serra e Marechal Floriano classificam-se como cidades de alto desenvolvimento, enquanto que, Viana, Domingos Martins, Santa Leopoldina e Santa Maria de Jetibá apresentam aspectos médios.

Quando observado individualmente, os fatores componentes de renda, longevidade e

<sup>10</sup> O mapa foi produzido por Thaís Teodoro de Faria, Bióloga, Mestranda em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos, exclusivamente para este trabalho.

educação, nota-se que o parâmetro educação foi o pior indicador constituinte de todos os municípios, chegando a apontar até 0,477 em Santa Leopoldina, o que é classificado como muito baixo segundo o PNUD. A longevidade, por sua vez, foi o índice com melhores resultados, ficando próximo ou acima de 0,800 para todos os municípios, conforme apresentado no Quadro 4 (RELATÓRIO TÉCNICO 1, 2014).

Quadro 1 – Índice De Desenvolvimento Humano Municipal

Município	IDHM 2013	Classificação	Componentes		
			Renda	Longevidade	Educação
Cariacica	0,718	Alto	0,699	0,844	0,628
Domingos Martins	0,669	Médio	0,680	0,833	0,528
Guarapari	0,731	Alto	0,746	0,837	0,626
Marechal Floriano	0,710	Alto	0,715	0,849	0,589
Santa Leopoldina	0,626	Médio	0,646	0,797	0,477
Santa Maria de Jetibá	0,671	Médio	0,695	0,834	0,521
Serra	0,739	Alto	0,72	0,844	0,664
Viana	0,686	Médio	0,672	0,816	0,589
Vila Velha	0,800	Muito Alto	0,807	0,864	0,734
Vitória	0,845	Muito Alto	0,876	0,855	0,805

Fonte: Relatório Técnico 1, 2014, p.74.

Segundo Salaroli (2011), a economia da RMGV gera em torno de 58% da riqueza produzida no Estado, estando incorporadas a este território grandes empresas como Companhia Vale do Rio Doce (CVRD, atual Vale), Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST, atual Arcelor Mittal), Companhia Espírito Santense de Saneamento (Cesan), Espírito Santo Centrais Elétricas S. A. (Escelsa, atual Energias de Portugal, EDP), Petrobrás, entre outras.

Essa região concentra a parte mais dinâmica da economia do Estado, com um conglomerado urbano-industrial que concentra o maior volume de investimentos públicos e privados. Já a economia da região serrana tem por base a vocação agropecuária, em especial de café, milho, feijão, arroz, banana, cana-de-açúcar, mandioca, hortaliças e frutas, além da atratividade turística dos municípios (RELATÓRIO SÍNTESE, 2016). Ou seja, ambas as regiões hidrográficas possuem uma economia mesclada com indústria e atividades agropecuárias.

Em termos de abastecimento de água e geração de energia, as bacias hidrográficas dos rios Santa Maria da Vitória e Jucu são primordiais para o Estado: respondem por 98% de água e 25% de energia elétrica da RMGV. Constituem-se nas únicas fontes de abastecimento de água da RMGV, onde se concentram 48% da população do Espírito Santo. A grande preocupação com a quantidade e a qualidade da água está relacionada, portanto, com o sistema econômico-social no qual estão inseridas, já que suprem tanto as demandas de abastecimento da população como de uso industrial e agropecuário (KOELHERT et al, 2017).

Cada município que compõe as duas regiões hidrográficas possui sua constituição histórica, política, social e cultural bem definidas. Destacando-se a organização social dos municípios, é possível verificar muitas formas associativas de abrangência municipal e regional, criadas na busca de resolução dos problemas locais e regionais para cada vez mais, articularem entre si ou entre entidades que favoreçam seus interesses. Dentre as finalidades das associações destacam-se as atividades agrícolas, culturais, artesanatos, gênero, educação do campo e crédito fundiário.

Vale ressaltar que os municípios com maior número de entidades da sociedade civil organizada estão localizados na região serrana (RELATÓRIO TÉCNICO 1, 2014). Essa característica associativa da região, principalmente nos municípios de colonização europeia, representa uma prática cultural originada por imigrantes vindos do período pós-estabelecimento do capitalismo como modo de produção na Europa do século XIX (CHRISTOFFOLI, 2015).

Nesses municípios, os primeiros imigrantes se juntavam para construir escolas, igrejas e até uma usina geradora de energia elétrica (CRISTO, 2010). Essas características contribuem para explicar as especificidades no processo de criação e evolução dos CBHs em cada região, bem como, na dinâmica da implementação da gestão de recursos hídricos. Contudo, não podemos afirmar se elas influenciaram no processo participativo de elaboração do Enquadramento de corpos de água e PRH dos rios Santa Maria da Vitória e Jucu.

### **5.1.2 Criação dos CBHs dos rios Santa Maria da Vitória e Jucu**

De acordo com Salaroli (2011) e Oliveira (2011), até meados do ano de 2007, as bacias dos rios Santa Maria da Vitória e Jucu permaneceram sem CBHs instituídos, diferentemente de outras bacias hidrográficas do Espírito Santo. Este fato pode ser justificado pela criação do Consórcio Intermunicipal de Recuperação das bacias dos rios Santa Maria da Vitória e Jucu, em 1991, que atuou formalmente até 2008. Além dos municípios, o Consórcio era composto pelo Governo Estadual, que passou a atuar através da Secretaria de Meio Ambiente, a CESAN, ESCELSA, empresas do porte da CVRD e a CST.

A criação do Consórcio teve como finalidade a negociação entre os usuários sobre os usos múltiplos da água num período de grande estiagem ocorrida no Estado e, portanto, visando gerir os vários conflitos. Sendo assim, a proposta era que o Consórcio atuasse como figura jurídica capaz de unir os municípios pertencentes às bacias em torno de um problema comum: a escassez hídrica. Para isso, o Consórcio buscava reunir os municípios pertencentes às bacias em torno do diálogo e planejamento para a recuperação das suas águas. Entretanto, segundo Paulino (2018), o Consórcio não avançou em suas ações de mobilização social e na garantia da integração das políticas ambientais. Isso porque, de acordo com Silva (2009), foram desenvolvidas apenas ações tópicas e geograficamente restritas, deixando de corresponder às expectativas da sociedade quanto ao processo de recuperação das duas bacias hidrográficas.

Porém, as diversas iniciativas por ocasião da “Década da Água” promovida pelas Nações Unidas, entre 2005 a 2015, e regulamentado pelo Governo Brasileiro no Decreto de 22/03/2005, criaram um ambiente favorável para ações e políticas sustentáveis de longo prazo, em termos de quantidade e qualidade dos recursos hídricos. Nesse contexto, o Governo do Estado do Espírito Santo colocou em pauta a implementação dos instrumentos da PERH- ES. Dentre tais iniciativas destacamos o início da construção do TdR do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do rio Doce (PIRH Doce). O

processo de planejamento da bacia do rio Doce, realizado entre 2007 e 2008, mobilizou os vários setores relacionados aos RH da bacia, incluindo os CHBs então existentes (ALVES, 2015; BARBIERI, 2018; RABELO, TEIXEIRAE ESPLUGA, 2013). Podemos supor que o planejamento da bacia do Rio Doce significou o acúmulo de experiência e, em alguma medida, de pressões para estruturação do sistema da PERH-ES e seus instrumentos. Essa ideia também foi defendida por uma das entrevistadas (BARBIERI, 2018).

Nesse mesmo período, a realização do VIII Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (ENCOB), em Vila Velha (ES), em agosto de 2006, impulsionou as articulações para a criação do Fórum Capixaba de Comitês de Bacia Hidrográfica (FCCBH). Nesse sentido, a Gerência de Recursos Hídricos (GRH) e a Diretoria de Recursos Hídricos (DRH) do Instituto Estadual de Meio Ambiente (IEMA) tiveram papéis fundamentais. Inicialmente, a discussão para a criação do Fórum Capixaba foi realizada pela GRH/IEMA, juntamente com os representantes da CESAN, dos comitês dos rios Novo e Santa Maria do Doce e dos Pró Comitês Guandu e São José, em dezembro de 2006. Dentre os encaminhamentos finais aprovados pelo grupo, estava a criação do Pró Fórum Estadual de Comitês de Bacias Hidrográficas.

Transcorridos 14 meses, em 21 de fevereiro de 2008, foi criado o Fórum Capixaba com a participação dos comitês já instituídos no Espírito Santo. Inicialmente, a coordenação foi composta por representantes dos comitês Itapemirim, Jucu, Guandu e do Pró Comitê São Mateus, sendo que a coordenação geral ficou com o CBH Guandu, na pessoa do Sr. Cleres de Martins Schwambach. Após a constituição, o fórum teve funcionamento irregular até 2010, quando as discussões foram retomadas por um grupo de representantes dos CBHs com intuito de revisar o Regimento Interno. Dentre as mudanças aprovadas estava a adesão à estrutura de gestão dos comitês, ou seja, diretoria formada por presidente, vice-presidente e secretário executivo. O primeiro presidente eleito do Fórum Capixaba foi o Sr. Élio de Castro Paulino, representante do CBH Benevente (PAULINO, 2018).

Nessa conjuntura, o IEMA passou a fomentar a criação dos CBHs – ao todo seriam dez novos comitês até 2015. Tendo em conta a crise por escassez hídrica na área de maior

densidade demográfica e desenvolvimento industrial do Estado do Espírito Santo, uma das prioridades foi a formação dos comitês dos rios Santa Maria da Vitória e Jucu. As ações nesse sentido iniciaram com a 16ª Descida Ecológica do Rio Jucu<sup>11</sup>, realizada em 20 de março de 2005, que reuniu diversos segmentos sociais e mereceu grande destaque na imprensa (SILVA, 2009; OLIVEIRA, 2011). Com o tema “Pela criação do Comitê de Bacia”, a comitiva estimada em 1.500 pessoas, percorreu aproximadamente 25 km de rio, partindo do município de Viana até a Barra do Jucu em Vila Velha (LAUER, 2005; SILVA, 2009).

Cabe destacar que, desde 1988, um grupo de ambientalistas sensibilizados com a situação do rio Jucu passaram a realizar a Descida Ecológica com o objetivo de sensibilizar a população sobre a importância da preservação, conservação e recuperação dos recursos hídricos. Em 2018 foi realizada a sua 28ª edição, completando 30 anos de mobilização da sociedade em defesa do rio (SÉCULO DIÁRIO, 2018; MORRO DO MORENO, 2018). Contudo, a 16ª Descida Ecológica do Rio Jucu significou um marco na mobilização na gestão dos recursos hídricos do Estado do Espírito Santo, impulsionando ações pró-comitês, sendo a bacia do rio Santa Maria da Vitória como pioneira em tais iniciativas, devido o seu nível de articulação institucional e, posteriormente, se concretizando na bacia do rio Jucu (SILVA, 2009). Desde então, foram realizadas várias assembleias municipais e regionais para a escolha e composição das diretorias e plenários provisórios. Nesse processo destacamos a criação dos CBHs dos rios Santa Maria da Vitória e Jucu, com a assinatura dos Decretos nº 1934-R e nº 1935-R, respectivamente, pelo governador Paulo César Hartung, em 10 de outubro de 2007.

Em observância à PNRH (Lei nº 9.433/97), à PERH-ES (Leis nº 5.818/98 e 10.179/14), à Resolução nº 05/2000 do CNRH e às Resoluções nº 01/2000 e nº 02/2001 do CERH-ES, que definem diretrizes para formação e funcionamento dos CBHs, estabeleceu-se que o CBH SMV seria composto por 24 membros titulares e o CBH Jucu por 27, com mandatos de quatro anos, sendo que a vigência do mandato da diretoria é de dois anos, podendo ser prorrogada pelo mesmo período. Os Quadros 2 e 3 detalham a composição de cada

---

<sup>11</sup> Em 2018, a Descida Ecológica do Rio Jucu realizou sua 28ª edição, completando 30 anos de mobilização da sociedade em defesa do rio. A descida não ocorreu durante dois anos seguidos, 2016 e 2017, devido à poluição e à grave seca, que impossibilitavam qualquer tipo de navegação (SÉCULO DIÁRIO, 2018).

comitê, de acordo com os segmentos representados, bem como a formação das respectivas diretorias de 2008 a 2018.

Quadro 2 - Composição dos CBHs SMV e Jucu

CBH JUCU	CBH SANTA MARIA DA VITÓRIA
<p>I – 6 representantes dos poderes públicos executivos municipais, designados pelos prefeitos dos municípios constituintes da região da bacia hidrográfica; 3 representantes dos poderes públicos executivos estaduais ou federal designados pelas instituições do Governo do Estado do Espírito Santo ou do Governo Federal, com atuação na Bacia Hidrográfica do rio Jucu;</p>	<p>I – 5 representantes dos poderes públicos executivos municipais, designados pelos prefeitos dos municípios constituintes da região da bacia hidrográfica; 3 representantes dos poderes públicos executivos estaduais ou federal designados pelas instituições do Governo do Estado do Espírito Santo ou do Governo Federal, com atuação na Bacia Hidrográfica do rio Santa Maria da Vitória;</p>
<p>II – 9 representantes da sociedade civil organizadas, sendo 6 de atuação municipal e 3 de atuação regional, correspondentes às categorias assim discriminadas: Instituições de ensino e/ou pesquisa e desenvolvimento tecnológico; Entidades associativas de usuários; Entidades de classe; Associações comunitárias; Organizações civis de recursos hídricos; Organizações não-governamentais ambientalistas ou de recursos hídricos que comprovadamente atuem na bacia hidrográfica, devidamente cadastrados junto à Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEAMA).</p>	<p>II – 8 representantes da sociedade civil organizada, sendo 5 de atuação municipal e 3 de atuação regional, conforme deliberação a ser emitida por ocasião do processo eleitoral.</p>
<p>III – 9 representantes dos usuários de recursos hídricos, sendo 6 de atuação municipal e 3 de atuação regional, assim discriminados: Abastecimento público de água e/ou tratamento e esgotamento sanitário; Industrial, com captação e diluição de efluentes industriais; Agrícola; Aquicultura; Hidroeletricidade; Pesca, turismo, lazer e outros usos não consuntivos.</p>	<p>III – 8 representantes dos usuários de recursos hídricos, sendo 5 de atuação municipal e 3 de atuação regional, conforme deliberação a ser emitida por ocasião do processo eleitoral.</p>

Fonte: Oliveira (2011), p. 258-261.

Quadro 3 - Composição Das Diretorias dos CBHs SMV e Jucu Legenda: SC (Sociedade Civil), PP (Poder Público) e US(Usuário).

<b>DIRETORIAS – CBH JUCU</b>			
<b>Diretoria - 2008 a 2011</b>			
1º Biênio (10/12/08 a 30/06/09)	Presidente	Jader Mutzig Bruna	US - Cesan
	Vice-Presidente	Paulo Sérgio Reetz	PP – Prefeitura de Domingos Martins (DM)
	Secretário Executivo	Petrus Lopes	SC - INJAPA
1º Biênio (01/07/09 a 01/09/09)	Presidente	André Luiz Sefione	US - Cesan
	Vice-Presidente	Gustavo Coser	PP - Prefeitura de DM
	Secretário Executivo	Petrus Lopes	SC - INJAPA
1º Biênio (02/09/09 a 02/03/10)	Presidente	André Luiz Sefione	US - Cesan
	Vice-Presidente	Nilton Falcão	SC – Sindicato Rural de DM e Marechal Floriano (MF)
	Secretário Executivo	Gustavo Coser	PP - Prefeitura de DM
1º Biênio 03/03/10 a 23/09/10	Presidente	Jader Mutzig Bruna	US - Cesan
	Vice-Presidente	Nilton Falcão	SC – Sindicato Rural de DM e MF
	Secretário Executivo	Gustavo Coser	PP - Prefeitura de DM
1º Biênio 24/09/10 a 13/12/10	Presidente	Jader Mutzig Bruna	US - Cesan
	Vice-Presidente	Nilton Falcão	SC – Sindicato Rural de DM e MF
	Secretário Executivo	Daniel WruckBringe	PP - Prefeitura de DM
2º Biênio 14/12/10 a 05/05/11	Presidente	André Luiz Sefione	US - Cesan
	Vice-Presidente	Nilton Falcão	SC – Sindicato Rural de DM e MF
	Secretário Executivo	Daniel WruckBringe	PP - Prefeitura de DM
<b>2011 a 2016</b>			
1º Biênio 06/05/11 a 10/06/13	Presidente	José Dalton Cardoso	US - Irrigante
	Vice-Presidente	Gustavo Coser	SC – Instituto Jutta Batista
	Secretário Executivo	Daniel Wruck Bringe	PP - Prefeitura de DM
2º Biênio 11/06/13 a 03/12/13	Presidente	Alberto Flávio Pêgo e Silva	PP - Prefeitura de Vila Velha
	Vice-Presidente	Elio de Castro Paulino	SC - Sociedade Sinhá Laurinha
	Secretário Executivo	André Luiz Sefione	US - CESAN
2º Biênio 04/12/13 a 13/08/16	Presidente	Elio de Castro Paulino	SC - Sociedade Sinhá Laurinha
	Vice-Presidente	Igor Machado	PP – Prefeitura de Cariacica
	Secretário Executivo	André Luiz Sefione	US - CESAN

<b>DIRETORIAS – CBH JUCU</b>			
<b>2016 a 2020</b>			
1º Biênio 14/08/16 a 12/18	Presidente	Elio de Castro Paulino	SC - Sociedade Sinhá Laurinha
	Vice-Presidente	Vera Lucia Martins Santos	PP - INCAPER
	Secretário Executivo	André Luiz Sefione	US - CESAN
<b>DIRETORIAS CBH Santa Maria da Vitória</b>			
<b>2008 a 2011</b>			
1º Biênio	Presidente	Alberto Flávio Pêgo e Silva	SC - Instituto Ecobacia
	Vice-Presidente	Luis Moulin	US - CESAN
	Secretário Executivo	Alfredo Stange	PP - Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá (SMJ)
2º Biênio	Presidente	Alberto Flávio Pêgo e Silva	SC - Instituto Ecobacia
	Vice-Presidente	Maria Helena Alves	US - CESAN
	Secretário Executivo	Roberto Dias Ribeiro	PP - Prefeitura de Santa Leopoldina (SL)
<b>2011 a 2015</b>			
1º Biênio	Presidente	Roberto Dias Ribeiro	PP - Prefeitura de SL
	Vice-Presidente	Ademilson Modesto Godi	SC – Sintrameta Cariacica
	Secretária Executiva	Maria Helena Alves	US - CESAN
2º Biênio	Presidente	Roberto Dias Ribeiro	PP - Prefeitura de SL
	Vice-Presidente	Clystheres de Freitas	SC - Bombeiros Voluntários de SMJ
	Secretária Executiva	Maria Helena Alves	US - CESAN
<b>2016 a 2020</b>			
1º Biênio	Presidente	Mário Camilo de Oliveira	SC - ACAPEMA
	Vice-Presidente	Deisy Silva Corrêa	US - Cesan
	Secretária Executiva	Wagner Ponciano	PP - Prefeitura de SL

Fonte: Autoras Bissoli e Fernandes (2019)

Embora não seja o objetivo deste trabalho analisar os quadros das diretorias desses comitês citados no quadro acima não podemos deixar de notar que no CBH SMV as mudanças de diretoria ocorrem dentro dos prazos previstos, enquanto que no CBH

Jucu, no período compreendido entre 2008 a 2011, haviam seis diretorias, quando deveria ter apenas duas; e durante o primeiro biênio<sup>12</sup> da gestão 2011 a 2016, haviam duas, enquanto deveria ser apenas uma. Apesar, de nenhum dos entrevistados ter comentado a esse respeito, é possível supor que essas alterações afetaram o ciclo normal do trabalho do comitê.

Isso aponta para uma fragilidade na consolidação do CBH e, conseqüentemente, na implementação da gestão de recursos hídricos na bacia, como por exemplo, as mudanças ocorridas no período de elaboração dos instrumentos de planejamento em ambos os CBHs. Inclusive, a mudança de diretoria no momento da aprovação do documento final do PRH do CBH SMV, influenciou a sua paralisação e, por este motivo, não permitiu pela sua deliberação.

Essas alterações geralmente provocam uma descontinuidade ou letargia dos trabalhos que vem sendo desenvolvidos, considerando que os novos membros dirigentes necessitam de tempo para se apropriar das ações e articulações intrínsecas a um comitê de bacia. No CBH SMV não houve anormalidades no período de gestão das diretorias, no entanto, foi possível verificar no levantamento documental para esta pesquisa a dificuldade no acesso à documentos (tanto em aspectos cronológicos quanto em informações oficiais), podendo ser entendido como uma falta de apreço pela organização dos mesmos. Isso implica em prejuízos na avaliação do processo. Já no CBH Jucu, a documentação era mais bem organizada e consolidada.

### **5.1.3 Elaboração do enquadramento e PRH dos rios Santa Maria da Vitória e Jucu – origem e desenvolvimento**

A origem do processo que estudamos remonta ao ano de 2006, com a iniciativa do Laboratório de Gestão de Recursos Hídricos e Desenvolvimento Regional do Departamento de Engenharia Ambiental da Universidade Federal do Espírito Santo

---

<sup>12</sup> O mandato das plenárias dos CBHs é de quatro anos e as diretorias são eleitas a cada dois anos, por isso, denomina-se biênio.

(LabGest/UFES) de realizar a pesquisa *Enquadramento de Corpos d'água como Instrumento de Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável (DESÁGUA)*.

O trabalho tinha como objetivo o desenvolvimento de metodologias de aplicação do Enquadramento de corpos de água em classes na bacia do rio Santa Maria da Vitória - colocando o tema na agenda de discussão do Espírito Santo (SALAROLI, 2011; GONÇALVES et al, 2011; GONÇALVES, 2018; TEIXEIRA, 2018). Além disso, a ideia era propor metodologias de água e desenvolvimento (TEIXEIRA, 2018)<sup>13</sup>. A pesquisa foi concluída em 2008 e, na concepção do LabGgest/UFES, o Enquadramento seria o instrumento central da PNRH, pois sua implementação constituía-se no principal mecanismo para conectar e aproximar gestores e sociedade.

Paralelamente ao projeto DESÁGUA em âmbito Nacional, a implementação do enquadramento apresentava uma situação bastante diversa. Com relação aos corpos d'água de domínio estadual, em 2009, apenas 10 das 27 unidades da Federação (Alagoas, Bahia, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo) possuíam instrumentos legais que enquadravam total ou parcialmente seus corpos d'água (ANA, 2009).

Quanto aos PRHs, em julho de 2010, o PIRH Doce foi aprovado contemplando cinco bacias da porção capixaba (Guandu, Santa Joana, Santa Maria do Doce, Pontões e Lagoas e Barra Seca e Foz do rio Doce), e estimulou outros comitês capixabas a cobrarem dos órgãos gestores a elaboração de seus planos. A partir dessa experiência, em 2009, a DRH/IEMA propõe uma parceria<sup>14</sup> com o Labgest/UFES e os CBHs SMV e Jucu para a realização do “*Enquadramento dos corpos de água em classes e PRH para os rios Santa Maria da Vitória e Jucu*”. Nessa perspectiva surge a proposta do RGM (Anexo 1), que consiste numa sequência de metodologias

---

<sup>13</sup> TEIXEIRA, E. C. Histórico da elaboração do Enquadramento e Plano de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica dos Rios SMV e Jucu (ES). Entrevista concedida a Simone Alves Fernandes, Vitória, 19 jun. 2018.

<sup>14</sup> Considerando o processo de elaboração do RGM, TdR e do Enquadramento e PRH dos rios SMV e Jucu foram formalizados três contratos, sendo dois entre o IEMA e o LabGest/UFES (RGM e TdR), e um terceiro entre o IEMA e o Consórcio NIP S. A./Profill (Enquadramento e PRH).

participativas a serem consideradas na elaboração do TdR.

O RGM é finalizado em 2010, após uma série de reuniões e oficinas realizadas entre o IEMA, o Labgest/UFES e as diretorias dos comitês do SMV e Jucu, que tinha como objetivo nortear o TdR<sup>15</sup> e os trabalhos da futura empresa consultora, bem como definir as etapas para a elaboração dos instrumentos de planejamento de forma conjunta e garantir a participação da sociedade no processo de elaboração (GONÇALVES et al., 2011).

Uma vez concluído o RGM, ainda em 2010, teve início a preparação da proposta de TdR, a partir de reuniões entre os representantes dos comitês, IEMA e o LabGest/UFES, sendo concluído este documento e aprovado em julho de 2011 durante uma reunião. Conforme Gonçalves et al. (2011, p. 12) “as contribuições dos comitês foram incorporadas ao TdR e o mesmo foi validado pelo órgão gestor de recursos hídricos, sendo posteriormente enviado para o início do processo licitatório”. Cabe destacar, que em atenção a demanda do RGM que preconiza pela participação social no processo de elaboração, o TdR sugere que as empresas participantes tenham experiência em processos participativos na gestão de recursos hídricos efetivados no Brasil, em especial, no Estado do Rio Grande do Sul.

Nesta mesma reunião também foi discutida a Proposta de Capacitação que, segundo os autores consultados (Salaroli, 2011)<sup>16</sup>, surgiu durante as primeiras oficinas para a construção do RGM, quando os representantes dos CBHs apresentaram demandas nesse sentido, visando a mobilização dos atores sociais. Os temas sugeridos, então, foram o papel dos CBHs e os instrumentos de gestão de recursos hídricos para o

---

<sup>15</sup> O TdR é o documento norteador para as empresas que se candidatam ao processo licitatório. A vencedora do certame é quem assina o contrato com a contratante.

<sup>16</sup> SEFIONE, A. L. Histórico da elaboração do Enquadramento e Plano de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Jucu (ES). Entrevista concedida a Ana Paula Alves Bissoli, Afonso Cláudio, 21 abr. 2018.

fortalecimento do SIGERH. Segundo Gonçalves (2018)<sup>17</sup>, Sefione (2018) e Serau (2018)<sup>18</sup>, a partir de então, aconteceram os encontros de capacitação com objetivo de preparar e informar para as reuniões decisórias. Contudo, não foram identificados documentos comprobatórios desses eventos, e em razão disso, não foi possível registrar o número de capacitações realizadas e se atingiram os objetivos previstos, inclusive em relação ao público alvo. Cabe destacar a importância dos momentos de capacitação para a mobilização e participação dos atores estratégicos na elaboração dos instrumentos de planejamento e, embora muitas ações fossem registradas, especialmente pelo CBH Jucu, percebeu-se uma falta de apreço pelos registros documentais, principalmente pelo CBH SMV, bem como, uma dificuldade em ambos os comitês na disponibilidade e acesso das informações. Ou seja, as informações que estão disponíveis não são suficientes para avaliar a efetividade dos momentos de capacitação.

Para esclarecer as próximas etapas do processo é necessário retomar ao ano de 2009, quando a SEAMA e o IEMA estavam participando do Projeto Florestas para a Vida, um projeto em parceria com organizações não governamentais com atuação na Mata Atlântica e apoio do setor privado. Tendo o Banco Mundial como um dos seus principais agentes da iniciativa que visava “estimular a adoção de práticas sustentáveis de uso do solo, o que resultaria em maior receita para os produtores rurais, melhoria da qualidade da água utilizada para abastecimento humano e melhor conservação da biodiversidade” (SOSSAI, et al, 2012, p. 3). A partir desse objetivo, o Projeto Florestas para a Vida foi estruturado em quatro componentes, dentre os quais destacamos o fortalecimento da gestão das bacias hidrográficas.

Nesse contexto, garantiram-se os recursos necessários para a realização do

---

<sup>17</sup> GONÇALVES, M. A. Histórico da elaboração do Enquadramento e Plano de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica dos Rios SMV e Jucu (ES). Entrevista concedida a Simone Alves Fernandes, Vitória, 19 jun. 2018

<sup>18</sup> SERAU, A. K. Histórico da elaboração do Enquadramento e Plano de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica dos Rios SMV e Jucu (ES). Entrevista concedida a Ana Paula Alves Bissoli, Vitória, 07 jun. 2018.

Enquadramento e do PRH dos rios Santa Maria da Vitória e Jucu. Entretanto, a necessidade da formalização de um convênio com o Banco Mundial, foi um trâmite burocrático e moroso. Vencida essa etapa, houve a realização de uma licitação em âmbito internacional para a consultoria técnica. Participaram várias empresas sendo que, das três empresas que participaram da licitação, a vencedora contratada pelo Banco Mundial foi o Consórcio NIP S.A. e Profill do Brasil, resultando na celebração do Contrato IEMA nº 20, em julho de 2013.

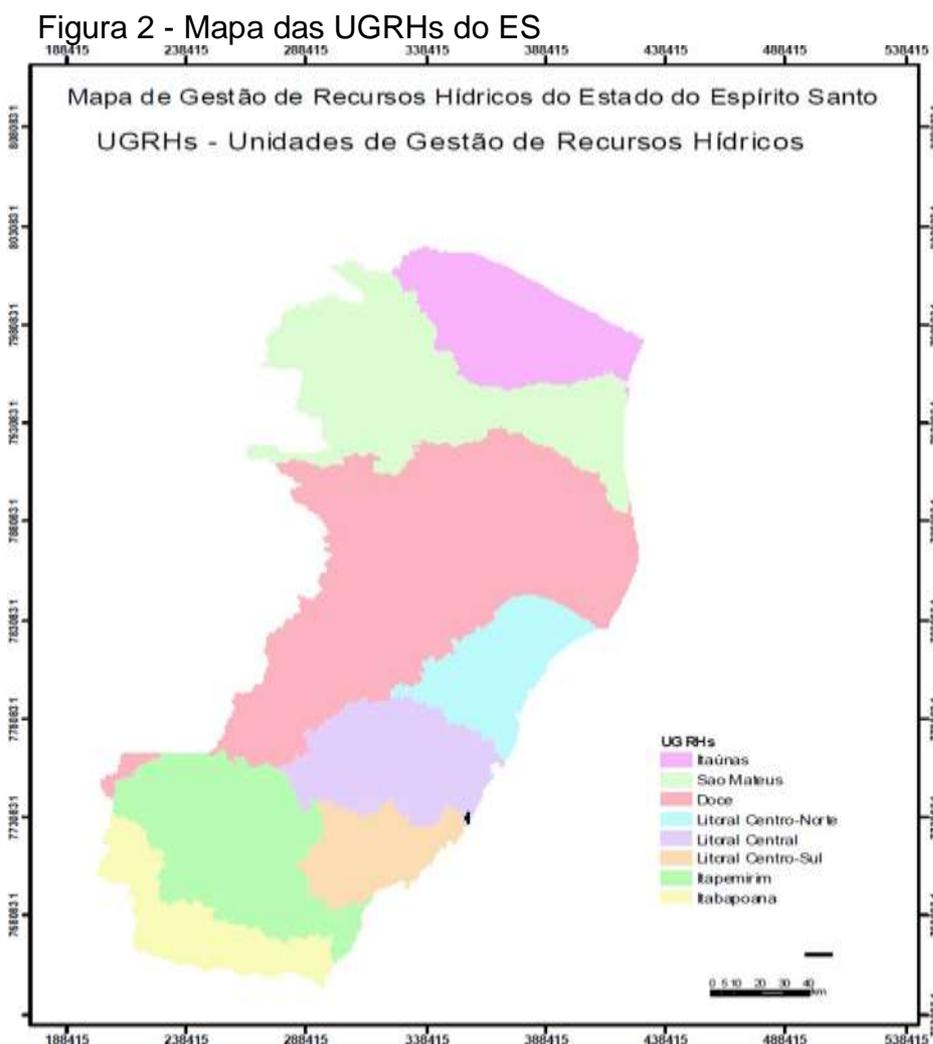
Após a assinatura do contrato, o Plano de Trabalho (PT) elaborado pelo Consórcio NIP S.A. e Profill do Brasil, com participação do IEMA, CBHs e LabGest/UFES definiu a condução dos trabalhos de elaboração do Enquadramento e PRH das bacias dos rios Santa Maria da Vitória e Jucu.

Finalmente, em 30/07/13, os CBHs SMV e Jucu deram início ao processo, marcado pela realização da Reunião Conjunta (considerada Reunião de Partida por marcar o início do processo), que contou com a presença do IEMA, LabGest/UFES, da consultoria contratada e das plenárias dos dois comitês. Os assuntos abordados foram: apresentação da equipe de trabalho do Consórcio Profill NIP S. A.; apresentação das etapas do Enquadramento e do PRH, do PT e proposta de unidades de planejamento para as bacias; proposta de criação das câmaras técnicas de acompanhamento do Enquadramento e PRH.

Observam-se aqui algumas peculiaridades: o planejamento conjunto de RH por duas bacias; e, simultaneamente, a elaboração do Enquadramento e do PRH. Ambos os instrumentos são previstos pela PNRH mas, usualmente, são desenvolvidos separadamente. Em geral, o plano em primeiro lugar. Outra observação importante, segundo informações levantadas (SEFIONE, 2018; SERAU, 2018; TEIXEIRA, 2018), a iniciativa do processo e a definição de suas características foi “de cima para baixo” – isto é, do órgão gestor para os CBHs.

Segundo Sefione (2018), a proposta apresentada pela DRH/IEMA de reunir as duas bacias e realizar concomitantemente o Enquadramento e o PRH teve como objetivos:

ganhar escala e otimizar os recursos financeiros advindos do Programa Florestas para a Vida que estava sendo desenvolvido nas duas bacias (informação verbal). O fato de serem consideradas bacias irmãs<sup>19</sup> (Figura 2) e passavam por momentos semelhantes na implementação dos instrumentos de planejamento previstos pela PNRH.



Fonte: Resolução CERH 001/2009.

De acordo Sefione e Sarau (2018) as principais atividades realizadas na construção dos instrumentos de planejamento foram uma oficina, reuniões conjuntas entre os CBHs SMV e Jucu e dos CBHs com a sociedade (Plenárias Ampliadas). Além disso,

<sup>19</sup>A Resolução CERH nº 001/2009 que “cria Unidades de Gestão de Recursos Hídricos de corpos d’água de domínio do Estado do Espírito Santo – UGRHs”, considera as bacias dos rios SMV e Jucu na mesma unidade de gestão, conforme apresenta Figura X.

os dois comitês realizaram reuniões plenárias próprias quando eram tratados assuntos específicos de cada bacia (informação verbal). Contudo, observou-se uma imprecisão na denominação e caracterização (dos objetivos) dos diversos momento/espços participativos realizados.

Nesse sentido, segundo consta na ata da reunião conjunta dos dois CBHs realizada em 11/09/13, um membro de uma das plenárias solicitou que fossem esclarecidas as diferenças entre as reuniões de CBH, reuniões ampliadas e reuniões públicas/oficinas. Ou seja, entre os próprios participantes havia dúvidas a este respeito. Para efeitos de análise, estabelecemos uma nomenclatura para os eventos do mesmo tipo (Quadro 4), segundo suas características.

Quadro 4 - Caracterização dos espaços participativos

<b>ESPAÇO PARTICIPATIVO</b>	<b>CARACTERÍSTICA</b>
Reunião Técnica	O objetivo dessas reuniões era acompanhar o processo, também conhecida no RGM e TdR como Comissão de Acompanhamento (CA). É mais restrita, com participação de representantes dos comitês, do IEMA e do LabGest/UFES.
Oficina de Contextualização	Oficina realizada com representantes dos CBHs e dos técnicos do IEMA, LabGest e consórcio contratado.
Reunião plenária	Reunião realizada com os membros de cada comitê com necessidade de quórum para ter validade no processo.
Reunião setorial	Reunião realizada com representantes de determinados segmentos.
Plenária ampliada	Reunião do CBH com maior publicidade para garantir, além da participação dos membros da plenária, outros representantes da sociedade. Tendo necessidade de quórum dos membros dos CBHs como nas reuniões ordinárias.
Reunião pública	Reunião aberta à sociedade em geral e não se limitou a existência de quórum.
Reunião plenária conjunta	Reunião dos dois CBHs conjuntamente.
Evento público	Momento aberto à sociedade, sem considerar critérios legais de participação e com o objetivo de celebrar a conclusão dos produtos.

Fonte: Autoras Bissoli e Fernandes (2019).

Com base na padronização que foi construída para esta pesquisa, relacionamos

cronologicamente os principais espaços/momentos participativos do processo em estudo:

Quadro 5 - Espaços participativos na elaboração dos instrumentos de planejamento das bacias dos rios Santa Maria da Vitória e Jucu

DATA	ESPAÇO PARTICIPATIVO	ASSUNTO
09/07/2013	Oficina de Contextualização	Homogeneização e nivelamento do conhecimento sobre o SIGERH, os trabalhos de implementação do Enquadramento e PRH desenvolvidos nas Bacias dos rios SMV e Jucu e sobre a necessidade e importância da participação social.
30/07/2013	Reunião Conjunta (de Partida)	Apresentação da equipe de trabalho do Consórcio NIP S. A./Profill do Brasil, as etapas do Enquadramento e do PRH, do PT e proposta de unidades de planejamento para as bacias; proposta de criação das câmaras técnicas de acompanhamento do Enquadramento e PRH.
11/09/2013	Reunião Conjunta	Apresentação e aprovação do Plano e Informação e Mobilização Social (PIM).
20/05/2014	Reunião Pública (Plenária ampliada)	Validação do diagnóstico e prognóstico em Santa Leopoldina do CBH SMV.
21/05/2014	Reunião Pública (Plenária ampliada)	Validação do diagnóstico e prognóstico em Domingos Marins do CBH Jucu
04/08/2014	Reunião Pública para o pré-enquadramento	Apresentação e discussão da proposta de enquadramento em Vitória – CBH SMV
05/08/2014	Reunião Pública para o pré-enquadramento	Apresentação e discussão da proposta de enquadramento em Vila Velha – CBH Jucu
06/08/2014	Reunião Pública para o pré-enquadramento	Apresentação e discussão da proposta de enquadramento em Santa Maria de Jetibá – CBH SMV
07/08/2014	Reunião Pública para o pré-enquadramento	Apresentação e discussão da proposta de enquadramento em Marechal Floriano – CBH Jucu

26/08/2014	Reunião Setorial	Discutir assuntos relevantes para os setores envolvidos, representados pela Federação da Agricultura do Espírito Santo (FAES) e Federação das Indústrias do Espírito Santo (FINDES)
28/08/2014	Reunião Plenária Conjunta	Abordagem sobre Outorga, Cobrança e conceitos de vazão de referência; preparação para a plenária de deliberação do enquadramento
DATA	ESPAÇO PARTICIPATIVO	ASSUNTO
29/09/2014	Reunião da Plenária do CBH SMV	Deliberação da proposta de Enquadramento
30/09/2014	Reunião Plenária CBH Jucu	Deliberação da proposta de Enquadramento
10/11/2014	Reunião Plenária do CBH Jucu	Deliberação sobre Critérios de Outorga
11/11/2014	Reunião Plenária do CBH SMV	Deliberação sobre Critérios de Outorga e Cobrança
08/04/2015	Reunião Plenária (ampliada) no CBH Jucu	Deliberação do Plano de Ações.
09/04/2015	Reunião Plenária (ampliada) no CBH SMV	Deliberação do Plano de Ações.
07/06/2016	Semana Estadual de Meio Ambiente de 2016	Entrega do Enquadramento e Plano de Recursos Hídricos das Bacias dos Rios Santa Maria da Vitória e Jucu
30/11/2016	Reunião Plenária do CBH Jucu	Aprovação do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Jucu

Fonte: Autoras Bissoli e Fernandes (2019).

É oportuno destacar que na reunião da plenária do CBH Jucu em 10/11/14, apesar de estar previsto a deliberação dos Critérios de Outorga e Cobrança, foi deliberado apenas sobre a Outorga, enquanto que sobre as diretrizes para a cobrança houve apenas discussão. De acordo com o registro em ata da referida reunião, essa mudança de pauta ocorreu devido à previsão de mudança dos componentes da

plenária e término do mandato da gestão do Governo do Estado para o próximo ano. Porém, entende-se que essa decisão não se justifica, uma vez que a gestão de recursos hídricos não deve estar atrelada a um governo específico, e sim numa política de estado que transcenda os mandatos eletivos. Enfim, não aprovar devido à mudança de governo significa desqualificar a importância do processo participativo.

Cabe apontar que realização de eventos itinerantes nos municípios das bacias, buscava potencializar a mobilização dos atores estratégicos e favorecer a aproximação daqueles que usualmente não participavam dos debates. Outro destaque foi a entrega do encarte do Enquadramento e PRH dos Rios Santa Maria da Vitória e Jucu na Semana Estadual de Meio Ambiente, realizada em 07/06/16, no Palácio Anchieta/Vitória (ES). Também é importante enfatizar a realização das Reuniões Plenárias Conjuntas que, no caso estudado, enriqueceu as discussões e otimizou as etapas do processo. Tal estratégia buscava minimizar conflitos e facilitar a tomada de decisões comuns numa mesma UGRH.

A aprovação do Enquadramento e PRH da Bacia do Rio Jucu aconteceu em 30 de novembro de 2016, em uma reunião extraordinária do CBH Jucu. Contudo, até em outubro de 2018, época da realização desta pesquisa, o documento final ainda aguardava a homologação pelo CERH/ES. Já em relação à Bacia do rio Santa Maria da Vitória, formalmente o processo ainda não foi finalizado, pois não foi aprovado pela plenária do CBH e, conseqüentemente, não pode ser homologado pelo CERH/ES. Essa situação confirma as análises feitas pela ANA (2017) e a OCDE (2015) sobre a fragilidade na implementação dos planos no Brasil.

No caso do CBH SMV, podemos considerar ser ainda mais grave, pois, sequer o documento final foi aprovado pelo comitê após um processo trabalhoso. Também chama nossa atenção as diferenças entre o que foi previsto inicialmente (a partir do RGM, do TdR, do PT e do Plano de Informação e Mobilização (PIM)) e o que foi realizado de fato. Este contraste é apresentado no Quadro 6:

Quadro 6 - Comparativo dos eventos previstos e realizados  
 Legenda: S/I (Sem Informação), S/D (Sem Determinação).

<b>MOMENTO PARTICIPATIVO</b>	<b>PÚBLICO ALVO</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>PREVISTO</b>	<b>REALIZADO</b>
Reunião Técnica	CA (IEMA, LabGest/UFES e CBHs)	Acompanhar o processo	10	S/I
<b>MOMENTO PARTICIPATIVO</b>	<b>PÚBLICO ALVO</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>PREVISTO</b>	<b>REALIZADO</b>
Oficina de contextualização	Técnicos do consórcio contratado, membros dos CBHs, Consultor Moderador, técnicos do IEMA e do LabGest/UFES	Homogeneização dos conhecimentos técnicos e apresentação do RGM e TdR	01	01
Reunião Plenária	Membros dos CBHs	Discutir e deliberar sobre questões relativas ao processo	08	05
Reunião Setorial	Representantes de Determinado segmento	Analisar e discutir questões específicas	S/D	01
Plenária ampliada	CBH e público em geral	Apresentar, discutir e validar questões relativas ao processo	04	04
Reunião Pública	Sociedade em geral com destaque para os atores estratégicos do processo	Informação, debate, consulta e apresentação de resultados do pré-enquadramento	04	04
Reunião conjunta	Membros dos dois CBHs	Apresentação, preparação para a deliberação e aprovação de assuntos comuns	S/D	03
Evento Público	Sociedade em geral	Divulgação do enquadramento	02	00
		Divulgação e entrega do documento final	01	01

Fonte: Autoras Bissoli e Fernandes (2019).

Analisando o Quadro 6, é importante destacar que:

- ✓ Foram previstas quatro reuniões plenárias para discutir outorga e cobrança e foram realizadas seis, pois a aprovação do Enquadramento ocorreu em duas delas e não em evento público conforme estava previsto.

- ✓ De acordo com os entrevistados e a pesquisa documental, as reuniões conjuntas seriam realizadas a partir da necessidade de discussão de assuntos comuns, não sendo quantificadas previamente.
- ✓ Foram realizadas três reuniões conjuntas, sendo uma considerada de partida por ser o momento participativo que dá início ao processo propriamente dito;
- ✓ Quanto às reuniões técnicas, a previsão inicial era de dez, contudo, não foi possível identificar quantas realmente ocorreram.

Diante dos levantamentos e entrevistas realizadas, observa-se que a elaboração extrapolou o prazo planejado, por diversos fatores. Dentre eles, podemos destacar os citados nas entrevistas: o excesso de burocracia desde a formalização do convênio, do processo licitatório até os repasses financeiros para pagamento da consultoria; o período de retorno pela consultoria à postergação para aprovação e homologação do documento final.

Dentre os fatores acima mencionados, é importante comentar dois deles: o período de retorno pela consultoria e a postergação para a aprovação do PRH pelo CBH SMV. No primeiro caso, de acordo com as informações apuradas nas entrevistas, o consórcio subcontratou uma empresa no Espírito Santo para auxiliar na elaboração dos produtos que compõe o Enquadramento e o PRH, porém, o período de retorno e a qualidade do conteúdo retardaram o processo.

No segundo caso, houve alteração da plenária na fase de aprovação do PRH e a plenária seguinte sinalizou discordâncias no documento, que resultou na não aprovação até a finalização deste trabalho. É notável que a longa pausa entre 2009 a 2013 (que marcou o início da discussão/mobilização e começo dos trabalhos propriamente ditos) e o processo de planejamento (2013 a 2016), seguramente causou problemas na mobilização da sociedade e dos próprios CBHs e órgãos gestores. Isso pode explicar, por exemplo, a não aprovação do PRH do comitê SMV.

Além disso, comprometem a finalização das etapas planejadas, bem como, a implementação de outros instrumentos de gestão de recursos hídricos como, por

exemplo, a outorga de direito de uso e a cobrança pelo uso da água.

Os problemas acima citados favorecem a desmobilização de todo um processo e compromete para a baixa efetividade na implementação das ações propostas nos planos( ANA, 2017).

Um grande desafio durante a pesquisa foi a pouca disponibilidade de acesso das informações (registros documentais, fotográficos, mídia impressa e digital), que dificultou análises mais aprofundadas, sendo necessário buscar complementação através de entrevistas. Percebeu-se que não houve grande esforço do Consórcio NIP S. A./Profill do Brasil na organização e descrição dos processos, para registrar os vários momentos e os resultados da avaliação. Essa falta de apreço pelos registros documentais é citada por Jaramillo (2004) como a ausência de uma cultura de informação, e esta deve ser entendida como uma prática de registro permanente e sistemático daquilo que pode ser convertido em informação.

Enfatizamos que a falta de documentação e registro dos processos traz vários prejuízos, dentre eles a pouca transparência e disponibilização das informações como forma de qualificar a comunicação e seus resultados, bem como, a limita a socialização das experiências.

É possível que alguns dos fatores mencionados anteriormente tenham causado um esvaziamento dos espaços participativos e a contribuíram para a presença de pouca diversidade de atores presentes comprometendo os resultados do processo de planejamento propriamente dito. Para avaliar essa questão, um conjunto de três trabalhos (ao qual este se integra) pesquisaram a qualidade democrática dos processos participativos de planejamento de recursos hídricos nas bacias SMV e Jucu. Tratando de três diferentes aspectos: os níveis de participação, os participantes e a comunicação.

## 6. RESULTADOS E DISCUSSÕES (II)

Os resultados apresentados neste item referem-se às respostas obtidas pelas análises dos documentos buscando analisar a qualidade democrática da participação para responder os objetos propostos da pesquisa. Conforme previsto na PNRH, “a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do poder público, dos usuários e da sociedade civil” (BRASIL, 1997). No processo de elaboração do Enquadramento e PRH das bacias dos rios Santa Maria da Vitória e Jucu, o foco do estudo foi identificar quem foram os atores que participaram do processo.

Está claro para os organismos internacionais, para a legislação e para os diversos estudiosos que se dedicam ao tema, que a gestão dos recursos hídricos deve ser democrática, descentralizada e participativa; porém, na prática, a concretização da proposta é mais complexa. Como são feitas as escolhas dos participantes? Quem deve participar? E por que deve participar? Partindo da premissa de que as águas são usadas por muitos agentes com interesses diferentes, é necessário que todos participem do sistema de gestão das águas, com negociações e decisões coletivas (NORONHA, 2006).

As escolhas dos participantes são feitas conforme a Lei 9.433/1997, que apresenta os fundamentos de uma nova política pública, mas também critérios para a organização dos CBHs. Em seu artigo 39 da lei das águas indica que a composição do comitê de bacias deve ser composto por representantes da União, dos Estados ou Distrito Federal, dos usuários de água e das entidades civis com atuação comprovada na bacia. A referida legislação, em seu Princípio VI do Art. I descreve que “a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades” (BRASIL, 1997).

A importância da participação dos diversos atores num comitê de bacias hidrográficas tem por base fortalecer processos de negociação e a construção de parcerias, e de se evitar a marginalização de grupos de usuários. Devem serem envolvidos, as

entidades governamentais, organizações comunitárias, industriais e comerciais, e outras organizações ou indivíduos com responsabilidade ou interesse na bacia (PROTA e RINCÓN, 2013). Ressalta-se aqui a importância da identificação de todos os atores envolvidos em cada bacia (TUNDISI, 2003).

Os diálogos são práticas sociais que fortalecem o aprendizado, promovem a criatividade e aceleram o pensamento crítico. Por meio deles, revelamos nossas realidades ao falar, mas também avaliamos nosso entendimento sobre o mundo ao ouvir. Assim, ensinamos e aprendemos ao mesmo tempo (SOUZA e LEME, n.p).

Essas questões são relevantes neste estudo, tendo em vista que a PNRH passou de gestão centralizadora e fragmentada para uma legislação integrada, descentralizada, integrada e participativa, considerada um avanço democrático (BRASIL, 1997). Convém observar que isso implica em complexos processos de negociações e resolução de conflitos diversos (JACOBI, 2004).

Vale destacar que a participação da sociedade civil tem um importante papel nas decisões e no controle das políticas públicas dentro da perspectiva de ampliação dos espaços democráticos. A participação da sociedade civil pode minimizar os entraves burocráticos que deturpam o seu efetivo envolvimento nos rumos da vida social e traz melhores condições de vida para os segmentos mais pobres da população. De modo mais amplo, a participação “é o caminho natural para o homem exprimir sua tendência inata de realizar, fazer coisas, afirmar-se a si mesmo e dominar a natureza e o mundo” (BORDENAVE, 1983, p. 16).

Para Campos (2004), os representantes da sociedade civil possuem perfis e interesses variados, o que às vezes, leva à conflitos internos e dificulta a coesão dentro do próprio segmento. É preciso levar em consideração que a sociedade civil possui características intrínsecas, as quais preestabelecem uma determinada forma de relação com a gestão hídrica. Abrange em sua composição grupos, instituições e pessoas com graus diferentes de organização, de comprometimento público, interesses e de capacidades de intervenções diferenciadas. Essas características

diversas são fatores que contribuem para os conflitos dentro da própria composição da sociedade civil (JACOBI, 2003).

Ademais, vale lembrar ainda que, no interior da própria sociedade civil, há confronto entre diferentes projetos políticos. As dificuldades de reconhecimento da pluralidade e da busca de interesses comuns para além das diferenças, isto é, a mesma constituição da ideia de interesse público, são, de acordo com Dagnino (2002), o núcleo de "um aprendizado" difícil: o da construção hegemônica. É por essas razões que a participação da sociedade civil na atuação do comitê traz certa incerteza do que pode vir a ocorrer na prática. Um dos principais motivos para essa dúvida é a necessidade de escolher pessoas capacitadas para atuarem de forma efetiva e satisfatória, que exerçam a representatividade que essa função exige, não seguindo seus interesses particulares, mas interesses do coletivo do segmento que representam.

Já o poder público, abrange os três níveis do governo: federal, estadual e municipal, tendo em sua composição os gestores e técnicos. O poder público tem o papel de agente fiscalizador, organizador dos órgãos gestores dos recursos hídricos e dos órgãos de defesa e preservação do meio ambiente (PORTO; PORTO, 2008). No entanto, é preciso salientar que muitas vezes os técnicos acabam desconsiderando os conhecimentos empíricos locais da população sobre os corpos d'água de uma bacia hidrográfica, resultando em políticas de intervenção desastrosas (MACHADO, 2006). No caso da elaboração do Enquadramento e PRH dos rios Santa Maria da Vitória e Jucu, identificamos indícios de que estes instrumentos foram elaborados apenas com base nas considerações técnicas.

O planejamento dos recursos hídricos deve abranger as questões relacionadas à qualidade da água, bem como, as diversidades regionais, devem integrar aspectos ambientais e dos sistemas estuarinos e zonas costeiras. Devem também articular-se com as políticas de uso do solo, incidentes na área de abrangência das respectivas bacias hidrográficas (RESOLUÇÃO 145 Art. 8º). Ou seja, setores, gestores, e técnicos de outras áreas devem estar presentes. Contudo, as dificuldades são grandes pela

falta de cultura em promover uma gestão integrada com as demais políticas locais. As políticas locais tornam a gestão territorial uma das fronteiras de integração mais difíceis para a gestão de recursos hídricos.

É por esses fatores que Parés (2009) salienta a importância da participação dos diversos atores nos processos que realizam (trabalho interno transversal), envolvendo as diferentes áreas relevantes, tanto no nível técnico quanto no político, para tornar os processos mais eficientes. Além disso, melhorar a integração na coordenação de um processo participativo facilita a redução da resistência e a implementação de resultados por parte de áreas técnicas ou políticas que não estejam diretamente comprometidas com a dinâmica do processo participativo.

O envolvimento social é pertinente nestas discussões, uma vez que, ao serem definidas as aptidões da bacia hidrográfica para a elaboração do plano, buscando alcançar a qualidade e quantidade da água, haverá, por consequência, um direcionamento da gestão territorial. É preciso fazer escolhas e algumas atividades poderão ser incentivadas e outras reprimidas, mas toda as ações trazem impacto sobre os recursos hídricos. Neste contexto, a participação social é uma forma de garantir que durante o processo de elaboração das políticas públicas, os anseios sociais sejam contemplados.

No campo pesquisado, observamos que o segmento com o menor número de representantes é o de usuários. Apesar de a Cesan ser um órgão público, foi inserida no referido seguimento para fins da pesquisa e conforme determinado pela Resolução do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH nº 002 de 24 de novembro de 2016. Essa resolução, congrega como usuário as organizações, entidades e empresas públicas ou privadas, que atendem com o abastecimento de água potável ou que captam a água sem tratamento convencional nos domínios da bacia/região hidrográfica.

Embora a Lei das Águas estabeleça em seus fundamentos que em situações de escassez o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a

dessedentação de animais, a gestão visa proporcionar o uso múltiplo da água (com os padrões de qualidade respectivos), tais como: preservação das comunidades aquáticas, abastecimento doméstico, recreação, irrigação, navegação, produção de energia, etc. Cada um desses usos significa tipos distintos de organizações e atores que, em tese, devem participar do debate e construir acordos que marquem o planejamento e enquadramento de corpos d'água.

Observa-se que diversos tratados e declarações internacionais (Declaração de Estocolmo de 1972, Declaração de Dublin de 1992, e Agenda 21), indicavam a necessidade de se ampliar a participação para além dos gestores e técnicos dos recursos hídricos. Essas conferências definiram a importância dos diversos atores sociais para a sustentabilidade dos recursos hídricos, apontando que mulheres, crianças, jovens, idosos, indígenas, deficientes e populações tradicionais devem ser todos inclusos e fortalecidos nos diferentes processos de formulação das políticas públicas.

Afirmações semelhantes se destaca na Agenda 21, que em todos os seus capítulos, reforça valores e práticas participativas. Mas é no capítulo 18 que a questão dos recursos hídricos é tratada de forma específica. Estabelece que todos os grupos vulneráveis sob o aspecto social, econômico e político, ou em desvantagem relativa, como crianças, jovens, idosos, deficientes, mulheres, populações tradicionais e indígenas devem ser inclusos e fortalecidos nos diferentes processos de formulação das políticas públicas (CNUMAD, 1992). Mas na prática, muitos atores sociais ainda continuam fora do debate sobre as questões hídricas.

Os estudos demonstraram que havia um déficit de participação e que quando analisado o número de participantes considerados atores relevantes, não houve representantes, o que aparentemente, redundou em um crescente fator de crise de governabilidade e de legitimidade. A baixa participação dos atores sociais podem ter decorrido por vários fatores como: questões de pouca disponibilidade de recursos econômicos, as desigualdades sociais, barreiras culturais, baixo nível de organização,

entre outras questões que fizeram com que houvesse baixo número de participantes (CAMPOS, 2004).

As discussões sobre a importância dos diversos atores sociais para a gestão democrática dos recursos hídricos também envolvem os estudos de autores como: Santos; Avritzer (2002); Dagnino (2002), Tatagiba (2003), e outros por mostrarem que os novos arranjos participativos advindos com a CF/88, abrem espaço para a prática da democracia participativa. Assim, a gestão democrática dos recursos hídricos com foco na bacia hidrográfica, demanda aos comitês um amplo leque de relações com os grupos de interesses. Pois a relação de distribuição do poder entre Estado e atores sociais trazem traços marcados por tradições estatistas, centralizadoras, patrimonialistas e, portanto, por padrões de relação clientelistas, meritocráticos.

Devemos refletir sobre a composição dos CBHs como espaços fundamentais para a gestão compartilhada dos recursos hídricos. Sua composição é feita por representantes da União, dos Estados ou do Distrito Federal, dos municípios, dos usuários das águas e por entidades civis que atuam nas bacias hidrográficas. Assim, esses espaços costumam refletir a diversidade cultural, social, política, econômica (SOUZA, 2010).

O processo de participação social devem garantir a inserção de todos os representantes da sociedade dos setores privado e público, dentro da perspectiva de redistribuição do poder e garantir a representatividades principalmente dos sujeitos sociais que geralmente não tem acesso a participação. Nesta perspectiva evitará a participação minimalista conforme nos alerta Tanaka (1995), pois a legislação ainda não é capaz de envolver todos os atores sociais.

Existe um déficit de participação e de constituição de atores relevantes, o que pode redundar em crescente fator de crise de governabilidade e de legitimidade. Ainda é preciso superar as desigualdades que excluem muitos grupos sociais ao acesso das instituições participativas, como: a falta de recursos econômicos, desigualdades sociais, falta de conhecimento das políticas públicas, e outras deficiências que ainda

precisam ser vencidas por uma grade parcela da sociedade. De todas as maneiras, recorre-se ao OIDP (2006), posto que é importante lembrar os fatores que incidem sobre a qualidade democrática dos processos participativos se debruça nos participantes, tendo como parâmetro a quantidade, a diversidade e o grau de representação.

Neste estudo, trabalhamos especificamente em relação à diversidade e representação. Considerando os vários eventos e momentos do processo estudado a análise e a discussão sobre os participantes centraram-se nos eventos públicos – ou seja, aqueles não-restritos aos comitês ou organizadores. Para isso, foram analisados nove eventos conforme demonstrado no Quadro 7, a seguir.

Quadro 7: Reuniões públicas com comprovação de listas de frequência das bacias dos rios Jucu e SMV.

<b>DATA</b>	<b>ESPAÇO PARTICIPATIVO</b>	<b>ASSUNTO</b>	<b>Local</b>
09/07/2013	Evento 1: Reunião pública plenária ampliada	Apresentação e aprovação do Plano e Informação e Mobilização Social (PIM).	Cariacica – sede do IEMA
20/05/2014	Evento 2: Reunião Pública (Plenária ampliada)	Validação do diagnóstico e prognóstico	Santa Leopoldina
21/05/2014	Evento 3: Reunião Pública (Plenária ampliada)	Validação do diagnóstico e prognóstico	Domingos Marins do CBH Jucu
04/08/2018	Evento 4: Reunião Pública para o Pré-enquadramento	Reunião de discussão para o pré Enquadramento-CBH SMV	Vitória
05/08/2014	Evento 5: Reunião Pública para o Pré-enquadramento	Reunião de discussão para o pré Enquadramento-CBH Jucu	Vila Velha
06/08/2014	Evento 6: Reunião Pública para o Pré-enquadramento	Reunião de discussão para o pré Enquadramento – CBH SMV	Santa Maria de Jetibá
07/08/2014	Evento 7: Reunião Pública para o pré-enquadramento	Reunião de discussão para o pré Enquadramento – CBH Jucu	Marechal Floriano

28/08/2014	Evento 8: Reunião Conjunta	Abordagem sobre Outorga, Cobrança e conceitos de vazão de referências; preparação para a plenária de deliberação do enquadramento	Cariacica-Auditório da prefeitura
09/04/2015	Evento 9: Reunião Pública (Plenária ampliada)	Deliberação do Plano de Ações.	Santa Leopoldina

Fonte: Elaboração própria por meio de atas, relatórios e convites.

### 6.1. Atores potenciais – o mapeamento e seus resultados

O movimento inicial para identificar a participação de atores potenciais, ou seja, aquelas pessoas que poderiam contribuir com a divulgação das informações, ocorreu quando o LabGest mapeou as instituições e os atores estratégicos de cada uma das bacias no Projeto “Aplicação a Bacias Piloto e Avaliação de Procedimentos Metodológicos para o Enquadramento de Corpos de Água do ES”. Neste documento, os atores potenciais foram descritos como sendo as instituições e pessoas com maior capacidade de influenciar, divulgar as informações na bacia. Essa relação foi recuperada pela CA-RGM com o objetivo de ser utilizada no processo de mobilização social para a implementação dos instrumentos Enquadramento e PRH (RELATÓRIO TÉCNICO 1, 2014).

Com base nesses resultados, o Consórcio NIP S. A./Profill aplicou um questionário aos membros dos comitês de modo que eles pudessem trazer novas contribuições. No questionário foi solicitado que os membros identificassem potenciais parceiros. Após esse levantamento, o Consórcio NIP S. A./Profill também indicou outras instituições e atores com o mesmo objetivo. Essas ações do Consórcio geraram uma listagem final denominada “Identificação Final dos Potenciais Parceiros dos CBHs Jucu e SMV” (RELATÓRIO TÉCNICO 1, 2014).

A partir desses levantamentos foi possível analisar as informações sobre quem foram os atores previstos a participar e quais realmente participaram. Através das listas de

mapeamento dos atores estratégicos foi possível analisar se inicialmente, estava previsto a diversidade de participantes, e também consta nessa listagem os grupo sub-representações, ou seja, dos atores que, normalmente, são marginalizados e excluídos da discussão como os ribeirinhos, mulheres, indígenas, jovens, idosos, entre outros, conforme salienta Avritzer e Costa (2009). Para analisar a assiduidade dos participantes, adotamos como critério a presença da instituição em todos os eventos, independente de se, no decorrer do processo, houve troca do representante nas reuniões.

Nos documentos, notamos que as intuições foram inseridas nos segmentos de acordo com as recomendações do CERH (2016) e assim, mantivemos a separação das instituições conforme o referido documento. Identificamos que com base no CERH, a Universidade Federal do Espírito Santo-UFES, foi considerada órgão da sociedade civil.

Dos atores estratégicos federais, foram mapeadas instituições de ensino superior e órgãos envolvidos com as questões ambientais, levando em consideração o levantamento prévio realizado pelo Consórcio, conforme demonstrado no Quadro 8:

Quadro 8: Lista dos potenciais parceiras dos Comitês em âmbito Federal.

Segmento	Instituição	Participação Sim/Não	Assiduidade Sim/Não
<b>Sociedade civil</b>	1. ANAMMA-Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente	Não	Não
	2. IFES-Instituto Federal do Espírito Santo	Sim	Não
	3. UFES-Universidade Federal do Espírito Santo	Sim	Sim
<b>Poder Público</b>	4. DFDA/MDA-Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrária	Não	Não
	5. DNPM-Departamento Nacional de Produção Mineral	Não	Não
	6. INCRA-Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Não	Não
	7. IBAMA-Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Sim	Não
	8. COREES-FUNASA-Superintendência Estadual Regional da Saúde no ES	Não	Não

Fonte: elaboração própria por meio de Lista de frequência e Relatório Técnico 1 (2014).

A sociedade civil tem o papel de envolver nas discussões de gestão das águas as diferentes demandas da sociedade. Este segmento garantir a participação dos diferentes atores sociais para discutir sobre os usos múltiplos da água em busca de soluções sustentáveis, tanto para as demandas humanas quanto para o próprio equilíbrio ambiental pensando em um meio ambiente sustentável para as atuais gerações e para as gerações. Porém, ao analisarmos os documentos, dos órgãos mapeados, identificamos presença de representantes da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, que, manteve representada em todas os eventos com a participação, em média, de cinco membros deste setor público. Já o Instituto Federal do Espírito Santo – IFES esteve presente apenas em um dos eventos programado, sendo representado por um único professor. As leituras dos documentos analisados apontaram que nos demais eventos programados não houve participantes representando o IFES.

Para Machado (2006) as presenças das instituições superiores de ensino durante o processo de elaboração trazem contribuições no que diz respeito aos temas mais técnicos que exigem conhecimentos científicos, tais como, os aspectos legais das classes da água para os enquadramentos. Assim, é importante que se tenha a presença de representantes das instituições de ensino para que possam contribuir com os assuntos mais técnicos e tornar as tomadas de decisões sobre o uso da água mais compreensível, principalmente para os participantes que não dominam estes conhecimentos. Assim, quanto mais instituições envolvidas, maiores serão as contribuições para as discussões e decisões sobre o tema.

O estudo demonstrou que a UFES esteve presente em todas as reuniões e manteve projetos de pesquisas ambientais de anos anteriores que puderam contribuir com a elaboração dos planos de bacias dos rios Jucu e SMV. Mas, também é preciso ouvir quem vive no entorno das bacias sobre os conhecimentos da população, para que não haja uma partilha dos saberes científicos em detrimento dos conhecimentos de senso comum existente, evitando centrar as decisões nas mãos somente dos técnicos. Sobre esse aspecto, Machado (2006) alerta que as questões hídricas da bacia são sérias demais para que fiquem apenas nas mãos dos técnicos.

É importante considerar os conhecimentos empíricos locais da população sobre os corpos d'água de uma bacia hidrográfica, pois, possuem um valor socioambiental inigualável. Caso os gestores não se esforcem para inserir esses saberes empíricos, correm um sério risco de tornar os planos desastrosos (MACHADO, 2006).

Evidenciamos que a Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente - ANAMMA, é uma das associação que desempenha um importante papel no que se refere ao envolvimento com as questões ambientais dos municípios, e que por este motivo, deveria esta presente em todas as reuniões, mas que, não compareceu em nenhuma delas. A ausência de órgãos envolvidos com as questões ambientais, tidos como importantes como: Funasa, Inbra, Ibama, entre outros, na discussão sobre os usos múltiplos da água nos aponta para questionamentos sobre o papel que os comitês, prefeituras e outros órgãos públicos têm assumido no bojo das bacias para consolidar a efetiva participação. Pois, de acordo com Porto e Porto (2008), o papel dos gestores é fiscalizar os órgãos envolvidos com as questões ambientais. Mas também é de responsabilidade dos gestores público, o papel de criar mecanismos para atrair a sociedade para participar.

Já no nível estadual, foi listado a participação de 25 órgãos, no entanto, marcaram presença nas reuniões 11 representantes, conforme detalhado no Quadro 9.

Quadro 9: Lista dos atores estratégicos estadual

Segmento	Instituição	Participação Sim/Não	Assiduidade Sim/Não
<b>Sociedade Civil</b>	1. AURHES- Associação dos Usuários de Recursos Hídricos do ES	Sim	Não
	2. CRA- Conselho Regional de Administração	Não	Não
	3. CREA/ES- Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia	Não	Não
	4. CRBio- Conselho Regional de Biologia do Estado do Espírito Santo	Não	Não
	5. FAMOPES- Federação das Associações de Moradores e Movimentos Populares	Sim	Sim

<b>Poder Público</b>	1. CAO A -MP/ES-Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente	Não	Não
	2. CAO A -MP/ES-Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente	Não	Não
	3. Cia Ambiental da Polícia Militar do ES	Não	Não
	4. Defesa Civil ES	Não	Não
	5. FAPES- Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo)	Não	Não
	6. IDAF-Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo	Sim	Sim
	7. IDURB-Instituto de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Espírito Santo	Não	Não
<b>Segmento</b>	<b>Instituição</b>	<b>Participação Sim/Não</b>	<b>Assiduidade Sim/Não</b>
<b>Poder Público</b>	8. IEMA- Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Sim	Sim
	9. IJSN- Instituto Jones dos Santos Neves	Não	Não
	10. INCAPER- Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural	Sim	Sim
	11. SEAMA-Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Sim	Não
	12. SEAG-Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca	Sim	Não
	13. SEBRAE-Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas	Não	Não
	14. SECT-Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia	Não	Não
	15. SEDES-Secretaria de Estado de Desenvolvimento	Sim	Não
	16. SEDU-Secretaria de Estado da Educação	Sim	Não
	17. SEG -Secretaria de Estado de Governo	Sim	Não
	18. SEDURB-Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano	Não	Não
	19. SESA-Secretaria de Estado da Saúde	Não	Não
<b>Usuário</b>	20. CESAN-Companhia Espiritosantense de Saneamento Guarapari - ES	Sim	Sim

Fonte: elaboração própria por meio de Relatório Técnico 1 (2014) e listas de frequência das reuniões.

Em relação à participação dos atores estratégicos estaduais, identificamos que foram mapeados cinco repartições da sociedade civil. Destas, tiveram registros de presenças em todos os eventos, apenas a FAMOPES. Já a AURHES participou de algumas reuniões e se ausentou em outros eventos programados. Do Poder Público, os estudos apontaram que das 19 instituições listadas, apenas nove delas estiveram presentes nos eventos realizados, as quais foram: IDAF, IEMA, INCAPER, CESAN, SEAMA, SEAG, SEDES, SEDU, SEG. Tendo em vista que o envolvimento de instituições educativas se torna o canal para as transformações da relação do sujeito com as questões de sustentabilidade ambiental. Mas, ainda assim, a secretaria estadual de educação não se comprometeu em manter representantes em todas as reuniões, apenas, foi representada em um único evento. Se consideramos que os espaços educativos são um dos canais para formar cidadãos participantes, a presença da SEDU seria indispensável.

Quanto à assiduidade encontramos nas listas de frequência registros de representantes do IEMA, IDAF e INCAPER em todas as reuniões. As demais instituições compareceram de forma esporádica, como foi o caso da SEG, da SEDES, da SEDU e da SEAG. A ausência desses órgãos demonstra uma falta de compromisso político com as questões de gestão da água das bacias e com as demandas dos segmentos que representam.

A SEAG representa as principais atividades agrícolas das bacias, no entanto, identificamos que assim como no processo de elaboração do Enquadramento e PRH dos rios do Santa Maria da Vitória e Jucu, a referida secretaria se ausentou também durante o processo de elaboração do PIRH da bacia do rio Doce.

Já a CESAN, Companhia responsável pelo abastecimento de água e tratamento de esgotos sanitários na RGMV, classificada nos documentos como usuária, tem a concessão por um período de 50 anos conforme determinação da Lei nº 325/2005, o COMDEVIT. Mediante escassez hídrica que o Estado vem sofrendo nos últimos anos, a CESAN manteve presença em todos os eventos programados.

Concluimos que a CESAN, IEMA, IDAF e INCAPER foram os órgãos estaduais que mais estiveram representados e mantiveram os mesmos representantes em todas as reuniões. Encontramos nas listas de frequências o registro de outros membros destas instituições que compareceram às reuniões nas condições de convidados ou ouvintes. Cabe destacar que os representantes destes órgãos foram os responsáveis por esclarecer aos públicos presentes nas reuniões sobre as questões mais técnicas do processo, como os critérios de enquadramento em classes, outorga, entre outros. De acordo com os documentos pesquisados que Entendemos que a CESAN, IEMA, IDAF e INCAPER foram as instituições que tiveram mais representantes que assumiram a coordenação do sistema de gestão dos recursos hídricos, de forma descentralizada, integrada e participativa.

O mapeamento dos atores estratégicos a nível estadual buscou envolver uma diversidade de instituições consideradas órgãos importantes pelo impacto de suas áreas de atuação na gestão dos recursos hídricos. Mas a maioria dessas instituições não compareceram nos conjuntos de reuniões avaliadas. Notamos grandes ausências dos representantes governamentais, tidos como importantes para a construção de uma gestão integrada com os recursos hídricos como: Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento, Transporte, Pecuária e Abastecimento, entre outras. Essas ausências evidenciaram que a integração proposta pela Lei 9.433/1997 ainda está longe de se efetivar no território da bacia.

Quanto ao mapeamento dos atores estratégicos em nível local, identificamos que foi listado uma diversidade de instituições, conforme apresentamos no Quadro 10. Cabe ressaltar que apenas as instituições privadas não constam na referida lista (não cadastrados como usuários de água), conforme descrito pelos membros dos Comitês. O mesmo se aplica às igrejas identificadas por serem consideradas instituições importantes para o processo de mobilização e para o planejamento.

Quadro 10: Atores estratégicos previstos x atores efetivos

Segmento	Instituição ou Pessoa Física Parceiro (a)	Participação Sim/Não	Assiduidade Sim/ Não
<b>Sociedade Civil</b>	1. AAGFRP - Associação dos Agricultores Familiares de Rio Plantoja	Não	Não
	2. AART - Associação dos Agricultores Familiares de Rio Taquara	Não	Não
	3. AAVISA - Associação dos Agricultores e Viveiristas de Santo Antônio	Não	Não
	4. ABAPA - Associação dos Amigos dos Passos de Anchieta	Não	Não
Segmento	Instituição ou Pessoa Física Parceiro (a)	Participação Sim/Não	Assiduidade Sim/ Não
<b>Sociedade Civil</b>	5. ACAPEMA - Associação Capixaba de Proteção ao Meio Ambiente	Não	Não
	6. ACRP - Associação Comunitária do Rio da Prata	Não	Não
	7. ACURBE - Associação Cultural e Recreativa de São Sebastião de Belém	Não	Não
	8. ADEMAC - Agência de Desenvolvimento Ambiental Capixaba	Não	Não
	9. Agência de Desenvolvimento VIVA Pedra Azul	Sim	Não
	10. AGRITICAL - Associação dos Agricultores de Tirol e Califórnia	Não	Não
	11. AGRORIOS - Associação dos Agricultores de Barracão do Rio Posmoser, Rio Cristal, Rio Plantoja, Rio Aparecida, Rio Veado e Rio Posmoser	Não	Não
	12. AGROTIROL - Associação dos Agricultores do Tirol	Não	Não
	13. AGRO-UNI - Associação dos Agricultores Rurais de Recreio, São José do Rio Claro, Alto Recreio, Santa Luzia, Rio Nove e Rio Bonito	Não	Não
	14. AHBPA - Associação dos Herdeiros do Benvindo Pereira dos Anjos – Retiro Alto Pena e Barra do Pena	Não	Não
	15. AMABARRA - Associação de Meio Ambiente da Barra do Jucu	Não	Não
	16. AMAF-BELÉM - Associação de Moradores, Agricultores, Familiares e Proprietários de São Sebastião do Belém e Rio das Pedras	Não	Não
	17. AMAF-G - Associação dos Moradores e Agricultores do Garrafão	Não	Não
	18. AMPA - Associação dos Moradores de Ponto Alto	Não	Não
	19. AMPARO FAMILIAR - Associação dos Agricultores e Agricultoras de Produção Orgânica Familiar de Santa Maria de Jetibá	Não	Não
	20. APAC - Associação dos Produtores Agrícolas de Caramuru	Não	Não
	21. APEAEFA - Associação de Pais e Alunos da Escola Família Agrícola de Alto Santa Maria	Não	Não
	22. APEAEFA - Associação de Pais e Alunos da Escola Família Agrícola de São João do Garrafão	Não	Não
	23. APPA - Associação de Produtores de Pedra Azul	Não	Não
	24. APPA-SJG - Associação dos Pequenos Produtores Agrícolas de São João do Garrafão	Não	Não

	25. APROMEF - Associação dos Produtores Rurais de Rio do Meio e Fumaça	Não	Não
	26. APROVISTA - Associação de Produtores de Boa Vista	Não	Não
	27. APRUMEL - Associação dos Produtores Rurais de Meio Légua	Não	Não
	28. PRUPEV - Associação de Produtores Rurais de Peixe Verde	Não	Não
	29. 1APRUPI - Associação dos Produtores Rurais de Piapitangui	Não	Não
<b>Segmento</b>	<b>Instituição ou Pessoa Física Parceiro (a)</b>	<b>Participação Sim/Não</b>	<b>Assiduidade Sim/ Não</b>
<b>Sociedade Civil</b>	30. ARRENG - Associação Representativa da Região Norte de Guarapari	Não	Não
	31. ARTBARRA -Núcleo Artcana	Não	Não
	32. Arte Solidária - MOVIVE ES	Não	Não
	33. ASEVILA - Associação dos Empresários de Vila Velha	Não	Não
	34. ASPACAV - Associação dos Produtores Agrícola de Campo Verde – Assentamento Santa Clara	Não	Não
	35. Associação Agrícola Nossa Terra – Paraju	Não	Não
	36. Associação Agrícola Recanto Feliz –Paraju	Não	Não
	37. Associação Barrense de Canoagem- ABC Associação Centro-Serrano de Apicultores - Paraju	Não	Não
	38. Associação Agrícola Recanto Feliz -Paraju	Não	Não
	39. Associação Barrense de Canoagem- ABC	Não	Não
	40. Associação Centro-Serrano de Apicultores - Paraju	Não	Não
	41. Associação Comunitária de Goiabeiras	Não	Não
	42. Associação Comunitária de Ponta da Fruta	Não	Não
	43. Associação de Amigos de Todos os Santos	Não	Não
	44. Associação de Artesãos Canela Verde ES	Não	Não
	45. Associação de Empreendedores Rurais de Roças Velhas	Não	Não
	46. Associação de Jovens e Mulheres Trabalhadoras Rurais de Domingos Martins e Marechal Floriano	Não	Não
	47. Associação de Moradores da Usina Jucu - Santa Isabel	Não	Não
	48. Associação de Moradores de Amarelos	Não	Não
	49. Associação de Moradores de Camboapina	Não	Não
	50. Associação de Moradores de Rio Calçado	Não	Não
	51. Associação de Moradores de Santa Terezinha - Paraju	Não	Não
	52. Associação de Moradores e Esportiva São Paulo de Aracê	Não	Não
	53. Associação de Moradores e Produtores de Alto Paraju	Não	Não
54. Associação de Moradores e Produtores de Barcelos - Aracê	Sim	Não	
55. Associação de Moradores e Produtores de São Miguel	Não	Não	
56. Associação de Moradores e Produtores de São Rafael - Aracê	Não	Não	
57. Associação de Moradores e Produtores de Tijuco Preto	Não	Não	

	58. Associação de Moradores e Produtores Rurais de Aparecidinha - Aracê	Não	Não
	59. Associação de Moradores e Produtores Rurais de Pena	Não	Não
	60. Associação de Moradores e Produtores Rurais de Rio Claro	Não	Não
	61. Associação de Mulheres Esperança do Campo - Alto Paraju	Não	Não
	62. Associação de Pequenos Agricultores Rurais de Todos os Santos	Não	Não
<b>Segmento</b>	<b>Instituição ou Pessoa Física Parceiro (a)</b>	<b>Participação Sim/Não</b>	<b>Assiduidade Sim/ Não</b>
<b>Sociedade Civil</b>	63. Associação de Pescadores da Praia do Ribeiro	Não	Não
	64. Associação de Pescadores de Itapuã	Não	Não
	65. Associação de Pescadores de Ponta da Fruta	Não	Não
	66. Associação de Produtores da Comunidade do Atlântico II	Não	Não
	67. Associação de Produtores de Cristo Rei - Aracê	Não	Não
	68. Associação de Produtores de Duas Bocas	Não	Não
	69. Associação de Produtores de Lajinha - Aracê	Não	Não
	70. Associação de Produtores de leite da Serra	Não	Não
	71. Associação de Produtores de Roda D'água	Não	Não
	72. Associação de Produtores do Córrego do Sete	Não	Não
	73. Associação de Produtores do Xuri	Não	Não
	74. Associação de Produtores rurais de Aparecidinha - Aracê	Não	Não
	75. Associação de Produtores Rurais de Biriricas	Não	Não
	76. Associação de Produtores Rurais de Cachoeirinha e Sabão	Não	Não
	77. Associação de Produtores Rurais de Cajueiro	Não	Não
	78. Associação de Produtores Rurais de Holandinha	Não	Não
	79. Associação dos Agricultores Boa Esperança - Paraju	Não	Não
	80. Associação dos Andarilhos Ecológicos do Espírito Santo	Não	Não
	81. Associação dos catadores de Caranguejos de Carapina	Não	Não
	82. Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Guarapari	Não	Não
	83. Associação dos Moradores de Ponto Alto II	Não	Não
	84. Associação dos Moradores e Amigos de Melgaço	Não	Não
	85. Associação dos Moradores e Produtores Rurais de Calogi	Não	Não
	86. Associação dos Moradores e Produtores Rurais do Rio Ponte (Fazenda Germano Schwanz)	Não	Não
87. Associação dos Pequenos Agricultores de Crubixá Açú, Crubixá Mirim, Paraiso e Cavu	Não	Não	
88. Associação dos Pequenos Produtores de Rio Ponte	Não	Não	
89. Associação dos Produtores de Flores e Plantas Ornamentais da Região Serrana do ES	Não	Não	
90. Associação dos Produtores de Melgaço de Baixo	Não	Não	
91. Associação dos Produtores de Paraju	Não	Não	
92. Associação dos Produtores e Moradores de Alegre	Não	Não	
93. Associação dos Produtores Rurais de Pau Amarelo	Não	Não	
94. Associação dos Produtores Rurais do Galo	Não	Não	

	95. Associação dos Produtores Rurais do Município de Serra	Não	Não
	96. Associação dos Produtores Rurais e Moradores de Maricará	Não	Não
	97. Associação dos Proprietários Rurais do Município da Serra	Não	Não
	98. Associação Ecológica Força Verde	Não	Não
<b>Segmento</b>	<b>Instituição ou Pessoa Física Parceiro (a)</b>	<b>Participação Sim/Não</b>	<b>Assiduidade Sim/ Não</b>
<b>Sociedade Civil</b>	99. Associação em Defesa dos Direitos dos Produtores Rurais de São Bento do Chapéu	Não	Não
	100. Associação Esperança, São Bento do Alto Jucu - Melgaço	Não	Não
	101. Associação Família Huver - Melgaço	Não	Não
	102. Associação FASMA -Família de Assistência e Socorro ao Meio Ambiente	Não	Não
	103. Associação Festa do Morango -Aracê	Não	Não
	104. Associação Frufrus de Ponto Alto - Paraju	Não	Não
	105. CLUPP -Centro de Lavradores Unidos para o Progresso – Baía Nova e Adjacências	Sim	Sim
	106. Colônia de Pescadores Z2	Sim	Sim
	107. Consórcio Intermunicipal para recuperação das Bacias dos Rios Santa Maria da Vitória e Jucu	Não	Não
	108. Cooperativa de Empreendedores Rurais de Domingos Martins	Não	Não
	109. Cooperativa de Pesca de Vila Velha	Não	Não
	110. COOPRAM -Cooperativa de Empreendedores Individuais de Domingos Martins	Não	Não
	111. Domingos Martins e Marechal Floriano	Não	Não
	112. ECOS - Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Sócioambiental	Não	Não
	113. Faculdade Novo Milênio	Não	Não
	114. Faculdade Pio XII	Não	Não
	115. Faculdade Serravix	Não	Não
	116. Faculdade Univix	Não	Não
	117. Faculdades Integradas Padre Anchieta de Guarapari - FIPAG	Não	Não
	118. FAESA - Centro Universitário	Sim	Não
	119. Familiares e Proprietários de São Sebastião do Belém e Rio das Pedras	Não	Não
	120. FAR - Fundação Augusto Ruschi	Não	Não
	121. Federação das Associações de Moradores e Produtores Rurais	Não	Não
	122. Fórum Popular em Defesa de Vila Velha	Não	Não
	123. GARRA ECOLÓGICA - Associação Agroecológica de Garrafão	Não	Não
	124. GOGV- ES - Grupo Orquífilo da Grande Vitória-ES	Não	Não
125. IBDM - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento da Defesa Civil e do Meio Ambiente	Não	Não	
126. IBIO - Instituto da Biodiversidade	Sim	Não	

	127. IEST - Instituto Brasileiro de Estudos, Pesquisas, Projetos e Gestão para a Educação e Segurança do Trânsito	Não	Não
	128. IMADESA - Instituto Marca de Desenvolvimento Socioambiental	Sim	Sim
	129. In Viva Instituto de Vivência Ambiental	Não	Não
	130. INJAPA - Instituto Jacarenema	Sim	Sim
<b>Segmento</b>	<b>Instituição ou Pessoa Física Parceiro (a)</b>	<b>Participação Sim/Não</b>	<b>Assiduidade Sim/Não</b>
<b>Sociedade Civil</b>	131. Instituto de Fomento Social	Não	Não
	132. Instituto Ecobacia	Não	Não
	133. Instituto Jacunem	Não	Não
	134. Instituto Roberto Carlos Kautsky	Sim	Sim
	135. Instituto Terra da Gente	Não	Não
	136. ISCSV - Instituto Superior de Ciências de Vitória	Não	Não
	137. IVB - Instituto Verde Brasil	Não	Não
	138. Movimento Comunitário de Formate	Não	Não
	139. Movimento de Pequenos Produtores da Região Serrana - Paraju	Não	Não
	140. Mundo Aquático - Pesquisas e Educação Ambiental	Não	Não
	141. Nautilus Sociedade de Entes Humanos	Não	Não
	142. Núcleo Orquídeas de Domingos Martins e Marechal Floriano	Não	Não
	143. Papel Recriado ES	Não	Não
	144. PROLUX - Associação dos Produtores Rurais de Alto Luxemburgo	Não	Não
	145. Sindicadores dos Trabalhadores Rurais de Guarapari	Sim	Não
	146. Sindicadores Patronal Rural de Guarapari	Não	Não
	147. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cariacica	Sim	Sim
	148. Sindicato dos trabalhadores Rurais de Domingos Martins e Marechal Floriano	Sim	Sim
	149. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Leopoldina	Sim	Sim
	150. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serra e Fundão	Não	Não
	151. Sindicato dos trabalhadores Rurais de Viana	Sim	Sim
	152. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vila Velha	Não	Não
	153. Sindicato Patronal Rural de Cariacica	Não	Sim
	154. Sindicato Patronal Rural de Domingos Martins	Sim	Sim
	155. Sindicato Patronal Rural de Santa Leopoldina	Sim	Sim
	156. Sindicato Patronal Rural de Serra	Sim	Não
157. Sindicato Patronal Rural de Viana	Sim	Não	
158. Sociedade Brasileira para Preservação Ambiental e Desenvolvimento do Turismo Ecológico	Não	Não	
159. Sociedade Gaya Religare	Não	Não	
160. UNIVILA - Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas de Vila Velha	Não	Não	
161. UVV - Centro Universitário Vila Velha	Não	Não	

<b>Segmento</b>	<b>Instituição ou Pessoa Física Parceiro (a)</b>	<b>Participação Sim/Não</b>	<b>Assiduidade Sim/ Não</b>
<b>Poder Público</b>	1. Câmaras Municipais de Vereadores de Cariacica	Não	Não
	2. Câmaras Municipais de Vereadores de Guarapari	Não	Não
	3. Câmaras Municipais de Vereadores de Santa Leopoldina	Não	Não
	4. Câmaras Municipais de Vereadores de Santa Leopoldina	Não	Não
	5. Câmaras Municipais de Vereadores de Santa Maria de Jetibá	Não	Não
	6. Câmaras Municipais de Vereadores de Viana	Não	Não
	7. Câmaras Municipais de Vereadores de Vitória	Não	Não
	8. Câmaras Municipais de Vereadores Domingos Martins	Não	Não
	9. Câmaras Municipais de Vereadores Marechal Floriano	Não	Não
	10. Defesa Civil Municipal de Cariacica	Não	Não
	11. Defesa Civil Municipal de Guarapari	Não	Não
	12. Defesa Civil Municipal de Guarapari	Não	Não
	13. Defesa Civil Municipal de Santa Leopoldina	Não	Não
	14. Defesa Civil Municipal de Santa Leopoldina	Não	Não
	15. Defesa Civil Municipal de Santa Maria de Jetibá	Não	Não
	16. Defesa Civil Municipal de Viana	Não	Não
	17. Defesa Civil Municipal de Vila Velha	Não	Não
	18. Defesa Civil Municipal de Vitória	Não	Não
	19. Defesa Civil Municipal Domingo Martins	Não	Não
	20. Defesa Civil Municipal Marechal Floriano	Não	Não
	21. Prefeitura Municipal de Cariacica (secretarias relacionadas)	Sim	Não
	22. Prefeitura Municipal de Domingos Martins (secretarias relacionadas)	Sim	Sim
	23. Prefeitura Municipal de Guarapari (secretarias relacionadas)	Sim	Não
	24. Prefeitura Municipal de Marechal Floriano (secretarias relacionadas)	Sim	Sim
	25. Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina (secretarias relacionadas)	Sim	Sim
	26. Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá (secretarias relacionadas)	Sim	Sim
	27. Prefeitura Municipal de Viana (secretarias relacionadas)	Sim	Sim
	28. Prefeitura Municipal de Vila Velha (secretarias relacionadas)	Sim	Não
	29. Prefeitura Municipal de Vitória (secretarias relacionadas)	Sim	Não

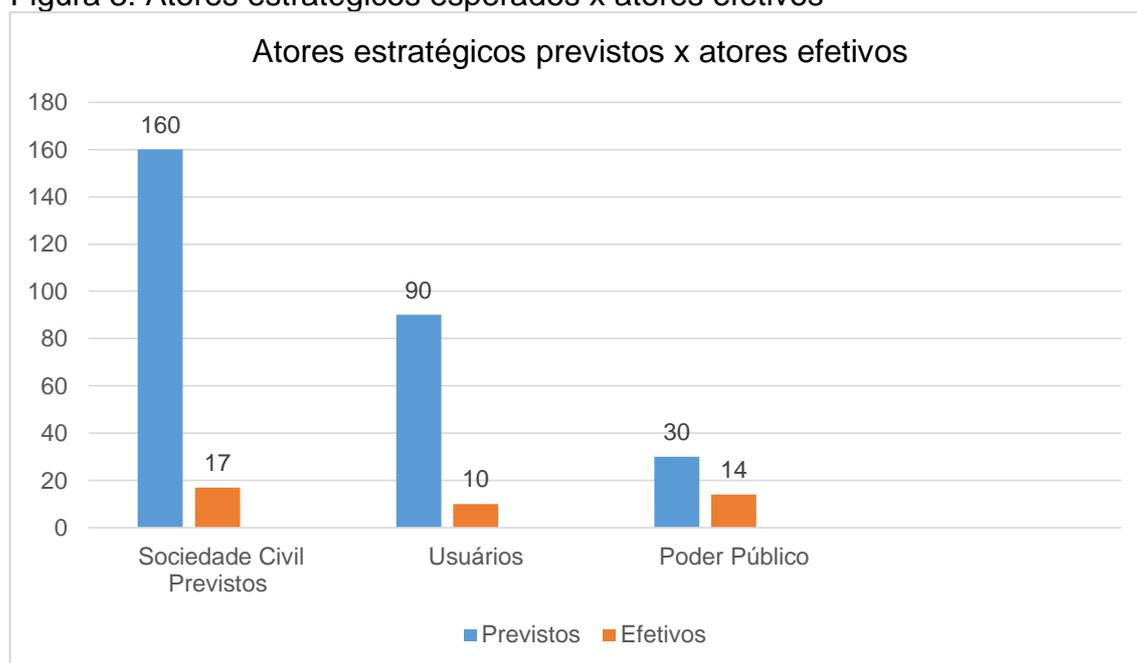
Segmento	Instituição ou Pessoa Física Parceiro (a)	Participação Sim/Não	Assiduidade Sim/ Não
Usuário	1. Abel José Sant´ana	Não	Não
	2. Acibraf Industria e Comercio Ltda	Não	Não
	3. Ademir Geraldo Degasperi	Não	Não
	4. Adenilson Francisco Uliana	Não	Não
	5. Albino José Saith	Não	Não
	6. Almir Dordenoni Herbst	Não	Não
	7. Almir Schneider	Não	Não
	8. Alonso Sarnaglia	Não	Não
	9. Alphaville Vitória Empreendimento Imobiliário Ltda	Não	Não
	10. Alvino Jose Saith	Não	Não
	11. Anézio Piazzarolo	Não	Não
	12. Antonio Emilio Pereira	Não	Não
	13. ArcelorMittal Brasil SA	Sim	Sim
	14. Associação Santa-Mariense de Aquicultura Peixe Bonito	Não	Não
	15. Aurindo Wruck	Sim	Não
	16. Brasil PCH - PCH São Pedro	Sim	Sim
	17. Bueno Engenharia E Construção Ltda	Não	Não
	18. Campanhia Vale do Rio Doce	Sim	Sim
	19. Campanhia Vale do Rio Doce - CVRD - Estrada de Ferro Vitória a Minas	Sim	Não
	20. Carlos Elias Pereira Baeta	Não	Não
	21. Célio Schunk	Não	Não
	22. Cervejaria Coroa S/A	Sim	Sim
	23. Cesar Abel Krohling	Não	Não
	24. Claudio Huwer	Não	Não
	25. Clovis Alfredo Trabach	Não	Não
	26. Clovis Arnaldo Koehler	Não	Não
	27. Companhia Siderúrgica de Tubarão - Terminal Privativo e de Uso Misto - TPS	Não	Não
	28. Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA	Sim	Não
	29. Conduto - Companhia Nacional de Dutos	Não	Não
	30. Cristal Empreendimentos Imobiliários LTDA	Não	Não
	31. CTRVV - Central de Tratamento de Resíduos Vila Velha	Não	Não
	33. Domart Alimentos Ltda	Não	Não
	34. Ederson Wruck	Não	Não
	35. EDP - Escelsa	Sim	Não
	36. Edson Amorim Pereira-Me	Não	Não
	37. Elio Wruck	Não	Não
	38. Estevão Gomes dos Santos	Não	Não
	39. Euzébio Steiner Pani	Não	Não
	40. Eylses Patricio Machado Junior	Não	Não
	41. FGR Urbanismo Vila Velha S/A - SPE	Não	Não
	42. Flavio Wruck	Não	Não
	43. Florêncio Schulz	Não	Não
	44. Frical Frigorífico Cariacica S/A	Sim	Não
	45. Frigorífico Kinka Regis Ltda Me	Não	Não
	46. Geraldino Possatti	Não	Não

Segmento	Instituição ou Pessoa Física Parceiro (a)	Participação Sim/Não	Assiduidade Sim/ Não
Usuários	47. Gilmar Endlich	Não	Não
	48. Golden Indústria de Revestimentos Ltda	Não	Não
	49. Gustavo da Silveira Marques	Não	Não
	50. Hebert Subtil Fraga	Não	Não
	51. Heide Helene Sperlich	Não	Não
	52. Igor Ingle Kerckhoff	Não	Não
	53. Itamar Endlich	Não	Não
	54. Jaime (Cientista Social- Proprietário rural)	Sim	Não
	55. Jayme Pinheiro Larica	Não	Não
	56. João Batista Coutinho	Não	Não
	57. João Turra Sobrinho	Não	Não
	58. José Cláudio da Cruz	Não	Não
	59. José Dalton Resende Magalhães Cardoso	Sim	Sim
	60. Jose Evaldo Beltrame Portes	Não	Não
	61. Josete Antônio Pereira	Não	Não
	62. Juvenal Ribeiro Neto	Não	Não
	63. Leia Maria Bourguignon Prezotti	Não	Não
	64. Luiz Paulo Endlich	Não	Não
	65. Marca ambiental Ltda	Não	Não
	66. Maria Regina da Silva	Não	Não
	67. Martonio Littig	Não	Não
	68. Nacional Construções e Serviços LTDA	Não	Não
	69. Otávio Kuster	Não	Não
	70. Pablo Pacheco de Blas	Não	Não
	71. Paulo Ribeiro dos Santos	Não	Não
	72. Paulo Sergio Andrião	Não	Não
	73. Pedro de Pádua Koehler	Não	Não
	74. Perfil Comércio de Alumínios e Acessórios Ltda	Não	Não
	75. Refrigerantes Coroa Ltda	Sim	Sim
	76. Renato Valentin Vieira Bianchini	Não	Não
77. Ricardo Tadeu Rizzo Bicalho	Não	Não	
78. Rio de Janeiro Refrescos Ltda	Sim	Sim	
79. Roberto Carlos Chagas	Não	Não	
80. Ronaldo Moura Pamplona	Não	Não	
81. Rubens Betzel	Não	Não	
82. Ruberli Littg	Não	Não	
83. Serviço Social do Comércio SESC	Não	Não	
84. Serviço Social do Comércio SESC	Não	Não	
85. Siegmund Berger	Não	Não	
86. Sueli de Paula Franca	Não	Não	
87. Valdemar Luiz Horbelt Coutinho	Não	Não	
88. Vipasa - Vitoria Indústria e Comércio de Papeis Ltda	Não	Não	
89. Wyz Comercial de Alimentos Ltda	Não	Não	
90. Zorzal Terraplenagem e Locações LTDA	Não	Não	
	<b>Total previsto: 280</b>	<b>Total efetivo: 41</b>	

Fonte: elaboração própria por meio de Relatório técnico 1 (2014) e listas de frequências dos eventos públicos.

De acordo com os documentos analisados, no mapeamento dos atores estratégicos, foi previsto a participação de 280 instituições e pessoas físicas. Após análises, apurou-se que estiveram presente um total de 41 representantes, conforme demonstrado na figura 3:

Figura 3: Atores estratégicos esperados x atores efetivos



Fonte: elaboração própria por meio de Listas de frequências das reuniões públicas.

## 6.2. Assiduidade: ausências e presenças irregulares

As análises possibilitaram apurar que houve muitas ausências por parte dos representantes dos três seguimentos (Poder Público, Usuarios e Sociedade Civil) nas reuniões públicas. Identificou-se que, entre os dez municípios que compõem as bacias, houve participação apenas das prefeituras municipais de: Domingo Martins, Marechal Floriano, Santa Leopoldina e Santa Maria do Jetibá. Nesse sentido, ficou evidente nos documentos analisados que a discussão do plano não tem conseguido despertar importância nos órgãos gestores locais.

Sobre este aspecto, Lima (2014) salienta que a participação dos municípios tem sido incipiente e pouco qualificada nos colegiados de recursos hídricos e nas ações de sua

competência, referentes ao uso e ocupação do solo, na área de saneamento e na interface com a gestão de recursos hídricos, não observada na elaboração das Leis e Planos Municipais.

As demais prefeituras foram representadas em algumas reuniões e com rotatividade dos representantes. Esse fator pode contribuir para a desmotivação dos órgãos gestores municipais em participar nos processos. As trocas de gestores municipais e de funcionários comissionados nas prefeituras prejudica a tomada de decisões porque corre-se o risco das pessoas não conseguirem compreender todas as informações anteriores. As informações podem se perderem ou até mesmo distorcidas e mal interpretadas, comprometendo a tomada de decisões para a implementação das políticas públicas.

Alves (2015) afirma que a participação dos órgãos municipais na gestão dos recursos hídricos é considerada problemática por haver certa resistência da gestão participativa *versus* o modelo tradicional de fazer política local. Outro fator de entrave é colocado por Abers e Jorge (2005), os autores afirmam que “os interesses políticos locais são caracterizados por clientelismo, corrupção, ou outros padrões, o que faz com que as decisões políticas não segurem as prioridades”. Neste cenário, ainda é preciso superar entraves políticos, econômicos e culturais.

Sobre esse aspecto, Porto e Porto (2008) definem que a gestão das águas extrapola os limites dos municípios, exigindo uma articulação regional que envolva organismos públicos, privados e a sociedade civil. Os desafios que se colocam para a efetividade dessa gestão hídrica se referem à integração e à articulação dos municípios de uma mesma bacia, e de tais municípios com as bacias vizinhas, no planejamento e gestão urbanos relacionados ao uso e destino da água. A gestão integrada da água deve passar por uma articulação com a gestão municipal e uma das possibilidades seria a aproximação entre as diretrizes e metas contidas nos Planos de Bacias e os instrumentos e ações apontadas nos planos de uso do solo, especificamente os Planos Diretores Municipais (PORTO; PORTO, 2008).

Do segmento usuário, ainda que tenham sido mapeados 90 atores estratégicos envolvendo representantes de empresas privadas e pessoas físicas, segundo a lista de frequência, apenas 10 órgãos compareceram às reuniões. Destes, os que mantiveram assiduidade foram: Brasil PCH São Pedro, Refrigerante Coroa, Arcelor Mittal, Cervejaria Coroa, Rio de Janeiro Refrescos Ltda, e um produtor rural. Os demais representantes compareceram em um ou em outra reunião. Cabe destacar aqui que, posteriormente, as empresas Refrigerante Coroa e Brasil PCH São Pedro passaram a compor o comitê do Jucu, e as empresas Rio de Janeiro Refrescos Ltda, Arcelor Mittal, e o produtor rural José Dalton Resende Magalhães Cardoso integraram os comitês da Bacia do rio SMV.

Da sociedade civil, identificamos a presença de 17 representantes, dos quais 12 estiveram presentes em todas as reuniões, e cinco compareceram em um ou outro evento. Quando se consideram as áreas de interesses das organizações civis, contabilizamos presenças de nove representantes de sindicatos dos trabalhadores rurais, cinco de institutos ligados às questões ambientais. Enviaram um representante cada uma das colônias de pescadores, uma associação de produtores, e faculdade.

As análises apontaram que o segmento sociedade civil manteve maior representatividade durante o processo de planejamento dos referidos instrumentos. Considerando a presença ao longo do processo, os sindicatos dos municípios foram o grupo com maior participação. Vale assinalar que as análises evidenciaram a pouca presença de setores que dependem diretamente dos recursos hídricos – como pequenos produtores rurais ou de pescadores e associações de trabalhadores rurais, entre outros.

Também estiveram presentes em algumas reuniões, instituições e pessoas que demonstraram interesse no planejamento das bacias, como foi o caso do Centro Universitário Faesa. Trata-se de uma instituição de ensino superior privado, que não se adequa à composição dos representantes do SINGREH, mas que demonstrou interesses pelos temas tratados nas reuniões públicas, no entanto, não manteve presença em todos os eventos.

O mapeamento dos atores estratégicos foi considerado algo positivo por ter apontando uma diversidade de atores sociais e diversidade territorial, no entanto, evidenciou que o processo de mobilização social programado não foi eficiente para convocar e efetivar a participação dos atores previstos. Embora, nos documentos analisados, a participação foi traçada como elemento norteador às ações, as propostas de mobilização social ficaram sob responsabilidade dos comitês que não tinham recursos financeiros e humanos para esse fim, o que pode ter contribuído para o esvaziamento da participação social nas reuniões públicas. A empresa consultora contratada, NIPSA/PROFIL, ficou responsável por dar suporte à mobilização, mas nos documentos analisados não identificamos como foi a sua intervenção no processo.

Cabe destacar que segundo a DQA (2000) o processo de participação está intrinsecamente ligado à disponibilidade de acesso à informação sobre as questões que afetam os participantes de determinada região. A informação sobre a realidade dos recursos hídricos é essencial para a tomada de decisão e o envolvimento efetivo dos participantes. Podemos inferir que houve falha nos processos de mobilização e informação, pode ter contribuído para a fraca resposta dos atores estratégicos listados e convidados para participar do processo de Enquadramento e PRH dos rios Santa Maria da Vitória e Jucu.

### **6.3. Ausência dos atores vulneráveis ou grupos sub-representados**

Em relação à presença de atores sociais considerados “news publics”, “sub representados”, ou ainda, “vulneráveis” como definem Avritzer e Costa (2004), para os quais, vários documentos têm chamado a atenção, que não ouve uma participação significativa. Evidenciamos que as listas de atores estratégicos mencionam uma diversidade de grupos normalmente excluídos das discussões hídricas: Associação de Jovens e Mulheres, Sindicatos dos Trabalhadoras Rurais, Associação de Mulheres Esperança do Campo - Alto Paraju, Associação de Pequenos Agricultores Rurais de Todos os Santos, Associação de Pescadores da Praia do Ribeiro, Associação de Pescadores de Itapuã, dentre outros. Mas não há nenhum registro que estes grupos

estiveram presentes nos eventos públicos, o que nos impulsiona a compreender que houve falhas nos mecanismos de divulgação e de comunicação.

Para o Estado do Espírito Santo isso é preocupante, pois nesta região possui um variado acervo de tradições culturais. Essas tradições mesclam elementos dos colonizadores portugueses, das contribuições vinda dos escravos africanos, das presenças nativas dos índios, dos convívios com os imigrantes açorianos, italianos, alemães e poloneses, dos contatos com as populações dos Estados limítrofes e dos intercâmbios, em maior ou menor grau, com outras regiões do país (OLIVEIRA, 2011)

Dentre as várias manifestações culturais, destacamos dois elementos do folclore capixaba, a Festa do Mastro, ou também denominada de Puxada do Mastro, e as Bandas de Congos. Ambas encontradas em municípios das regiões hidrográficas das bacias dos rios Santa Maria da Vitória e Jucu. As Bandas de Congo participam de todas as festas de Puxada de Mastro. Vale destacar ainda, que em Vitória existe a tradicional Banda de Congo das Paneleiras, que se apresentam em várias festas, inclusive fora do Estado (OLIVEIRA, 2011).

A falta de representantes destes grupos no processo de Enquadramento e PRH dos rios Santa Maria da Vitória e Jucu evidencia que a PNRH ainda não conseguiu envolver todos os atores sociais usuários da água. As ausências identificadas vão de encontro com as afirmações de Avritzer e Costa (2009) que descrevem que os *new publics* abrangem os novos atores urbanos, novas subculturas, novas etnicidades, grupos tradicionais, imigrantes, entre outros, que contrastam com a imagem das nações homogeneamente mestiças construídas historicamente e que ainda permanecem fora dos debates da esfera pública.

Os grupos culturais - numa região caracterizada por fortes movimentos desse tipo de imigrantes e também de cultura afro - o envolvimento desses grupos poderia favorecer a criação de um valor ou identidade simbólica das bacias. Para Avritzer e Costa (2009), de fato, os atores que reclamam a herança africana e apresentam ao espaço público nacional sua estética desafiadora daquilo que se constituiu, historicamente,

trazem para estes espaços saberes e conhecimentos que ainda não são valorizados nos processos e discussões para elaboração dos planos de bacia. Não obstante, a ideia de públicos diaspóricos contempla todos os novos públicos que apresentam uma inserção ambivalente no espaço público nacional: ao mesmo tempo que partilham dele, compartilham de redes transnacionais e se constituem, assim, como agentes permanentes de introdução de inovações sociais no contexto nacional.

Mas, na prática, a pesquisa dos documentos demonstraram que a minoria étnica, grupos discriminados, imigrantes, movimentos transnacionais de movimentos sociais, mulheres, índios, ribeirinhos, entre outros foram excluídos da esfera pública ou colocados em um lugar subordinado, como nos relatam (AVRITZER; COSTA, 2009). Isso porque na gestão das águas a maioria dos comitês, ainda se dá pouca importância ao aspecto da construção simbólica da bacia.

A diversidade de atores envolvidos com a gestão da bacia possui saberes e noções espaciais em referências territoriais construídas pelos próprios moradores. A dimensão da bacia terá, necessariamente, que ser construída e disputada com as unidades conhecimentos, práticas, valores já existentes nas bacias. Para superar essas lacunas, é preciso oferecer à população ações que motivem as pessoas e instituições a participarem da gestão coletiva da bacia. Ações que ultrapassem as apresentações de mapas apenas com os rios ou com informações do tipo “qualidade da água” ou “tipos de uso da água” (CARDOSO, 2003).

O mapeamento participativo foi considerado uma ação positiva por identificar nas bacias as demandas sociais pelos usos da água, bem como, o apontamento da diversidade de atores sociais do território, levando em conta as regiões hidrográficas da bacia. Outro fator positivo foi a estratégia de realização das reuniões em vários municípios da bacia, atendendo ao requisito de diversidade territorial, possibilitando o melhor acesso da população aos debates públicos sobre as questões hídricas. No entanto, ao confrontarmos os atores sociais previstos com as listas de frequência das reuniões, verificamos grande ausência destes atores programados.

#### **6.4. Presença dos membros dos comitês nas reuniões públicas**

Os Comitês de Bacia foram criados para gerenciar o uso dos recursos hídricos de forma integrada, descentralizada, democrática e com a participação da sociedade. É composto por representantes do poder público, da sociedade civil e de usuários de água. Essa composição tríplice visa garantir a todos os integrantes o mesmo poder de deliberação nas tomadas de decisões, no sentido de assegurar as demandas humanas, mas também a sustentabilidade do meio ambiente (ABERS; JORGE, 2005).

Cabe ao comitê emitir pareceres, estabelecer resoluções em situações de conflitos, acompanhar e fiscalizar a execução da outorga e cobrança, e aprovar os planos de bacia (BRASIL, 1997). Em detrimento da importância dada à aprovação dos planos de bacias, sendo eles um acordo coletivo, nesse estudo buscamos verificar se os membros dos CBHS estiveram presentes nos conjuntos de reuniões programadas.

Buscamos no Regimento Interno de cada um dos comitês o número de representantes que os compõem. O Art. 9º do Regimento Interno do CBH SMV define que a composição do comitê é constituída por 15 membros titulares, devendo cada titular ter um suplente, de acordo com a seguinte composição: cinco representantes dos poderes públicos executivos municipais, estadual e federal, da região hidrográfica, conforme deliberação a ser emitida por ocasião do processo eleitoral; cinco representantes da sociedade civil organizada, conforme deliberação a ser emitida por ocasião do processo eleitoral; cinco representantes dos usuários de recursos hídricos, indicados pelos usuários representados, conforme deliberação a ser emitida por ocasião do processo eleitoral (AGERH, Acesso em 15 de outubro de 2018).

A composição do CBH Jucu é constituída por 21 vagas ocupadas por membros titulares, devendo cada titular ter um suplente de acordo com a seguinte composição: sete representantes do Poder Público; sete representantes dos usuários e sete representantes da sociedade civil ((AGERH, Acesso em 15 outubro de 2018).



Fase		Plano e Informação e Mobilização Social (PIM)	Validação do Diagnóstico Prognóstico			Pré-Enquadramento				Outorga e Cobrança	Deliberação do Plano	Total de Presença
Instituições	CBH JUCU/ SMV	Evento 1	Evento 2	Evento 3	Evento 4	Evento 5	Evento 6	Evento 7	Evento 8	Evento 9		
Segmentos	CLUPP Baía Nova	JUCU	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	2
	IMADESA	JUCU	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	1
	Instituto kaursky	JUCU	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	4
	ASIARFA	JUCU	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	5
	Sinhá Laurinha Guarapari	JUCU	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	9
	Bombeiros Voluntários de Santa Maria do	SMV	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	1
	Rio de Janeiro Refrescos	SMV	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	1
	Arcelor Mittal	SMV	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	3

Fase		Plano e Informação de Mobilização Social (PIM)	Validação do Diagnóstico Prognóstico			Pré-Enquadramento				Outorga e Cobrança	Deliberação do Plano	Total de Participação
Instituições	CBH	Evento 1	Evento 2	Evento 3	Evento 4	Evento 5	Evento 6	Evento 7	Evento 8	Evento 9		
Pref. Santa Leopoldina	SMV	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	2	
IEIMA	SMV/JUCU	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	9	
Pref. Cantálica	SMV/JUCU	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	7	
Pref. Vitória	SMV	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	2	
Pref. Santa Maria Jetibá	SMV/JUCU	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	3	
Pref. Marechal Floriano	JUCU	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	6	
Pref. Domingos	JUCU	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	6	
Pref. de Viana	JUCU	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	1	
SEAG – Guarapani	JUCU	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	2	

Fase		Plano e Informação de Mobilização Social (PIM)	Validação do Diagnóstico Prognóstico			Pré-Enquadramento				Outorga e Co-branção	Deliberação do Plano	Total de Participação
Usuário	Instituições	CBH	Evento 1	Evento 2	Evento 3	Evento 4	Evento 5	Evento 6	Evento 7	Evento 8	Evento 9	
	Rio de Janeiro Refrescos	SMV	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	9
	VALE	SMV	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não

Fonte: elaboração própria por meio de Listas de presenças das reuniões públicas.

Identificou-se com o estudo que a maior parte dos membros dos dois comitês frequentaram as reuniões esporadicamente, demonstrando um descompromisso com suas funções. Quanto às presenças, identificamos que os membros do CHB Jucu tiveram maior frequência nas reuniões públicas, sendo que os membros da sociedade civil foram os que mais compareceram.

Quanto a representação, apenas a instituição Sinhá Laurinha manteve representante em todas as reuniões. Do poder público identificamos presença em todas as reuniões como os representantes do IEMA, o IDAF, INCAPER e as prefeituras de Cariacica e Marechal Floriano compareceram em todas os eventos. Os membros do segmento usuários, foi representado pelo proprietário da Fazenda Sauanha e Refrigerantes Coroa e a CESAN.

Quanto aos membros do CBH do rio SMV, verificamos que houve pouca presença presenças, os quais compareceram em um ou em outro evento. Do segmento sociedade civil identificamos que houve apenas a representação dos bombeiros voluntários de Santa Maria do Jetibá, uma única vez, e a Acerlormittal em três eventos. O poder público enviou representantes da Prefeitura Municipal de Vitória, Prefeitura Municipal de Santa Maria do Jetibá, Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina e

Prefeitura Municipal de Cariacica, sendo que cada uma delas, foi em um evento, conforme detalhamos no Quadro 11.

Do segmento usuários, mantiveram representadas a CESAN e Rio de Janeiro Refrescos em todos os eventos programados. Cabe ressaltar que uma pequena parcela dos membros do CBHs do rio SMV que estiveram presentes em todos os eventos, estavam representando as instituições que possuem cadeira nos dois CBHs como: CESAN, IEMA, INCAPER, Prefeituras de Cariacica e de Santa Maria do Jetibá.

O comitê é considerado, na visão de Arbes e Jorge (2005), como um novo fórum privilegiado de deliberação, um novo mecanismo de representação e participação da população. Os pontos de destaque dos comitês concentram-se nas suas funções e na sua composição. Quanto à função, cabe ao comitê promover discussão das problemáticas acerca dos recursos hídricos no âmbito de bacia hidrográfica, bem como, o estabelecimento de um PRH, a fim de orientar a utilização desses recursos disponíveis na localidade.

Os comitês sintetizam os princípios da lei e tornam-se órgãos que materializam a descentralização da gestão, por meio da participação dos representantes dos três segmentos. Cardoso (2003) demonstra que o êxito do funcionamento dos comitês, em certa medida, significa o êxito da própria política das águas. Assim, considerando a PNRH e a importância dos CBHs, os membros dos Comitês assumem também papel de representante político, uma vez que se tornam a voz de seus representados. Tem a oportunidade de ocupar um lugar na “assembleia das águas”, em defesa dos interesses e da qualidade de vida daqueles que estão mais próximos do local onde vivem as pessoas da sua comunidade (SOUZA, 2010).

Quando os membros dos comitês não comparecem às reuniões para a discussões dos rumos das águas, as tomadas de decisões ficam tendenciosas a atender um pequeno grupo. Se os membros dos comitês não estão presentes nos debates, deixam de representar as demandas sociais e colocam em risco a qualidade democrática dos rumos do uso das águas. Se não há representantes ausentes, todos

os interesses sociais pelo uso da água não serão discutidos, e acabam prevalecendo os interesses de uma pequena parcela que, podem dominar as decisões.

No entanto, as discussões não podem ser um fim em si, pois devem chegar em um acordo coletivo que beneficia os interesses coletivos, sociais e de forma a contemplar todos os usos da água. Este deve ser o papel fundamental do comitê, garantir que todas as demandas sociais pelo uso da água sejam contemplados de forma legal (SOUZA, 2010).

Através dos documentos consultados, verificou-se que os comitês tiveram baixa assiduidade dos membros nas reuniões destes CBHs. Podemos identificar alguns dos problemas para o pouco envolvimento dos representantes dos comitês pode ter ocorrido devido às dificuldades decorrentes na falta de recursos financeiros, na falta de motivação destes, que podem ter resultado na baixa efetividade das decisões tomadas. Observa-se que a sociedade carece de avançar mais para a tradição participativa, o que se reflete na prática do envolvimento ativo dos atores sociais, para que as propostas dos usos múltiplos da água obtenhas soluções mais igualitárias.

#### **6.5. Presença de convidados e ouvintes nas reuniões públicas**

A gestão compartilhada das águas demanda processos de mobilização social permanentes. A mobilização social rompe com o passado antidemocrático, com a criação de um novo comportamento social e, por fim, com o surgimento de uma cultura política descentralizada e participativa. A contribuição dos espaços deliberativos é fundamental para o fortalecimento de uma gestão democrática, integrada e compartilhada. O grande desafio é fazer com que esses espaços sejam efetivamente públicos, tanto no seu formato quanto nos resultados (JACOBI, 2007).

No processo de Enquadramento e PRH, identificamos a presença de cidadãos que compareceram esporadicamente em alguns dos eventos, por demonstrarem algum tipo de interesse em participarem dos debates sobre as questões hídricas das bacias. Verificamos que algumas pessoas foram convidadas pelos membros dos comitês.

Cabe salientar que, destes participantes eram funcionários de alguma instituição pública, como, a CESAN, IEMA, ICAPER e outras. No Quadro 12, computamos a presença dos ouvintes e convidados que frequentaram algumas das reuniões públicas.

Quadro12: participantes presentes nas reuniões na qualidade de ouvintes e convidados

Fases	Plano e Informação e Mobilização Social (PIM)	Validação do Diagnóstico Prognóstico	Pré-Enquadramento						Sobre Outorga e Cobrança	Deliberação do Plano	Total de frequência
			Evento 1	Evento 2	Evento 3	Evento 4	Evento 5	Evento 6			
Instituições	Evento 1	Evento 2	Evento 3	Evento 4	Evento 5	Evento 6	Evento 7	Evento 8	Evento 9		
AGERH	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	9	
Agricultor	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	1	
Cartógrafa do rio Jucu	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	2	
CBH Santa Maria do Doce	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	2	
Comerciante	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	2	
Cesan	Sim	Não	Não	Não	SIM	Não	Sim	Não	Não	2	
Consórcio NIP SA-PROFILL	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	6	
Conselho Tutelar	Não	Não	Não	Não	SIM	Não	Sim	Não	Não	1	
Café Serrana	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	1	
Escola Família Agrícola São João Garrafão-EFA	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	1	
Faresa	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	1	
IECLB-Igreja luterana	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	2	
IEMA	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	1	
Instituto Portas Aberta	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	3	
Instituto Aplysia	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	2	
Labgest/ufes	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	9	
Movimento Ciranda Pelas Águas	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	1	
Presidente da União dos Catadores de Caranguejo	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	1	
Prof. Santa Maria Jetibá	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	1	
Fases	Plano e Informação e Mobilização Social (PIM)	Validação do Diagnóstico Prognóstico	Pré-Enquadramento						Sobre Outorga e Cobrança	Deliberação do Plano	Total de frequência

Instituições	Evento 1	Evento 2	Evento 3	Evento 4	Evento 5	Evento 6	Evento 7	Evento 8	Evento 9	
Produtora Domingo Martins	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	1
Proprietário rural	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	2
Sindicato de trabalhadores rurais	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	1
Secretário Meio Ambiente	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	1
Vereador	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	2
Secretário	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	1
Sindicato	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	1
Vereador Santa Leopoldina	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	1
Servidor público municipal	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	2
Servidor público municipal	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	2
Vereador Domingo Martins	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	1
Sítio Capitão Domingo Martins	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	1
Serviços Público Federal	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	1
Cartografa dor rio Jucu	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	1
Sítio Holanda	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	2

Fonte: elaboração própria por meio de Listas de frequências das reuniões.

Com exceção da AGERH e LabGest/UFES, que mantiveram representantes em todas as reuniões, outros convidados e ouvintes estiveram presentes de uma a três reuniões. As análises apontaram que estes convidados foram pessoas que tinham envolvimento com órgãos públicos como os representantes da CESAN, do IEMA e da UFES, que compareceram além dos comitês.

A participação das pessoas que foram convidadas para as reuniões estiveram presentes apenas como ouvintes, porém, puderam contribuir com as discussões de determinadas assuntos como outorga e enquadramento, assuntos estes que demandavam conhecimentos científicos e técnicos.

Identificamos um total de 88 convidados e ouvintes nas reuniões de Outorga e Cobrança devido à presença dos alunos da instituição da Escola Família Agrícola São João Garrafão – EFA e da Faculdade da Região Serrana - FARESE na reunião pública do CBH SMV, ocorrida no dia 06/08/2018. A presença dos alunos e educadores nestas reuniões tornaram o momento participativo, mas não representativo. O momento apenas promoveu aos estudantes a conscientização da necessidade de adquirir ações mais sustentáveis dos recursos hídricos.

A participação do consórcio Nipsa/Profill manteve funcionários em apenas seis reuniões. As faltas de presença do consórcio nos outros três eventos, descumpriram as propostas oficializadas nos documentos, uma vez que, segundo o contrato, o mesmo colocaria um escritório local para acompanhar mais de perto as atividades propostas.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

A Lei das Águas, instituída pela Lei nº 9.433/97, dispõe sobre a Política Nacional dos Recursos Hídricos e estabelece os instrumentos de gestão e compõe o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH). A PNRH caracteriza-se por seu caráter inovador ao propor um modelo de gestão descentralizado, integrado e participativo. Dentre os instrumentos previstos pela Lei n. 9.433/97, destacam-se o Planejamento de recursos hídricos e o Enquadramento de corpos d'água. Ambos os instrumentos trouxeram mudanças nos formatos de planejamentos tradicionais ao proporem acordos coletivos. O grande desafio é tornar os processos de planejamento, participativos, tanto no seu formato quanto nos resultados (JACOBI, 2007).

As propostas de participação social desenhadas no TdR e RGM dos planos estudados não alcançaram resultados satisfatórios em relação à qualidade democrática da participação. O mapeamento participativo dos atores estratégicos das bacias e o plano de mobilização social não garantiram as presenças esperadas. O estudo também concluiu que muitos grupos sociais ficaram de fora das discussões sobre os usos múltiplos da água, durante a elaboração do Enquadramento dos corpos d'água e do PRH das bacias Santa Maria da Vitória e Jucu.

As ausências e a pouca representatividade dos atores estratégicos da bacia colocam em questão a própria essência de um plano de recursos hídricos: a construção de um pacto coletivo em torno da gestão da água. As presenças aleatórias nas reuniões demonstraram que, tanto os membros dos comitês como os das comunidades em geral, não estavam totalmente envolvidos ou não haviam compreendido a importância da participação na elaboração dos instrumentos programados.

Algumas razões para o pouco envolvimento da sociedade na elaboração dos referidos planos podem estar na morosidade do processo, ineficiência da mobilização social, fragilidade dos órgãos públicos gestores e dos próprios comitês em informar e mobilizar devidamente (com canais e linguagens específicas) os vários segmentos.

Além disso, é preciso garantir que o envolvimento dos participantes não se restrinja ao recebimento de informações ou apenas nos momentos das respostas às consultas públicas, mas que tenham prosseguimento no acompanhamento da implementação das resoluções aprovadas.

Neste estudo ficou perceptível que o princípio democrático da representação ainda esbarra em uma cultura política do Estado que insiste em cultivar traços centralizadores das decisões e de manutenção do poder pelos grupos dominantes, econômicos e culturais. Muitas assimetrias ainda precisam ser rompidas, como também a resistência institucional à gestão participativa. Por isso, é importante observar que a participação pode e deve avançar para além da representação dos segmentos indicados pela Lei das águas.

Há um déficit de participação e de constituição de atores relevantes, o que pode redundar em crescente fator de crise de governabilidade e de legitimidade. De fato, é preciso enfrentar o fato de que muitos grupos ainda não possuem os recursos necessários para aderir a um processo como o de planejamento de recursos hídricos. São grupos marcados pelas desigualdades sociais, pelas barreiras culturais, falta de informações, pelo baixo nível de organização e, acima de tudo, porque a sociedade precisa avançar para adquirir o hábito de participar (CAMPOS, 2004).

Nesse sentido, evidenciou-se a necessidade de ferramentas e metodologias mais criativas e inovadoras que possam motivar a participação dos diversos atores sociais, principalmente, daqueles grupos sub-representados ou grupos vulneráveis que ainda são colocados em um lugar desfavorável na gestão dos recursos hídricos. A criação de novos canais de informação, a qualificação dos processos de mobilização social, a aplicação de metodologias de aprendizagem social, são elementos que podem contribuir para o aperfeiçoamento da qualidade democrática na gestão dos recursos hídricos. Também é preciso promover a criação de espaços coletivos de reflexões e diálogos e que promovam os conhecimentos coletivos. Além de horizontalizar os processos decisórios, são necessários momentos de capacitações que envolvam noções de políticas públicas e permitam aos envolvidos vivenciarem em suas

comunidades a noção de poder e de partilha para a tomada de decisões de forma democrática. Além disso, a aprendizagem social envolve a compreensão dos limites institucionais, dos aspectos da governança e a percepção sobre como o processo deverá ser compartilhado (Ribeiro, 2016).

A qualidade democrática de um processo participativo avança na medida em que é possível reconhecer e incorporar a diversidade dos atores sociais. Ou seja, se os distintos grupos sociais e os diferentes interesses puderem vocalizar e debater suas questões contribuindo para a tomadas de decisões. Assim, entre os desafios da gestão democrática dos recursos hídricos está a ampliação dos campos ou formas de participação visando incorporar e qualificar cada vez mais seguimentos da sociedade para que tenham condições de participar. Ainda, é preciso priorizar o diálogo, as diversas visões sobre os múltiplos usos da água e a aprendizagem social como elementos centrais, na gestão compartilhada.

A participação qualificada é requisito para uma boa governança, o que implica a adoção de medidas para melhorar o funcionamento das arenas participativas, como também para incentivar e aperfeiçoar a atuação da população nos conselhos, comitês e outros órgãos voltados para isso. Os gestores devem promover formas de capacitação e de articulação com a sociedade, buscando melhorar a participação social. Nesse sentido, espera-se que essa pesquisa tenha contribuído para uma melhor percepção sobre os desafios em relação à diversidade dos atores como um importante quesito que garanta a qualidade democrática dos processos participativos.

## **8. RECOMENDAÇÕES PARA O SINGREH**

Um dos principais avanços da Lei das Águas foi tornar a gestão compartilhada dos recursos hídricos. Mas para que essa proposta se concretize, faz-se necessário o uso de ferramentas que possibilitem a participação dos diversos atores na gestão dos recursos hídricos. O envolvimento social deve ser entendida como um processo pelo qual diferentes grupos colocam os problemas e soluções.

Mesmo que os canais de participação estejam legalmente garantidos, isso não significa que os mesmos tenham qualidade democrática. Além disso, há a

necessidade de capacitação e conscientização do cidadão sobre a importância da sua participação nos espaços públicos.

Neste sentido, ressalta-se a importância da informação e da educação das partes interessadas, através da aprendizagem social. Paulo Freire já havia antecipado a importância dos processos de aprendizagem como forma de emancipação social e política (Freire, 1987). As capacitações devem considerar as realidades dos diferentes seguimentos, aspectos de diversidade e identidade, as culturas, crenças e valores e a relação estabelecida com a água, contemplando, inclusive, os usos múltiplos da água.

Assim, a aprendizagem social pode se tornar um elemento chave para a superação dos desafios na gestão compartilhada. O foco da aprendizagem social está na compreensão de que se “aprende junto para gerenciar juntos” (CUNHA, 2009).

Sobre este aspectos, Ghon (2016) entende que a participação por si só se torna elemento educativo, e como prática educativa, forma cidadãos voltados para os interesses coletivos. Quanto mais a pessoa participa, melhor capacitada ela se torna e mais qualificada para atuar na elaboração das políticas públicas. Neste entendimento e com base nos resultados e conclusões deste trabalho, apresentamos algumas recomendações, visando contribuir com o aperfeiçoamento da qualidade democrática da participação na gestão dos recursos hídricos:

- ✓ Diversificar os canais de comunicação e informação entre os gestores e a sociedade para valorizar os processos de capacitação, debates e tomada de decisões;
  
- ✓ Promover, no território das bacias, momentos de aprendizagem social visando envolver os vários atores sociais a partir de mecanismos e linguagens diferenciados;

- ✓ Reconhecer a diversidade de atores sociais incentivando sua participação na gestão das políticas públicas como forma de aprofundamento do processo de democratização;
- ✓ Promover e facilitar a participação dos grupos sub-representados ou vulneráveis, valorizando suas linguagens e conhecimentos específicos e também sua articulação com outros grupos;
- ✓ Garantir que a participação social ocorra de forma continuada e permanente, inclusive durante a implementação dos planos e demais instrumentos de gestão;
- ✓ Incentivar os comitês a assumirem um papel mais incisivo junto aos diferentes grupos, movimentos, organizações e instituições valorizando seu papel como parceiros das ações a serem implementadas;
- ✓ Promover articulação entre a política de recursos hídricos e as demais políticas incidentes no território da bacia.

## 9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERS, R.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L. Repertórios de Interação Estado-sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.l. 57, n 2, 2014, p. 325-357.

ABERS, R. N.; KECK, M. E. Representando a diversidade: Estado, sociedade e “relações fecundas” nos conselhos gestores. Dossiê. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 52, 2008, p. 99-112.

\_\_\_\_\_. Águas turbulentas: instituições e práticas políticas na reforma do Sistema de Gestão da Água no Brasil. In: LUBAMBO, C.; COELHO, D.B.; MELO, M.A. (Org.). **Desenho institucional e participação política: experiências no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 155-185.

ABERS; R. N.; JORGE. K. D. Descentralização da Gestão da Água: por que os Comitês de bacia estão sendo criados? **Revista Ambiente e Sociedade**, v. VIII, n.2, jul/dez. 2005. Disponível em: <http://W.W.W. scielo.br>. Acesso: 28 de outubro de 2018

ALVES, A. B. **Avaliação da qualidade democrática do processo de elaboração do plano de recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do rio Doce**. 2015. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-graduação em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

ALVES, M. H. **Histórico da elaboração do Enquadramento e Plano de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica dos Rios SMV e Jucu (ES)**. Entrevista concedida a Ana Paula Alves Bissoli, Vitória, 08 nov. 2018.

AGERH, Agência Estadual de Recursos Hídricos - Governo ES. [www.es.gov.br](http://www.es.gov.br) › autarquias-e-orgaos › agerh. Acesso em 26 de julho de 2018.

CNUMAD. CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Agenda 21 Global**. Rio de Janeiro: Centro de Informações das Nações Unidas, 1992.

ANA. Agência Nacional das Águas. **Atlas Brasil: abastecimento urbano de água: resultados por Estado**. Brasília: ANA: Engecorps/ Cobrape, 2010.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional das Águas **Cadernos de Recursos Hídricos: Panorama do enquadramento dos corpos d'água**. Brasília: ANA, 2009.

ANA. Agência Nacional das Águas. **O Comitê de Bacia Hidrográfica – o que é e o que faz?** Brasília: ANA, 2011a

ANA. Agência Nacional das Águas **O Comitê de Bacia Hidrográfica – prática e procedimento**. Brasília: ANA, 2011 b

\_\_\_\_\_. Agência Nacional das Águas. **Planos de recursos hídricos e enquadramento dos corpos de água**. Brasília: ANA, 2013.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional das Águas. **Conjuntura dos recursos hídricos: Informe 2016**. Brasília: ANA, 2016. Disponível em: <<http://www3.snirh.gov.br/portal/snirh/centrais-de-conteudos/conjuntura-dos-recursos-hidricos/informe-conjuntura-2016.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. Agência Nacional das Águas. **Conjuntura de Recursos Hídricos no Brasil 2017: relatório pleno**. Brasília: ANA, 2017. Disponível em: <[http://conjuntura.ana.gov.br/static/media/conjuntura\\_completo.caf2236b.pdf](http://conjuntura.ana.gov.br/static/media/conjuntura_completo.caf2236b.pdf)>. Acesso em: 04 mar. 2017.

ARATO, A; COHEN, J. Sociedade civil e teoria social. In: AVRITZER, L. **Sociedade civil e democratização**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

ARNSTEIN, S. R. Uma escada da participação cidadã. **Revista da Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação – Participe**, Porto Alegre/Santa Cruz do Sul, v. 2, n. 2, p. 4-13, jan. 2002.

\_\_\_\_\_. **Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política**. Opinião Pública, Campinas, vol. 18, nº 2, novembro, 2012, p. 383-398.

\_\_\_\_\_. Sociedade Civil, Instituições Participativas e Representação: da autorização à legitimidade da ação. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 50, nº 3, 2007, p. 443-464.

ARROJO, P. **La crisis global del agua y de la alimentación: América Latina en Movimiento**. 2012. Disponível em: <<http://alainet.org/active/59282>>. Acesso em: 3 de nov. 2012.

AVRITZER, L. A qualidade da democracia e a questão da efetividade da participação: mapeando o debate. In: PIRES, R. R. C. (Org.). **Efetividade das instituições participativas no Brasil: Estratégias de Avaliação**. Brasília: IPEA, 2011. p. 13-25.

AVRITZER, L.; PIRES, R. Participação social no Nordeste: variações inter-regionais e impactos sobre a gestão pública. In: FILGUEIRAS, C.; Faria, C. A. (Orgs.). **Governo local, política pública e participação na América do Sul**. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), 2008.

AVRITZER, L.; NAVARRO, Z. (org.). **A inovação democrática no Brasil: o orçamento participativo**. São Paulo: Cortez, 2003.

AVRITZER, L.; COSTA, S. Teoria Crítica, Democracia e Esfera Pública: Concepções e Usos na América Latina. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 47, n 4, 2004, p. 703-728.

BARBI, F.; JACOBI, P. R. Governança dos recursos hídricos e participação da sociedade civil. In: **II seminário Nacional: movimentos Sociais, participação e democracia, UFSC, Florianópolis**. 25 a 27 de abril de 2007. Anais, Florianópolis, 2007.

BARBOSA, F. D.; HANAI, F. Y; SILVA, P. A. Participação, representação e representatividade no processo de tomada de decisão em comitês de bacias hidrográficas: conceitos, reflexões e discussões. **Sustentabilidade em debate**, v.7, n,3 p.34-46, dez. Brasília, 2016.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. **Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus afins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências**. Brasília, 1981. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm)>. Acesso em: 14 dez. 2017.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997**. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Brasília, 1997.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997**. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Brasília, 1997.

\_\_\_\_\_. **Lei 10.650, de 16 de abril de 2003**. Dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do Sisnama. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/L10.650.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.650.htm)>. Acesso em: 20 dez. 2017.

BRASIL. **Resolução 145, de 02 de março de 2012**. Estabelece diretrizes para a elaboração de Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.ceivap.org.br/ligislacao/Resolucoes-CNRH/Resolucao-CNRH%20145.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2018.

BRASIL. **Resolução CONAMA nº 20, de 18 de junho de 1986**. Dispõe sobre a classificação das águas doces, salobras e salinas do território nacional. Brasília, 1986.

\_\_\_\_\_. **Resolução CONAMA nº 357, de 17 de março de 2005.** Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes. Brasília, 2005.

\_\_\_\_\_. **Resolução CNRH nº 58, de 30 de janeiro de 2006.** Aprova o Plano Nacional de Recursos Hídricos e dá outras providências. Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. **Resolução CNRH nº 91, de 05 de novembro de 2008.** Dispõe sobre procedimentos gerais para o enquadramento dos corpos de água superficiais e subterrâneos. Brasília, 2008.

\_\_\_\_\_. **Resolução CONAMA nº 397, de 07 de abril de 2008.** Altera incisos da Resolução nº 357, de 2005, que dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes.

\_\_\_\_\_. **Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Regula o acesso a informação prevista no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 09 set. 2015.

\_\_\_\_\_. **Resolução CNRH nº 145, de 02 de março de 2012.** Estabelece diretrizes para a elaboração de Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas e dá outras providências. Brasília, 2012.

BORDENAVE, J.E.D. **O que é Participação.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

\_\_\_\_\_. **O que é participação.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

CAMPOS, V. N. O.; FRACALANZA, A. P. **Governança das águas no Brasil: conflitos pela apropriação da água e a busca da integração como consenso.** Ambiente & Sociedade, Campinas, v. XIII, n. 2, p. 443-454, 2010.

CAMPOS, V. N. O. Gestión participativa del agua sin una cultura de participación: una ecuación a resolver. **Revista Eletrónica de la Redacher.** n. 1, Año 1, 2004.

CARDOSO, M. L. M. Desafios e potencialidades dos comitês de bacias hidrográficas. **Revista Ciência e Cultura,** Ano 55, n. 4, out./nov. 2003.

**CARTA DA TERRA.** Rio de Janeiro: 1992. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/\\_arquivos/carta\\_terra.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/carta_terra.pdf)>. Acesso em 14 set. 2018.

CASTELLS, M. A. A sociedade em rede: do conhecimento à Política. In: CASTELLS, M. A.; CARDOSO, G. **A sociedade em Rede – do conhecimento à Ação Política**. Conferência realizada em 04 e 05/03/2005. Centro Cultural de Belém.

CERH. Resolução CERH 001, de 13 de novembro de 2009. Cria unidades de Gestão de Recursos Hídricos de corpos d'água de domínio do Estado do Espírito Santo – UGRHs. Disponível em: <[www.cbhdoce.org.br/wp-content/uploads/2013/12/RESOLUCAO/\\_CERH\\_24\\_011.pdf](http://www.cbhdoce.org.br/wp-content/uploads/2013/12/RESOLUCAO/_CERH_24_011.pdf)>. Acesso em: 08 jul. 2018.

CEPAL. Comisión Económica para América Latina y el Caribe. Recomendaciones de las reuniones internacionales sobre el agua: de Mar del Plata a Paris. Santiago: Cepal, 1998. Disponível em: <Disponível em: <http://bit.ly/2iH2Htd> >. Acesso em: 08 jul. 2018.

CHRISTOFFOLI, P. I. Elementos introdutórios para uma história do cooperativismo e associativismo rurais no Brasil. In: NOVAES, H.; MAZIN, A.D; SANTOS, L. (ORGS). **Questão agrária, cooperação e agroecologia**. São Paulo: Outras Expressões 2015.

CIAMA. Conferência Internacional de Água e Meio Ambiente. Princípios de Dublin, 1992 (ICWE). Disponível em: < <http://www.agda.pt/declaracao-de-dublin.html> >. Acesso em: 08 jul. 2018.

CNUMAD -. CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Agenda 21 Global**. Rio de Janeiro: Centro de Informações das Nações Unidas, 1992.

COHEN, J. ARATO, A. **Civil Society and Political Theory**. Cambridge, Ma. /London, the MIT Press.1992.

\_\_\_\_\_. Gestão Pública e os Conselhos: revisitando a participação na esfera institucional. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**. v.10 n.3 2016 ISSN: 1984-1639.

**COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE**. Disponível em: <<http://www.cbhdoce.org.br>>. Acesso em: 08 jul. 2018.

**COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO**. Disponível em: <<http://www.cbhsaofrancisco.org.br>>. Acesso em: 12 set. 2018.

**COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO VELHAS**. Disponível em: <<http://www.cbhvelhas.org.br>>. Acesso em: 12 set. 2018.

**COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS JUCU E SANTA MARIA DA VITÓRIA**. Disponível em: <<http://www.agerh.es.gov.br>>. Acesso em: 12 set. 2018.

**COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ**. Disponível em: <<http://www.comitespcj.org.br>>. Acesso em: 12 set. 2018.

CRISTO, A. P. **Associativismo, ação coletiva e mobilização**: as lideranças comunitárias de Cachoeiro de Itapemirim – ES. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Campos dos Goytacazes, 2010.

CUNHA, Fernando Monteiro da. **Para além da participação**: aprendizagem social na gestão de recursos hídricos. Tese de Doutorado apresentada a Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação Em Ciência Ambiental PROCAM. São Paulo, 2009.

DAGNINO, E. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. *In*: DAGNINO, E. (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no DECLARAÇÃO DA CONFERÊNCIA DE ONU NO AMBIENTE HUMANO**. Estocolmo: 1972. Disponível em: < [www.mma.gov.br/estruturas/.../estocolmo.doc](http://www.mma.gov.br/estruturas/.../estocolmo.doc)> Acesso em: 14 set. 2018.

**DECLARAÇÃO DE DUBLIN**. Irlanda, 1992. Disponível em: <[http://www.abcmac.org.br/files/downloads/declaracao\\_de\\_dublin\\_sobre\\_agua\\_e\\_de\\_senvolvimento\\_sustentavel.pdf](http://www.abcmac.org.br/files/downloads/declaracao_de_dublin_sobre_agua_e_de_senvolvimento_sustentavel.pdf)>. Acesso em: 12 fev. 2018.

**DECLARAÇÃO DE TBILISI**. 1977. Disponível em: [www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/pdfs/decltbilisi.pdf](http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/pdfs/decltbilisi.pdf). Acesso em: 14 set. 2018.

**DECLARAÇÃO DO RIO SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO**. Rio de Janeiro: 1992 Disponível em: < [http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/documentos/convs/decl\\_rio92.pdf](http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/documentos/convs/decl_rio92.pdf)>. Acesso em 14 set. 2018.

DOULA, S. M.; FARIA, J. L.; THEODORO, H. D. **Gestão Institucional dos Recursos Hídricos**: os conflitos e a participação da sociedade civil na instalação do comitê da bacia do Rio Doce. Revista de Direito Ambiental. v. 42/2006, p.101-133/Abr- Jun/2006.

DOWBOR, M.; PETER, H.; LIZANDRA, S. Enfrentando os desafios da representação em espaços participativos – São Paulo: CEBRAP: IDS, 2008. 48p. Participação, representação e representatividade no processo de tomada de decisão em Comitês. **Sustentabilidade em Debate** - Brasília, v. 7, n.3, p. 34-46, dez/2016.

**ECOBACIAS**. Instituto de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <<http://www.ecobacia.org/>>. Acesso em: 15 abr. de 2018.

EMPINOTTI, V. et al. Transparência e o acesso à informação na gestão dos recursos hídricos no Brasil. Em: Pedro Roberto Jacobi; Ana Paula Fracalanza; Vanessa Empinotti. (Org.). **Governança da Água no contexto da escassez hídrica**. São Paulo. IEE/USP. 2017.v. 1, p. 147-161.

ESCOREL, S. **Reconhecer e superar os limites da participação Institucionalizada**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro: 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0102-311XCO011015>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

ESPLUGA, J. **Participación pública e inercia institucional en La gestión del agua em España**. Madrid, Reis 134, abr.-jun. 2011, p. 3-26.

ESPLUGA, J.; SUBIRATS, J. Participación ciudadana en las políticas de agua en España. En: DEL MORAL, L.; HERNÁNDEZ-MORA, N. (eds.) **Painel científico – técnico de seguimiento de la política de aguas**. Sevilla: Universidad de Sevilla y Fundación Nueva Cultura del Agua, 2008.

ESPÍRITO SANTO. **Lei nº 5.818, de 30 de dezembro de 1998**. Estabelece normas gerais sobre a Política de Gerenciamento dos Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo. Disponível em: <[http://www.perh.hpg.ig.com.br/ES/LeiES5818-98\(Politica%20Estadual\)](http://www.perh.hpg.ig.com.br/ES/LeiES5818-98(Politica%20Estadual))>. Acesso em: 17 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.179, de 17 de março de 2014**. Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, institui o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo – SIGERH/ES. Disponível em: <https://agerh.es.gov.br>. Acesso em: 05 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Decreto 1934-R, de 10 de outubro de 2007**. Institui o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria da Vitória e dá outras providências. Disponível em: <https://agerh.es.gov.br>. Acesso em: 25 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Decreto 1935-R, de 10 de outubro de 2007**. Institui o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Jucu e dá outras providências. Disponível em: <<https://agerh.es.gov.br/GrupodeArquivos/decreto-e-ri-cbh-jucu>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

FRACALANZA, A. P.; EMPINOTTI, V. (Org.). **Governança da Água no contexto da escassez hídrica**. São Paulo. IEE/USP. 2017.v. 1, p. 147-161.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1987.

FISCHER, T. **Desenvolvimento regional sustentável**. Brasília: UNB, 2007.

GODOY, A. S. Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresa**. São Paulo, 1995, v. 35, n 3: 20-29.

GOHN, Maria da Glória. **Gestão Pública e os Conselhos**: revisitando a participação na esfera institucional. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*. v.10, n.3, p. 1-15, 2016. ISSN: 1984-1639

GONÇALVES, M. A.; PAIM, P. R.; MARINATO, C. F. Participação dos Comitês de Bacias Hidrográficas na implantação conjunta do Enquadramento e Plano de Recursos Hídricos nas Bacias dos Rios Santa Maria da Vitória e Jucu/ES. XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais (CONLAB). Diversidades e (Des) igualdades. Salvador, 07 a 10 de agosto de 2001. UFBA – PAF I e II. Campus de Ondina.

GONÇALVES, M. A. et al. **Definição de Roteiro Metodológico para implantação conjunta e participativa do Enquadramento e Plano de Recursos Hídricos nas Bacias Hidrográficas dos Rios Santa Maria da Vitória e Jucu/ES.** Vitória, 2011. Disponível em: <[http://labgest.com.br/sistema/downloads/28/artigopcj3008\\_final.pdf](http://labgest.com.br/sistema/downloads/28/artigopcj3008_final.pdf)>. Acesso em: 17 jun. 2018.

HABERMAS, J. **Direito e democracia: entre facticidade e validade.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2001.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Instituições Participativas e Políticas Públicas no Brasil: características e evolução nas últimas duas décadas.** Brasília IPEA, 2010.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação/ organizador: PIRES, R. R. C.** Brasília: 2011. v. 7 (372 p.)

JACOBI, P. R.; BARBI, F. Democracia e participação na gestão dos recursos hídricos no Brasil. **Revista Katál.** Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 237-244, 2007.

JACOBI, P. **Espaços públicos e práticas participativas na gestão do meio ambiente no Brasil.** Sociedade Estado. Brasília, v. 18 n 1/2, p.315-338, jan/dez.2003.

\_\_\_\_\_. **Gestão Participativa no Brasil e os desafio do fortalecimento dos espaços públicos colegiados.** Mineio, 2004.

\_\_\_\_\_. **Gestão participativa das águas.** Palestra na Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 2006.

JACOBI, P. R.; FRANCALANZA, A. **Comitês de bacias hidrográficas no Brasil: desafios de fortalecimento da gestão compartilhada e participativa.** Desenvolvimento e Meio Ambiente, América do Norte, 11, abr. 2007.

KISSELER, L.; HEIDEMANN, F. G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? **Revista de Administração Pública**. v. 40 n.3, Rio de Janeiro May/June 2006

KOCHE, J. C. **Fundamentos de Metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa**. 14 ed. Ver. Amp. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

KOELHERT, S.; LIMA, G. B.; PINTO, W. P.; ZANETTI, J. B.; FERONI, W. J. Avaliação de qualidade de água da bacia hidrográfica do rio Santa Maria da Vitória, ES, Brasil. **Revista ESFA**. Disponível em: <<http://naturezaonline.com.br>>. Acesso em: 22 abr. 2018.

LABORATÓRIO DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS & DESENVOLVIMENTO REGIONAL – LabGest (Departamento de Engenharia Ambiental/Centro Tecnológico/Universidade Federal do Espírito Santo - DEA/CT/UFES). **Aperfeiçoamento de processos participativos de planejamento de recursos hídricos no âmbito de comitê de bacia hidrográfica**. EDITAL MCTI/CNPQ/UNIVERSAL 14/2014 - UNIVERSAL. PROCESSO. 462399/2014-1. Relatório Final. 2018

LANNA, A. E. L. **Gerenciamento de bacia hidrográfica: aspectos conceituais e metodológicos**. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1995.

LAUER, M. **Rio Jucu agoniza com esgoto**. A GAZETA. Vitória, 09 mar. 2005. Caderno Cidades, p.4.

LEAL, R.; BREUNIG, E.; CENCI, D. As relações entre os poderes locais como base da sustentação política. In: LEAL, R. G.; ARAÚJO, L. E. B. (Orgs.). **Direitos Sociais e Políticas Públicas: desafios contemporâneos**. Tomo 02, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

LIMA, A. J. R. **Governança dos Recursos Hídricos: proposta de indicador para acompanhar sua implementação**. São Paulo: WWF-Brasil: FGV, 2014.

LOGAREZZI, L. **Guia prático da lei de acesso a informação**. São Paulo: Artigo 19, 2016.

LOPEZ, C. QUADROS, M. R. **Esfera pública em rede: considerações sobre as redes sociais a partir de Habermas**. ALCEU - v. 15 - n.30 - p. 92 a 103 - jan./jun. 2015.

LÓPEZ, J. C. J. **Modelo de Comunicación Pública Organizacional e informativa para entidades do Estado**. Bogotá, Colombia: Usaid – Casals & Associates Inc. 2004.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LUZ, J. P. **A Governança dos Recursos Hídricos no Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas**. Centro Universitário Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Doutorado em Ambiente e Desenvolvimento do Centro Universitário Univates. Lajeado, março de 2017.

MAFRA, R. L. M. **Mobilização social e comunicação**: por uma perspectiva relacional. *Mediação*, Belo Horizonte, v. 11, n 10, jan /jun. 2010.

MALHEIROS, T. F.; PROTA, M. G.; RINCÓN, M. A. P. Participação comunitária e implementação dos instrumentos de gestão da água em bacias hidrográficas. **Revista Ambiente & Água - An Interdisciplinary Journal of Applied Science**: v. 8, n 1, 2013.

MARTI, M.; BLANCO, I.; PARÉS, M.; SUBIRATS, J. Regeneración urbana y gobernanza ¿Cómo evaluar la participación en una red de gobernanza? Tres perspectivas teóricas y un estudio de caso. *Porto Alegre*, v.7 230, n.1, p. 229-243, jan. Abr. 2013. In: ROFMAN, A. **Participación, políticas públicas y territorio. Aportes para la construcción de unas perspectivas integrales**. 1. ed. - Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2016.

MACHADO, C. J. **O Mundo da Administração Pública das Águas do Estado do Rio de Janeiro Segundo o Olhar de um Antropólogo**. Horizontes Antropólogos. v.12 n.25 Porto Alegre jan./June 2006

MACHADO, C. J. Recursos Hídricos e Cidadania no Brasil: Limites, Alternativas e Desafios. **Ambiente & Sociedade** – v. VI n. 2 jul./dez. 2003. p. 121-136.

MEIER, M. A.; BASSO, L. A. A representação e representatividade social dos Comitês de Bacia Hidrográfica: indicadores para a análise. **Revista Sociedade & Natureza**, 2014.

MEIER, M. A. **A Representação e a Representatividade Social do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Taquari-Antas/RS**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências Programa de Pós-Graduação em Geografia. Porto Alegre, novembro de 2016.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **O desafio do conhecimento**. 11.ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

\_\_\_\_\_. **Conjunto de Normas Legais – Recursos Hídricos**. 8.ed. Brasília: MMA, 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente. **Conjuntos de Normas Legais**: recursos hídricos. 8. ed. Brasília, 2014.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Conjuntos de Normas Legais: recursos hídricos**. 8. ed. Brasília, 2014.

MOREIRA, G. O. **Histórico da elaboração do Enquadramento e Plano de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Jucu (ES)**. Entrevista concedida a Ana Paula Alves Bissoli, Afonso Cláudio, 22 abr. 2018.

MORRO DO MORENO. **Descida ecológica do rio jucu**. Disponível em: <<http://www.morrodomoreno.com.br/materias/descida-ecologica-do-rio-jucu.html>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

OCDE - ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Governança dos Recursos Hídricos no Brasil**. OECD Publishing, Paris, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1787/9789264238169-pt>>. Acesso em: 19 set. 2017.

OIDP. **Guía Práctica para la evaluación de procesos participativos**. OIPD: Barcelona. 2006.

OLIVEIRA, R. M. **A Criação dos Comitês de Bacias Hidrográficas dos rios Jucu e Santa Maria da Vitória: perspectivas e desafios da gestão hídrica capixaba**. Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Vitória, 2011.

PARLAMENTO EUROPEU E CONSELHO D A COMUNIDADE EUROPEIA. Directiva 2000/60/CE – **Directiva Quadro da Água**, Comissão Europeia, Jornal Oficial das Comunidades Europeias L327, Luxemburgo, 22 de Dezembro de 2000.

PARÉS, M. **Una propuesta de criterios de calidad democrática para evaluar los procesos participativos**. Barcelona: Instituto de Gobierno y Políticas Públicas/Universidad Autónoma de Barcelona, 2009.

PIO, A. A. B. **Reflexos da gestão de recursos hídricos sobre o setor industrial paulista**. 2005. Dissertação (Mestrado em Engenharia) – Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

PIRES, R. R. C. et al. Em busca de uma síntese: ambições comuns e abordagens diversificadas na avaliação da efetividade das instituições participativa. In: PORTO, M. F. A. **Sistemas de gestão da qualidade das águas: uma proposta para o caso brasileiro**. Tese de Livre Docência. São Paulo: Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, 2002.

PORTO, M. F. A.; PORTO, R. L. L. **Gestão de bacias hidrográficas**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. av. v.22 n. 63, São Paulo, 2008.

RABELO, D. C.; TEIXEIRA, E. C.; ESPLUGA, J. L. A participação cidadã no plano de bacia do rio Doce: análise a partir do Termo de Referência. **Revista G&DR**, Taubaté/SP, v. 9, n. 3, p. 184-204, set-dez/2013.

RABELO, D. C. **Comunicação e mobilização na Agenda 21 local**. Vitória: EDUFES, 2003. Acesso em: 21 de agosto de 2018.

\_\_\_\_\_. Informação e comunicação na gestão participativa: uma análise a partir das políticas de recursos hídricos do Brasil e Europa. **Emancipação**. Ponta Grossa, p. 253-264, 2012. Acesso: em 21 de agosto de 2018.

RAICHELIS, R. Democratizar a Gestão das Políticas Sociais – Um desafio a ser enfrentado pela Sociedade Civil. In: MOTA, A. E.; BRAVO, M. I.; UCHÔA, R.; NOGUEIRA V. M.; MARSIGLIA, R.; GOMES, L.; TEIXEIRA, M. (Org.). **Serviço Social e Saúde - Formação e Trabalho Profissional**. 4. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2013, p.1-17. Disponível em: < <http://pt.slideshare.net/isabelamaral56/democratizar-a-gesto-das-polticas-sociais-um-desafio-a-ser-enfrentado-pela-sociedade-civil>>. Acesso em: 14 set. 2018.

RELATÓRIO TÉCNICO 1. **Elaboração de Projeto Executivo para Enquadramento dos Corpos de Água em Classes e Plano de Bacia para os Rios Santa Maria da Vitória e Jucu**. Vitória, 2014. Disponível em: <<https://agerh.es.gov.br/cbh-jucu>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

RELATÓRIO SÍNTESE, 2016. **Enquadramento de Corpos de Água e Plano de Recursos Hídricos dos rios Santa Maria da Vitória e Jucu**. Vitória, 2016. Disponível em: Acesso em: 17 set. 2018.

RIBEIRO, Maria Adriana de Freitas Mágero. **Participação Pública na gestão de recursos hídricos no Brasil e em Portugal**. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Recursos Naturais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Campina Grande – PB, 2016.

ROTEIRO GERAL METODOLÓGICO (RGM). **Enquadramento dos corpos de água em classes e Plano de Recursos Hídricos para os Rios Santa Maria da Vitória e Jucu**. Vitória, 2011. Acesso em: 14 ago. 2018.

SALAROLI, D. R. **Análise dos Elementos do Espaço Geográfico no Projeto Executivo de Enquadramento de corpos de Água em classes e plano de Bacia para os rios Santa Maria da Vitória e Jucu/ES**. Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais. Programa de Pós - Graduação em Geografia. Vitória, 2011.

SANTOS, C. S. **A Constituição Federal de 1988 e a Proteção ao Meio Ambiente Equilibrado**. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 18 nov. 2014. Disponível em:

<<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos & ver= 2.50695>>. Acesso em: 06 dez. 2018.

SANTOS, B. S.; AVRITZER, L. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, B. S. (Org.) **Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, I. A.; SAITO, C. H. A mitificação da participação social na política nacional de recursos hídricos – gênese, motivação e inclusão social, **Geosul**. Florianópolis v.21, n.42, 2006.

**SECULO DIÁRIO**. Descida ecológica do rio Jucu acontece neste domingo 25. Disponível em: <<http://seculodiario.com.br/38057/10/28-descida-ecologica-do-rio-jucu-acontece-neste-domingo-25>>. Acesso em: 15 de novembro de 2018.

SILVA, A. F. P. **Documento agenda das bacias estratégicas, Rios Jucu e Santa Maria da Vitória**. Instituto Ecobacia. IEMA, Vitória, 2009.

SILVA, A. F. P. **Documento agenda das bacias estratégicas, Rios Jucu e Santa Maria da Vitória**. Instituto Ecobacia. IEMA, Vitória, 2009.

SOSSAI, M. F.; NOVELLI, F. Z.; SOUZA, S. R. A.; BONI, R.; COSTA, R. J. S. **O Projeto Florestas para a Vida em Espírito Santo, Brasil**. Latin America and Caribbean Sustainable Development Department World Bank, Washington, USA, 2012.

SOUZA, Lucas Mello de. Gestão de Recursos Hídricos: Metodologias Participativas. [capacitacao.ana.gov.br/conhecerh/bitstream/ana/96/8/Unidade\\_4.pdf](http://capacitacao.ana.gov.br/conhecerh/bitstream/ana/96/8/Unidade_4.pdf). In: SOUZA, Lucas Mello de. **Canta Cantos - uma forma alternativa de se fazer geografia**. Dissertação de Mestrado. PPG-Geografia, IGC-UFMG. Belo Horizonte, 2010.

SUBIRATS, J. **Otra sociedad? Otra política? – De <no nos representan> a la democracia de lo común**. 1 ed. Barcelona: Icaria, 2011.

TANAKA, M. La participación política de los sectores populares en América Latina. **Revista Mexicana de Sociología**. México, v. 3, p. 41-66, 1995

TATAGIBA, L. **Participação, cultura política e modelos de gestão: A democracia gerencial e suas ambivalências**. Tese de Doutorado. Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2003. Acesso em: 14 set. 2018.

TERMO DE REFERÊNCIA. **Enquadramento dos corpos de água em classes e Plano de Recursos Hídricos para os Rios Santa Maria da Vitória e Jucu**. Vitória, 2011. Acesso em: 14 set. 2018.

TENÓRIO, F. G. (Org.). **Cidadania e desenvolvimento local: critérios de análise**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

TEIXEIRA, E. C. **Movimentos sociais e Conselhos**. Cadernos Abong, n 15, julho de 1996. Disponível em: <[http://www.aatr.org.br/site/uploads/publicacoes/movimento\\_sociais\\_e\\_conselhos.pdf](http://www.aatr.org.br/site/uploads/publicacoes/movimento_sociais_e_conselhos.pdf)>. Acesso em: 04 set. 2018.

Teixeira, E.C. et al. Simulação do processo de enquadramento do Rio Santa Maria da Vitória/ES com participação do comitê de bacia. **Anais XVII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos**. ABRH Local (São Paulo).

UNESCO. 2005-2015: **Década Internacional para Ação “Água, Fonte de Vida**. Disponível em: < <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/brasilia/about-this-office/prizes-and-celebrations/2005-2015-international-decade-for-action-water-for-life/>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

UNESCO. 2018-2028: **Década Internacional para Ação “Água, para o Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/brasilia/about-this-office/prizes-and-celebrations/2018-2028-international-decade-for-action-water-for-sustainable-development/>. Acesso em: 25 jul. 2018.

VIEGAS, Eduardo Coral. **Gestão da água e princípios ambientais**. 2. ed. Caxias do Sul: Educs, 2012.

WOLKMER, M. F. S.; PIMMEL, N. F. Política Nacional de Recursos Hídricos: governança da água e cidadania ambiental. **Sequência**. Florianópolis, nº 67, p. 165-198, dez. 2011.

## APÊNDICES

## APÊNDICE 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido de Maria Helena Alves



ProfÁgua

### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Este documento visa solicitar sua participação na pesquisa intitulada "**Planejamento participativo dos Recursos Hídricos: análise da Qualidade Democrática com foco nos níveis de participação e na comunicação**", desenvolvida pelas alunas **Ana Paula Alves Bissoli** e **Simone Alves Fernandes** como parte das atividades desenvolvidas no Programa de Pós-graduação em Gestão e Regulação dos Recursos Hídricos (ProfÁgua).

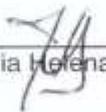
Um dos objetivos da pesquisa é identificar as relações e formas de mobilização entre os diversos atores envolvidos nos processos de elaboração do Plano de Bacia e Enquadramento das Bacias dos Rios SMV e Jucu. Para isso, pedimos a sua colaboração respondendo à entrevista.

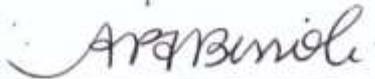
Concordando em responder, solicitamos que assine este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido por meio do qual lhe são garantidos os seguintes direitos:

a) solicitar, a qualquer tempo, maiores esclarecimentos sobre esta pesquisa; b) negar-se a responder a quaisquer questões ou a fornecer informações que julguem prejudiciais à sua integridade física, moral e social; c) solicitar que determinadas falas e/ou declarações não sejam incluídas em nenhum documento oficial, o que será prontamente atendido; d) desistir, a qualquer tempo, de participar da pesquisa.

Eu, **Maria Helena Alves**, declaro estar ciente das informações constantes deste Termo e de livre e espontânea vontade concordo em participar desta pesquisa. Uma cópia deste documento me será entregue no ato da assinatura deste Termo.

Vitória (ES), 05 de dezembro de 2018.

  
\_\_\_\_\_  
Maria Helena Alves

  
\_\_\_\_\_  
Assinatura do Pesquisador

## APÊNDICE 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido de Mônica Amorim Gonçalves



### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Este documento visa solicitar sua participação na pesquisa intitulada “**Planejamento participativo dos Recursos Hídricos: análise da Qualidade Democrática com foco na comunicação, nos níveis de participação e nos participantes**”, desenvolvida pelas alunas **Adriane Oliveira Santos Barbosa, Ana Paula Alves Bissoli e Simone Alves Fernandes** como parte das atividades desenvolvidas no Programa de Pós-graduação em Gestão e Regulação dos Recursos Hídricos (ProfÁgua).

Um dos objetivos da pesquisa é identificar as relações e formas de mobilização entre os diversos atores envolvidos nos processos de elaboração do Plano de Bacia e Enquadramento das Bacias dos Rios SMV e Jucu. Para isso, pedimos a sua colaboração respondendo à entrevista.

Concordando em responder, solicitamos que assine este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido por meio do qual lhe são garantidos os seguintes direitos:

a) solicitar, a qualquer tempo, maiores esclarecimentos sobre esta pesquisa; b) negar-se a responder a quaisquer questões ou a fornecer informações que julguem prejudiciais à sua integridade física, moral e social; c) solicitar que determinadas falas e/ou declarações não sejam incluídas em nenhum documento oficial, o que será prontamente atendido; d) desistir, a qualquer tempo, de participar da pesquisa.

Eu, **Mônica Amorim Gonçalves**, declaro estar ciente das informações constantes deste Termo e de livre e espontânea vontade concordo em participar desta pesquisa. Uma cópia deste documento me será entregue no ato da assinatura deste Termo.

Vitória (ES), 19 de junho de 2018.

  
Assinatura do Participante

  
Assinatura do Pesquisador

### APÊNDICE 3 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido de Gilse Olinda Moreira



**ProfÁgua**

#### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Este documento visa solicitar sua participação na pesquisa intitulada "**Planejamento participativo dos Recursos Hídricos: análise da Qualidade Democrática com foco na comunicação, nos níveis de participação e nos participantes**", desenvolvida pelas alunas **Adriane Oliveira Santos Barbosa, Ana Paula Alves Bissoli e Simone Alves Fernandes** como parte das atividades desenvolvidas no Programa de Pós-graduação em Gestão e Regulação dos Recursos Hídricos (ProfÁgua).

Um dos objetivos da pesquisa é identificar as relações e formas de mobilização entre os diversos atores envolvidos nos processos de elaboração do Plano de Bacia e Enquadramento das Bacias dos Rios SMV e Jucu. Para isso, pedimos a sua colaboração respondendo à entrevista.

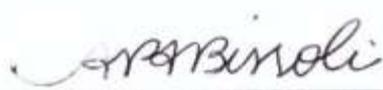
Concordando em responder, solicitamos que assine este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido por meio do qual lhe são garantidos os seguintes direitos:

a) solicitar, a qualquer tempo, maiores esclarecimentos sobre esta pesquisa; b) negar-se a responder a quaisquer questões ou a fornecer informações que julguem prejudiciais à sua integridade física, moral e social; c) solicitar que determinadas falas e/ou declarações não sejam incluídas em nenhum documento oficial, o que será prontamente atendido; d) desistir, a qualquer tempo, de participar da pesquisa.

Eu, **Gilse Olinda Moreira**, declaro estar ciente das informações constantes deste Termo e de livre e espontânea vontade concordo em participar desta pesquisa. Uma cópia deste documento me será entregue no ato da assinatura deste Termo.

Vitória (ES), 22 de abril de 2018.

  
Assinatura do Participante

  
Assinatura do Pesquisador

## APÊNDICE 4 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido de Élio de Castro Paulino



### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Este documento visa solicitar sua participação na pesquisa intitulada "**Planejamento participativo dos Recursos Hídricos: análise da Qualidade Democrática com foco na comunicação, nos níveis de participação e nos participantes**", desenvolvida pelas alunas **Adriane Oliveira Santos Barbosa, Ana Paula Alves Bissoli e Simone Alves Fernandes** como parte das atividades desenvolvidas no Programa de Pós-graduação em Gestão e Regulação dos Recursos Hídricos (ProfÁgua).

Um dos objetivos da pesquisa é identificar as relações e formas de mobilização entre os diversos atores envolvidos nos processos de elaboração do Plano de Bacia e Enquadramento das Bacias dos Rios SMV e Jucu. Para isso, pedimos a sua colaboração respondendo à entrevista.

Concordando em responder, solicitamos que assine este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido por meio do qual lhe são garantidos os seguintes direitos:

a) solicitar, a qualquer tempo, maiores esclarecimentos sobre esta pesquisa; b) negar-se a responder a quaisquer questões ou a fornecer informações que julguem prejudiciais à sua integridade física, moral e social; c) solicitar que determinadas falas e/ou declarações não sejam incluídas em nenhum documento oficial, o que será prontamente atendido; d) desistir, a qualquer tempo, de participar da pesquisa.

Eu, **Élio de Castro Paulino**, declaro estar ciente das informações constantes deste Termo e de livre e espontânea vontade concordo em participar desta pesquisa. Uma cópia deste documento me será entregue no ato da assinatura deste Termo.

Vitória (ES), 19 de junho de 2018.

  
Assinatura do Participante

  
Assinatura do Pesquisador

**APÊNDICE 5 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido de André Luis Sefione****ProfÁgua****Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

Este documento visa solicitar sua participação na pesquisa intitulada "**Planejamento participativo dos Recursos Hídricos: análise da Qualidade Democrática com foco na comunicação, nos níveis de participação e nos participantes**", desenvolvida pelas alunas **Adriane Oliveira Santos Barbosa, Ana Paula Alves Bissoli e Simone Alves Fernandes** como parte das atividades desenvolvidas no Programa de Pós-graduação em Gestão e Regulação dos Recursos Hídricos (ProfÁgua).

Um dos objetivos da pesquisa é identificar as relações e formas de mobilização entre os diversos atores envolvidos nos processos de elaboração do Plano de Bacia e Enquadramento das Bacias dos Rios SMV e Jucu. Para isso, pedimos a sua colaboração respondendo à entrevista.

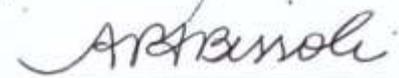
Concordando em responder, solicitamos que assine este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido por meio do qual lhe são garantidos os seguintes direitos:

a) solicitar, a qualquer tempo, maiores esclarecimentos sobre esta pesquisa; b) negar-se a responder a quaisquer questões ou a fornecer informações que julguem prejudiciais à sua integridade física, moral e social; c) solicitar que determinadas falas e/ou declarações não sejam incluídas em nenhum documento oficial, o que será prontamente atendido; d) desistir, a qualquer tempo, de participar da pesquisa.

Eu, **André Luis Sefione**, declaro estar ciente das informações constantes deste Termo e de livre e espontânea vontade concordo em participar desta pesquisa. Uma cópia deste documento me será entregue no ato da assinatura deste Termo.

Vitória (ES), 21 de abril de 2018.

  
Assinatura do Participante

  
Assinatura do Pesquisador

**APÊNDICE 6 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido de Aline Keller Serau****ProfÁgua****Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

Este documento visa solicitar sua participação na pesquisa intitulada "**Planejamento participativo dos Recursos Hídricos: análise da Qualidade Democrática com foco na comunicação, nos níveis de participação e nos participantes**", desenvolvida pelas alunas **Adriane Oliveira Santos Barbosa, Ana Paula Alves Bissoli e Simone Alves Fernandes** como parte das atividades desenvolvidas no Programa de Pós-graduação em Gestão e Regulação dos Recursos Hídricos (ProfÁgua).

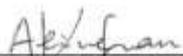
Um dos objetivos da pesquisa é identificar as relações e formas de mobilização entre os diversos atores envolvidos nos processos de elaboração do Plano de Bacia e Enquadramento das Bacias dos Rios SMV e Jucu. Para isso, pedimos a sua colaboração respondendo à entrevista.

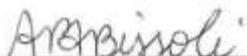
Concordando em responder, solicitamos que assine este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido por meio do qual lhe são garantidos os seguintes direitos:

a) solicitar, a qualquer tempo, maiores esclarecimentos sobre esta pesquisa; b) negar-se a responder a quaisquer questões ou a fornecer informações que julguem prejudiciais à sua integridade física, moral e social; c) solicitar que determinadas falas e/ou declarações não sejam incluídas em nenhum documento oficial, o que será prontamente atendido; d) desistir, a qualquer tempo, de participar da pesquisa.

Eu, **Aline Keller Serau**, declaro estar ciente das informações constantes deste Termo e de livre e espontânea vontade concordo em participar desta pesquisa. Uma cópia deste documento me será entregue no ato da assinatura deste Termo.

Vitória (ES), 19 de junho de 2018.

  
Assinatura do Participante

  
Assinatura do Pesquisador

## APÊNDICE 7 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido de Edmilson Costa Teixeira



ProfÁgua

### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Este documento visa solicitar sua participação na pesquisa intitulada "**Planejamento participativo dos Recursos Hídricos: análise da Qualidade Democrática com foco na comunicação, nos níveis de participação e nos participantes**", desenvolvida pelas alunas **Adriane Oliveira Santos Barbosa, Ana Paula Alves Bissoli e Simone Alves Fernandes** como parte das atividades desenvolvidas no Programa de Pós-graduação em Gestão e Regulação dos Recursos Hídricos (ProfÁgua).

Um dos objetivos da pesquisa é identificar as relações e formas de mobilização entre os diversos atores envolvidos nos processos de elaboração do Plano de Bacia e Enquadramento das Bacias dos Rios SMV e Jucu. Para isso, pedimos a sua colaboração respondendo à entrevista.

Concordando em responder, solicitamos que assine este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido por meio do qual lhe são garantidos os seguintes direitos:

a) solicitar, a qualquer tempo, maiores esclarecimentos sobre esta pesquisa; b) negar-se a responder a quaisquer questões ou a fornecer informações que julguem prejudiciais à sua integridade física, moral e social; c) solicitar que determinadas falas e/ou declarações não sejam incluídas em nenhum documento oficial, o que será prontamente atendido; d) desistir, a qualquer tempo, de participar da pesquisa.

Eu, **Edmilson Costa Teixeira**, declaro estar ciente das informações constantes deste Termo e de livre e espontânea vontade concordo em participar desta pesquisa. Uma cópia deste documento me será entregue no ato da assinatura deste Termo.

Vitória (ES), 19 de junho de 2018.

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador

**APÊNDICE 8 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido de Rodrigo Berger****ProfÁgua****Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

Este documento visa solicitar sua participação na pesquisa intitulada **"Planejamento participativo dos Recursos Hídricos: análise da Qualidade Democrática com foco nos níveis de participação e na comunicação"**, desenvolvida pelas alunas **Ana Paula Alves Bissoli** e **Simone Alves Fernandes** como parte das atividades desenvolvidas no Programa de Pós-graduação em Gestão e Regulação dos Recursos Hídricos (ProfÁgua).

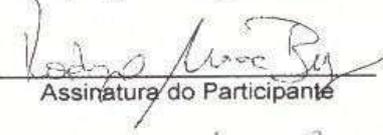
Um dos objetivos da pesquisa é identificar as relações e formas de mobilização entre os diversos atores envolvidos nos processos de elaboração do Plano de Bacia e Enquadramento das Bacias dos Rios SMV e Jucu. Para isso, pedimos a sua colaboração respondendo à entrevista.

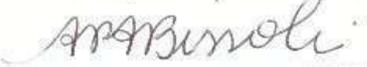
Concordando em responder, solicitamos que assine este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido por meio do qual lhe são garantidos os seguintes direitos:

a) solicitar, a qualquer tempo, maiores esclarecimentos sobre esta pesquisa; b) negar-se a responder a quaisquer questões ou a fornecer informações que julguem prejudiciais à sua integridade física, moral e social; c) solicitar que determinadas falas e/ou declarações não sejam incluídas em nenhum documento oficial, o que será prontamente atendido; d) desistir, a qualquer tempo, de participar da pesquisa.

Eu, **Rodrigo Berger**, declaro estar ciente das informações constantes deste Termo e de livre e espontânea vontade concordo em participar desta pesquisa. Uma cópia deste documento me será entregue no ato da assinatura deste Termo.

Vitória (ES), 01 de agosto de 2018.

  
Assinatura do Participante

  
Assinatura do Pesquisador

**ANEXOS**

**ANEXO 1 – Roteiro Geral Metodológico do Enquadramento dos corpos de água em classes e Plano de Recursos Hídricos para os Rios Santa Maria da Vitória e Jucu**

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS  
SEAMA**

**INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS IEMA**

**COMITÊS DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS SANTA MARIA DA  
VITÓRIA E JUCU**

**ROTEIRO GERAL METODOLÓGICO**

**ENQUADRAMENTO DOS CORPOS DE ÁGUA EM CLASSES E  
PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS PARA OS RIOS SANTA MARIA  
DA VITÓRIA E JUCU**

**Versão Final Consolidada Julho de 2010**

## 1 BASES DA CONCEPÇÃO METODOLÓGICA

Neste item apresentaremos alguns conceitos e definições que embasam o processo metodológico de planejamento participativo no âmbito da doutrina da gestão de recursos hídricos no Brasil a partir da legislação vigente, tanto para os cursos de água de domínio federal quanto para aqueles sobre os quais incide a legislação estadual.

Conforme os debates ocorridos no 1º Encontro Nacional de Comitês de Bacia realizado em 1999 na cidade de Ribeirão Preto, Comitê de Bacia é *“o espaço político e institucional onde o processo de gestão da água considera as condições decorrentes do valor social e simbólico da água tais como a territorialidade, o saber local, as micro relações entre os diferentes atores envolvidos com os usos da água”*. Assim, o Comitê de Bacia abre espaço à participação social e coloca a população no processo decisório sobre os usos futuros do recurso natural água.

Esse processo decisório inclui o planejamento, a implementação e a administração da política pública, e consiste na definição de objetivos e metas (Enquadramento), na identificação das ações necessárias e das prioridades (Plano de Ações Estratégicas), e na definição da contribuição de cada usuário para o cumprimento das metas estabelecidas (Cobrança pelo Uso da Água).

Como o processo de planejamento dos usos da água, segundo a doutrina da legislação é participativo, existem vários atores e, por conseqüência, são várias as *“explicações”* para a realidade (relações de causa e efeito entre os usos do solo e da água e as condições atuais de qualidade e quantidade da água em cada trecho de uma bacia hidrográfica). A componente simbólica atua fortemente na compreensão da realidade, ou seja, o diagnóstico é situacional, mescla o saber técnico com os saberes sociais regionais e locais.

Segundo Carlos Matus (1989), *“no Planejamento Estratégico a verdade e as propostas estão em algum lugar entre os atores planejadores e, pressupõe o conflito de idéias, a negociação e o compartilhamento do poder decisório”*.

Cada proposta é a resultante de um processo negociado e prevê um “*poder ser*”.

Logo, o final do processo de planejamento é “*aberto*”.

Os aspectos normativos do planejamento clássico, no caso da gestão dos recursos hídricos representados pelos instrumentos de comando e controle (outorga e licenciamento ambiental), são apenas parte do Plano de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas.

Ora, o processo de planejamento com essas características, pressupõe a participação dos envolvidos de forma ativa. Os procedimentos metodológicos objeto deste Relatório dão conta exatamente dessa forma e dessa intensidade de participação dos representantes das entidades membro dos Comitês Santa Maria da Vitória e Jucu, bem como sugere maneiras desses representantes exercerem a representatividade.

Para Luiza Helena Dalpiaz (Dalpiaz, 2000), “*a ação de um Comitê de Bacia segundo sua concepção somente poderá estabelecer uma condição de inovação social se for garantida a representação com representatividade*”.

A prática tem demonstrado que as metodologias de planejamento envolvendo os Comitês precisam dar conta de questões tais como:

- A crise da representação (o papel e a função do representante);
- A participação como “aparência”;
- A distância entre as decisões sobre usos futuros da bacia e as razões simbólicas e práticas atuais de seus usuários;
- A falta de hábito do estabelecimento de critérios de gestão compartilhados entre diferentes atores sociais do Comitê de Bacia;
- O incipiente reconhecimento dos Comitês no âmbito dos governos, tanto na área ambiental quanto nas demais áreas;
- A ainda deficiente inserção social e o conseqüente pequeno reconhecimento público.

Por Plano de Recursos Hídricos entende-se um PROCESSO político de base técnica contendo três fases interdependentes:

- A definição dos objetivos e metas. Aonde se quer chegar ou *O RIO QUE QUEREMOS* ou ainda, a definição dos usos futuros das águas por trecho da bacia hidrográfica – ENQUADRAMENTO;
- A identificação do conjunto de ações estratégicas e as condições técnicas necessárias para sua execução ou *O RIO QUE PODEMOS*;
- A viabilidade social, cultural, econômica e financeira.

O ENQUADRAMENTO, como primeiro passo de qualquer processo de planejamento dos usos das águas, é o instrumento por excelência de gestão participativa dos recursos hídricos. O processo metodológico de participação social na gestão das águas se dá através da mobilização do cidadão e dos grupos sociais via o Comitê de Bacia, tendo como pilares:

- A construção coletiva da informação (diagnóstico participativo);
- A clareza do objeto em torno do qual se mobilizar (definição dos usos futuros das águas);
- A existência de um espaço institucional decisório bem definido (o Comitê de Bacia).

Sob o olhar tecnológico, o ENQUADRAMENTO dos corpos de água em questão (definição dos usos desejáveis preponderantes segundo a Resolução CONAMA 357/05), incluindo a definição e priorização de ações para a sua efetivação, será orientado pela lógica e pelos paradigmas do modelo multicritério de orientação construtivista, utilizado por Helena Matzenauer, em sua tese de doutoramento no IPH – UFRGS. No entanto, sem a utilização do algoritmo propriamente dito, mas sim o procedimento metodológico.

A orientação para a utilização da tese de doutoramento mencionada acima ocorre pelo

fato de essa mesma estratégia já ter sido testada no Projeto DESAGUA (DESAGUA, 2008), pesquisa desenvolvida pelo LABGEST-UFES na bacia hidrográfica do rio Santa Maria da Vitória a qual realizou a simulação de um processo de Enquadramento de forma participativa. A tese bem como o relatório final do Projeto DESAGUA encontram-se disponíveis para consulta no site [www.redectidoce.org.br](http://www.redectidoce.org.br) e na biblioteca do Laboratório de Recursos Hídricos e Desenvolvimento Regional (LabGest) da Universidade Federal do Espírito Santo (Centro Tecnológico / Departamento de Engenharia Ambiental) situado à Avenida Fernando Ferrari, S/N, Goiabeiras, 29075-910. A biblioteca do Labgest/UFES funciona de 9h às 18h e poderá ser realizado contato através dos telefones (27) 3335 2076 e 3335 2675.

Resumidamente, as etapas do procedimento metodológico adaptado de Matzenauer (2003) são:

**a) Identificação do Contexto Decisório:**

- Identificação das relações de causa e efeito que caracterizam o cenário atual das condições de qualidade e quantidade das águas da bacia hidrográfica sob o ponto de vista técnico - Diagnóstico;
- Identificação dos atores estratégicos (decisores - categorias do Comitê) e das melhores condições de circulação da informação. Intercâmbio entre o saber técnico e o saber social. Condições e grau de representatividade dos integrantes do Comitê;
- Identificação de elementos complementares do diagnóstico a partir do olhar dos decisores e de seus representados;

**b) Estruturação do Problema**

- Apropriação pelos decisores, do significado do processo de planejamento dos usos das águas e das conseqüências estratégicas e práticas do Enquadramento;
- Validação e apropriação do diagnóstico e construção definitiva do cenário atual da bacia;
- Identificação de parâmetros (físicos, sociais, econômicos e culturais) com os quais serão avaliadas a(s) alternativa(s) de ENQUADRAMENTO. Estabelecimento da hierarquia e do valor relativo entre eles. Por exemplo: “*gerar*

*emprego é mais importante que tomar banho? Proteger a saúde é mais importante que gerar empregos? Produzir alimentos é mais importante que abastecer a população?”*

### c) **Construção dos Resultados – ENQUADRAMENTO E PLANO DE AÇÕES**

- Definição de um PRÉ-ENQUADRAMENTO a partir das consultas realizadas na sociedade pelos decisores e de sua própria atuação;
- Avaliação técnica das conseqüências do PRÉ-ENQUADRAMENTO segundo os parâmetros definidos e hierarquizados anteriormente;
- Construção da versão final do ENQUADRAMENTO;
- Consolidação do rol de necessidades, definição das prioridades e prazos.

## **2 PROPOSTA DE ROTEIRO GERAL METODOLÓGICO**

### **Atividade 01 - Instalação da Comissão de Acompanhamento**

#### Proposta de Execução

- Realização de uma reunião envolvendo o IEMA (áreas de recursos hídricos e de qualidade), o LabGest/UFES e um representante do Comitê, para definição da composição da **Comissão de Acompanhamento e Coordenação** do processo de planejamento da bacia hidrográfica. A Comissão de Acompanhamento é responsável pela orientação metodológica de cada tarefa do processo de planejamento. Seus integrantes deverão estar capacitados e familiarizados com o assunto. Os representantes do IEMA e LabGest/UFES com funções técnicas e o representante do Comitê com função política de mediador entre a área técnica e o Plenário do Comitê.
- Realização de um processo expedito (Oficina) de capacitação dos integrantes da Comissão.

Como são duas bacias hidrográficas, fica a critério do IEMA a criação de duas Comissões ou de apenas uma com representantes de cada um dos Comitês.

### **Atividade 02 – Lançamento do Processo de ENQUADRAMENTO: O quê, como, resultados, conseqüências**

### Proposta de Execução

- Na mídia - Elaboração de Plano de Mídia (paga e induzida) voltado à divulgação e mobilização da sociedade para seu envolvimento no processo (vários meios de comunicação: TV, rádio, jornais, internet) sob a responsabilidade da área de comunicação do IEMA.
- No Comitê de Bacia - Realização de reunião extraordinária do Comitê de Bacia para apresentação do Projeto, da Comissão de Acompanhamento e para a discussão deste Roteiro Metodológico.
- Nas categorias do Comitê - O processo de envolvimento das categorias do Comitê passa pela existência de um Plano de Mobilização para essas categorias previsto no Plano de Trabalho aprovado.

Caracteriza-se por ser um processo de divulgação, de informação e de mobilização feito pelos próprios integrantes do Comitê de Bacia.

### **Atividade 03 – Definição das Unidades de Planejamento**

Para efeito de Diagnóstico, de Enquadramento e de Proposições, a bacia hidrográfica será subdividida em trechos menores que poderão ou não se confundir com sub-bacias perfeitas sob o ponto de vista técnico.

Na prática, a Consultora responsável pelo apoio técnico, operacional e logístico apresentará uma proposta de subdivisão que será debatida com o Comitê, que aportará saberes sociais às bases técnicas da proposta.

O resultado será uma subdivisão tecnicamente adequada, mas com a identificação e apropriação social. É fundamental que a sociedade da bacia hidrográfica representada no Comitê se "*enxergue*", "*tenha noção de pertencimento*", nessas Unidades de Planejamento.

### Proposta de Execução

- Realização de uma Oficina voltada para a definição das Unidades de Planejamento, através de metodologia que integre os saberes técnicos (informações sobre o meio físico, meio social e meio econômico, entre outros) e populares (hábitos cotidianos, histórias de vida, imaginário popular, entre outros).
- A Oficina terá a duração de um dia e será estruturada em quatro momentos: uma atividade de aquecimento, uma apresentação técnica da proposta estudada, um

momento de questionamentos e sugestões e uma atividade final de consolidação das Unidades a serem utilizadas.

#### **Atividade 04 - Identificação e Definição das Variáveis a serem utilizadas no Diagnóstico**

Conhecer a realidade, de forma a estabelecer as relações de causa e efeito que determinam as condições de qualidade e quantidade da água numa bacia hidrográfica, não requer a avaliação indiscriminada de toda a realidade, físico-ambiental, social, cultural e econômica da região.

Por outro lado, dependendo do estágio de planejamento do uso da água na bacia hidrográfica e, por conseqüência, do objeto do estudo, as questões a serem avaliadas serão bastante diversas.

Assim, fará parte do trabalho de apoio técnico e operacional da empresa contratada, a definição prévia de quais variáveis serão selecionadas e utilizadas para a avaliação da realidade atual das bacias hidrográficas integrantes do Projeto.

É importante destacar que essas variáveis subsidiarão a definição dos usos futuros da água (Enquadramento), mas também a proposta do conjunto de ações necessárias ao cumprimento dos objetivos e metas definidos no Enquadramento (Plano de Ações).

##### Proposta de Execução

- Uma alternativa de execução dessa atividade metodológica que envolve o Comitê é a utilização da Oficina proposta na Atividade 03. Eventualmente, a partir da decisão da Comissão de Acompanhamento e Coordenação poderá ser realizada uma Oficina específica para a finalidade desta Atividade 04.

#### **Atividade 05 – Levantamento de Dados e Informações sobre a Situação Atual da Bacia Hidrográfica – Diagnóstico**

Esta atividade de Diagnóstico compreende o levantamento e a avaliação integrada da situação atual dos recursos hídricos, englobando os aspectos relacionados às disponibilidades hídricas e às demandas e sua interface com a dinâmica social e com

a articulação de diferentes áreas do conhecimento. Os estudos previstos se concentram nos seguintes grandes blocos:

- Diagnóstico da dinâmica social da bacia hidrográfica, aspectos históricos da ocupação, organização social, aspectos institucionais, educacionais e de mídia;
- Identificação de dados e informações existentes quanto às condições do uso e da ocupação do solo, dos usos da água, das características sociais econômicas da bacia;
- Identificação e obtenção das informações complementares;
- Consolidação do diagnóstico.

#### Proposta de execução

- Esta atividade será totalmente desenvolvida pela empresa contratada para esse fim sob a orientação e supervisão da Comissão de Acompanhamento e Coordenação. Serão buscados todos os dados e informações disponíveis referentes às variáveis definidas anteriormente. Serão realizadas a análise, a avaliação e a consolidação de todos os estudos técnicos existentes que dão conta das condições sócio-ambientais das bacias hidrográficas, identificando as informações não disponíveis e explicitando as relações de causa e efeitos entre as condições sociais e econômicas da região e suas condições ambientais, com ênfase na água.

Serão buscados dados primários para aquelas variáveis identificadas na Atividade 04 e que não existam informações secundárias.

Também será dada ênfase no levantamento de programas, ações, projetos e intervenções previstas na bacia hidrográfica no período de 20 anos.

A empresa contratada identificará, organizará e relacionará os projetos, as intervenções, as ações e os programas previstos, num horizonte de 20 anos, para a região, sejam eles de natureza pública ou privada.

Assim, serão buscadas as informações junto aos órgãos públicos e instituições privadas referentes às intervenções que estejam previstas e que possam interferir nos aspectos qualitativos e quantitativos dos recursos hídricos da bacia hidrográfica.

#### **Atividade 06 – Determinação do Cenário de Pré-Enquadramento**

O cenário de Pré-enquadramento é, na verdade, a manifestação de vontade da

sociedade obtida através da realização de eventos públicos ou não, sempre organizados politicamente pelo Comitê de Bacia.

Serão públicos quando abertos à participação de todos os cidadãos. Ou setoriais quando organizados pelos representantes das categorias do Comitê com vistas aos seus representados.

Para a elaboração do Pré-enquadramento, faz-se necessário o desenvolvimento de atividades voltadas para a informação e a discussão sobre o tema, que propiciem entre outros: a apropriação do significado do processo de definição e das conseqüências estratégicas e práticas do Enquadramento e uma sólida construção participativa nas várias etapas do processo.

***Este é o momento crucial do processo, no qual o Comitê (categorias) se abre para debater com seus representados e com a sociedade.***

#### Proposta de Execução

- Deve-se procurar adequar a forma de apresentação do conteúdo dos documentos citados no parágrafo anterior ao perfil do público que se deseja apoiar, sejam os documentos em formato impresso ou digital.
- Serão realizadas reuniões públicas ou não com os segmentos de cada uma das categorias que compõem o Comitê (população, usuários da água, poder público, estadual e municipal, entre outros).
- As reuniões públicas poderão ter formato de Oficinas ou de Seminários conforme ficar acordado na Comissão de Acompanhamento e Coordenação. Em qualquer hipótese a estrutura geral contemplará três fases bem definidas:
  - a) A apresentação do diagnóstico (relações de causa e efeito) com dupla finalidade
    - Informar os participantes e checar as informações, ou seja, por se identificarem, os participantes apropriam o diagnóstico;
  - b) Apresentação e discussão do processo de manifestação de vontade a partir da compreensão do diagnóstico;
  - c) Manifestação do desejo de usos futuros da água, em cada Unidade de Planejamento através de técnicas visuais.
- Os materiais utilizados em apoio às reuniões serão simples, em linguagem coloquial e deverão expor com clareza as relações de causa e efeito, "os porquês das

*coisas".*

- Ao final de cada evento será feita uma avaliação visual do resultado da manifestação de vontade.

### **Atividade 07 – Avaliação dos Graus de Dificuldade de Cumprimento do Cenário de Pré-Enquadramento**

#### *Proposta de Execução*

Por Unidade de Planejamento, serão avaliados graus de dificuldade de cumprimento do cenário desejado do Pré-enquadramento proposto, considerando-se entre outras, as contribuições dadas pelo Comitê. O desenvolvimento dessa atividade dar-se-á em dois âmbitos: da equipe técnica que fará uso de modelos matemáticos computacionais (hidrológicos, de qualidade da água, de análise multicritério, econômicos, etc) e das categorias do Comitê.

Para esse âmbito serão realizadas novas reuniões de debates com formato semelhantes às aquelas executadas na Atividade 06. No entanto, destinadas unicamente aos membros do Comitê de Bacia. Eventualmente, por decisão da Comissão de Acompanhamento e Coordenação poderão ser realizadas reuniões setoriais.

- A consolidação do debate e o acordo final (votação se necessário) ocorrerá em Reunião Extraordinária do Comitê.
- O produto desta Atividade será a proposta de ENQUADRAMENTO consolidada no âmbito do Comitê.

### **Atividade 08 – Elaboração das Propostas de Ação – Plano de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas**

Associado ao Enquadramento, a empresa contratada apresentará um rol de ações necessárias ao cumprimento dos objetivos e metas do Cenário de Enquadramento.

#### *Proposta de Execução*

- Esse rol de ações será debatido em Reunião Extraordinária do Comitê, com pauta única. Aprovado o rol de ações, o debate se dará em torno das prioridades e dos prazos, o que caracterizará o próprio Plano. É fundamental que nesse momento esteja

bem claro aos membros do Comitê que os acordos representados pelas ações e prazos serão cumpridos pelos próprios atores/decisores.

### **Atividade 09 – Divulgação dos Resultados**

#### *Proposta de Execução*

- Elaboração de material (impresso e digital) para a realização de atividades de divulgação junto à mídia e para a sociedade da bacia hidrográfica.
- Realização de Seminário público de informação da sociedade e da mídia sobre o ENQUADRAMENTO definido e suas conseqüências e sobre o acordo social e político representado pelo PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS DAS BACIAS

### 3 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DALPIAZ, L.H. 2000. **A pesquisa como problema: elementos de um método de pesquisa- formação no serviço social**. VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Brasília: ABEPSS. 1, 240-246.

MATUS, C. 1989. **Adeus Senhor Presidente**. Recife: Litteris. 204p.

MATZENAUER, H. B. **Uma metodologia multicritério construtivista de avaliação de alternativas para o planejamento de recursos hídricos de bacias hidrográficas**. Tese de Doutorado. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2003.

RELATÓRIO Final Projeto DESAGUA - **Enquadramento de corpos d'água como instrumento de planejamento regional sustentável** – LABGEST/UFES, 2008.

**REGISTRO DAS OFICINAS COM OS COMITÊS DE  
BACIAS HIDROGRÁFICAS  
ENQUADRAMENTO DOS CORPOS DE ÁGUA EM CLASSES E PLANO DE  
RECURSOS HÍDRICOS PARA OS RIOS SANTA MARIA DA VITÓRIA  
E JUCU**

**OFICINA CBH JUCU – DOMINGOS MARTINS-ES – 05/07/2010**

A abertura da oficina foi feita pelo presidente do CBH Jucu, Jader Mutzig. Seguiu-se a fala do vice-prefeito de Domingos Martins-ES, Diretor de Recursos Hídricos do IEMA, Fábio Ahnert e Prof<sup>a</sup> Gisele Girardi da UFES. Após as falas de abertura todos se apresentaram e as atividades da oficina foram iniciadas.

**Atividade 1**

Leitura de texto e dinâmica para exercício da busca de consenso.

**Atividade 2**

Apresentação do Moderador - Conceitos de Plano de Recursos Hídricos e Enquadramento, Planejamento Tradicional e Planejamento Estratégico Situacional, o Comitê de Bacia como espaço político para a tomada de decisões.

**Atividade 3**

Apresentação das Etapas do Processo de Elaboração do Enquadramento e Plano de Recursos Hídricos conforme Roteiro Geral Metodológico: 1) Criação da Comissão de Acompanhamento e Coordenação, 2) Lançamento do Projeto Enquadramento e Plano de Recursos Hídricos, 3) Definição das Unidades de Gestão ou de Referência, 4) Identificação e Definição das Variáveis a serem utilizadas no Diagnóstico, 5) Levantamento de Dados e Informações sobre a situação atual da Bacia Hidrográfica, 6) Determinação do Cenário de Pré- Enquadramento, 7) Avaliação dos Graus de Dificuldades de Cumprimento do Cenário de Pré-Enquadramento, 8) Elaboração das Propostas de Ação do Plano de Recursos Hídricos e 9) Divulgação dos Resultados.

#### **Atividade 4**

Os participantes da oficina organizaram-se em três grupos de trabalho: Usuários da Água, Sociedade Civil e Poder Público, que discutiram e elaboraram questões sobre o Roteiro Geral Metodológico.

#### **Questões - Usuários de Água:**

- a) O tempo de 12 meses será suficiente para elaboração do Projeto?
- b) Como a informação irá atingir todos os interessados ao longo do processo? A divulgação será feita pela empresa que será contratada para a elaboração do serviço? O dinheiro será suficiente?
- c) Para dar suporte ao projeto, é necessário fortalecer institucionalmente os comitês com o trabalho de profissionais da área de comunicação, buscando promover a articulação permanente entre as entidades do comitê, os demais CBHs e outras entidades ligadas aos recursos hídricos.

#### **Respostas - Sociedade Civil Organizada**

- a) O tempo de 12 meses, a partir da contratação, é suficiente.
- b) Para resposta à questão *b* é importante conhecer maiores detalhes referentes aos recursos financeiros destinados ao projeto.
- c) A Agência de Bacia Hidrográfica é a resposta necessária para atender a todas estas questões.

Foi esclarecido que a questão refere-se a uma instituição de comunicação para dar apoio aos comitês na divulgação de informações e de articulação para mobilização, não necessariamente refere-se à Agência de Bacia Hidrográfica.

#### **Questões - Poder Público:**

- a) O representante do IEMA que irá acompanhar a elaboração do plano deverá estar atento ao planejamento estratégico (uso e ocupação do solo) elaborado pelo estado.
- b) No caso de subdivisão da bacia por unidade de gestão/referência, como atender a proposta ou desejo da sociedade local se houver conflitos com outros trechos do rio em questão?
- c) Existe a necessidade de uma interlocução direta junto ao governo municipal.

**Respostas - Usuários da Água**

- a) Esta função cabe à Comissão de Acompanhamento e Coordenação juntamente com a empresa contratada que devem observar as normas legais vigentes para assim não incompatibilizar o plano e o enquadramento com as mesmas, assim acarretando a sua não execução.
- b) A negociação deverá acontecer através do Comitê de Bacia.
- c) Ao nomear representante o prefeito municipal assume sua participação no Comitê de Bacia. O papel de informar aos prefeitos sobre a importância de sua participação nos Comitês de Bacia também é função do IEMA.

**Questões - Sociedade Civil Organizada:**

- a) Como irá ocorrer a mobilização, principalmente na etapa 6, dos membros do comitê com os seus representados? Pode-se contar com recursos do projeto para fins de mobilização?
- b) Como este projeto pode dar subsídios para implementação dos demais instrumentos da PNRH (Política Nacional de Recursos Hídricos)? E qual a relação com o licenciamento ambiental?
- c) Como atrair os membros do comitê?

**Respostas - Poder Público**

- a) No nível municipal poderiam ser convocados os segmentos para mobilização sendo que a mesma também pode ser feita via Comitê de Bacia. Os recursos já devem estar estabelecidos no plano.
- b) Se já existe enquadramento os demais instrumentos deverão ser elaborados observando o que foi estabelecido no enquadramento e no plano.

**Conclusão das atividades:**

O Moderador enfatizou que a oficina consolida o caminho da elaboração dos instrumentos Enquadramento e Plano de Recursos Hídricos para o CBH Jucu.

Um membro do Comitê de Bacia, representante do setor Usuários de Água perguntou: *“Mas para quem serve o Comitê de Bacia?”* O Moderador respondeu que o Comitê de Bacia serve para resolver conflitos. Há duas formas de resolver conflitos, através das ações de comando e controle ou de soluções construídas. O CBH resolve o conflito promovendo a negociação.



## **OFICINA CBH SANTA MARIA DA VITÓRIA – SANTA LEOPOLDINA-ES 07/07/2010**

A oficina iniciou-se com as apresentações de todos. Seguiu-se fala do vice- prefeito de Santa Leopoldina-ES, Profª Gisele Girardi da UFES, Diretor de Recursos Hídricos do IEMA, Fábio Ahnert e Presidente do CBH Santa Maria da Vitória, Alberto Pêgo.

Após as falas de abertura as atividades da oficina foram iniciadas.

### **Atividade 1**

Leitura de texto e dinâmica para exercício da busca de consenso.

### **Atividade 2**

Apresentação do Moderador - Conceitos de Plano de Recursos Hídricos e Enquadramento, Planejamento Tradicional e Planejamento Estratégico Situacional, o Comitê de Bacia como espaço político para a tomada de decisões.

### **Atividade 3**

Apresentação das Etapas do Processo de Elaboração do Enquadramento e Plano de Recursos Hídricos conforme Roteiro Geral Metodológico: 1) Criação da Comissão de Acompanhamento e Coordenação, 2) Lançamento do Projeto Enquadramento e Plano de Recursos Hídricos, 3) Definição das Unidades de Gestão ou de Referência, 4) Identificação e Definição das Variáveis a serem utilizadas no Diagnóstico, 5) Levantamento de Dados e Informações sobre a situação atual da Bacia Hidrográfica, 6) Determinação do Cenário de Pré- Enquadramento, 7) Avaliação dos Graus de Dificuldades de Cumprimento do Cenário de Pré-Enquadramento, 8) Elaboração das Propostas de Ação do Plano de Recursos Hídricos e 9) Divulgação dos Resultados.

### **Atividade 4**

Os participantes da oficina organizaram-se em três grupos de trabalho: Usuários da Água, Sociedade Civil e Poder Público, que discutiram e elaboraram questões sobre o Roteiro Geral Metodológico.

**Após a apresentação foram feitos os seguintes questionamentos e**

**considerações:**

Ao longo do processo a tarefa mais difícil será o convencimento.

Como a informação será discutida com a sociedade?

Como vamos mobilizar as pessoas que vivem no meio rural e viabilizar a participação de todos?

Precisamos pensar em formas de envolvimento, de mobilização e estratégias de comunicação.

**Considerações e respostas do moderador:**

Nós não resolveremos de forma simples os problemas crônicos da sociedade. A metodologia participativa é adequada porque envolve as pessoas. Precisaremos considerar a idéia da Bacia Hidrográfica no trabalho coletivo e esforço de convencimento que deverão ser feitos de forma a trazer as pessoas para a participação, porque todos precisarão entender a sua responsabilidade e a sua necessidade de comprometimento. A empresa apresentará uma proposta técnica de informação e mobilização.

**Atividade 4**

Antes do início da atividade o presidente do CBH apresentou a sugestão de criar uma contextualização documental do processo que deverá ser organizada e disponibilizada para os comitês.

Os participantes da oficina organizaram-se em três grupos de trabalho: Usuários da Água, Sociedade Civil e Poder Público, que discutiram e elaboraram questões sobre o Roteiro Geral Metodológico.

**Questões - Poder Público:**

- a) A definição das unidades de planejamento poderia ser realizada com base no conceito de micro bacia e o diagnóstico em 3 unidades de planejamento (alto, médio, baixo)?
- b) Consulta aos segmentos do comitê, posteriormente à conclusão do diagnóstico, a fim de viabilizar uma assembléia única para construção dos cenários.
- c) Apresentação do produto final para as comunidades da bacia.

**Respostas - Poder Público**

- a) O planejamento para o diagnóstico deve ser feito por micro bacia e na mobilização social deve-se trabalhar com os trechos alto, médio e baixo do rio.
- b) Deve-se realizar uma assembléia geral para conclusão do diagnóstico e construção dos cenários.
- c) Ao concluir o processo deve-se fazer uma apresentação final para a sociedade da bacia dando retorno dos trabalhos feitos.

**Outras considerações às questões levantadas pelo Grupo Poder Público:**

Incluir as comunidades e outras organizações sociais das micro bacias já que as atividades do CBH interessam a outros segmentos além dos três que estão representados no comitê.

Criar meios para que todas as comunidades tenham a oportunidade de se manifestar antes da conclusão das etapas do processo.

Garantir que o trabalho permeie as comunidades e toda a sociedade da bacia. Os brasileiros são sociáveis e ao mesmo tempo desorganizados e as associações geralmente tem dificuldades de funcionamento.

Esta discussão acontecerá posteriormente de forma mais decisiva quando for apresentado o Plano de Informação e Mobilização pela empresa contratada. É necessário ter nas categorias dos comitês canais de representação, fortalecer o CBH para a representatividade e buscar meios para atingir as categorias que não estão representadas no CBH. Precisamos lembrar que a responsabilidade política do processo é do CBH, que é quem implanta o projeto.

**Questões – Usuários da Água**

- a) Cenários para 10 anos – revisão a cada 5 anos.
- b) Envolvimento dos produtores rurais na etapa de diagnóstico e ênfase ao plano de mobilização e comunicação junto à consultora.

Incluir capacitação nos planos de ação de produtores rurais e outros atores.

**Respostas – Usuários da Água**

- a) Cenários menores são mais fáceis de serem trabalhados.
- b) Os produtores rurais não têm as informações necessárias, por isso, o

diagnóstico precisa ser trabalhado com eles.

### **Outras considerações às questões levantadas pelo Grupo Usuários:**

Reconhecer a importância de se considerar as outras políticas – ZEE, PDM, ES 2025 no processo de elaboração do Enquadramento e Plano de Recursos Hídricos. Deve-se ter atenção sobre a classe a ser estabelecida na Baía de Vitória promovendo a integração com a gestão costeira.

### **Questões - Sociedade Civil Organizada**

- a) Como pode ser realizada avaliação do impacto de legislações (florestal, de saneamento e políticas territoriais como PDM), no trabalho dos comitês e como estas refletem nas proposições de metas para as bacias?
- b) Como lidar com a falta de estrutura administrativa no comitê, especialmente, a Agência de Bacia Hidrográfica? Como criar um processo de capacitação e informação de uma plenária, de modo a garantir que os futuros membros, posteriormente às eleições, estejam preparados para o processo?
- c) Utilização de técnica para avaliação dos trabalhos desenvolvidos na bacia (PDCA).

### **Respostas - Sociedade Civil Organizada**

- a) Nós teremos uma empresa que fará o trabalho técnico, mas que não fará a mobilização. Será que o CBH vai conseguir colocar este trabalho em prática?
- b) Nós vamos iniciar um processo licitatório (6 meses, no mínimo), durante o qual estamos pensando em fazer a capacitação dos membros do comitê. No entanto, o CBH passará por um processo eleitoral no final do ano de 2010. Precisamos pensar em como fazer esta capacitação para um comitê “ampliado”, já que a plenária poder ser alterada após o processo eleitoral.

### **Conclusão das atividades:**

O Moderador enfatizou que a oficina consolida o caminho da elaboração dos instrumentos Enquadramento e Plano de Recursos Hídricos para o CBH Santa Maria da Vitória e explicou que as questões discutidas na oficina integrarão o Roteiro Geral Metodológico.



**ANEXO 2 – Termo de Referência do Enquadramento dos Corpos de Água em Classes e Plano de Recursos Hídricos para os Rios Santa Maria Da Vitória e Jucu**

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS**  
**SEAMA**  
**INSTITUTO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS IEMA**

**COMITÊS DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS SANTA MARIA DA**  
**VITÓRIA E JUCU**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**ENQUADRAMENTO DOS CORPOS DE ÁGUA EM CLASSES E**  
**PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS PARA OS RIOS SANTA MARIA**  
**DA VITÓRIA E JUCU**

## 1 CONCEITOS INTRODUTÓRIOS

O estágio de evolução em que se encontra o conjunto de Comitês de Bacia instituídos no Estado do Espírito Santo está associado diretamente às características ambientais, econômicas, sociais, culturais, institucionais e políticas das comunidades que vivem e trabalham nas correspondentes bacias hidrográficas.

Também é fator relevante a maturidade da sociedade, incluindo aí os governos, em relação à construção e integração coletiva de políticas públicas, em especial quanto à definição dos usos futuros das águas de uma bacia hidrográfica, em sintonia com os princípios da sustentabilidade.

A organização e a dinâmica de articulação institucional das entidades públicas, privadas e associativas regionais também são elementos importantes para impulsionar a ação e a atuação de um Comitê de Bacia, especialmente quando o Comitê tem ainda tenra idade.

A legislação estadual básica referente à gestão das Águas - Lei N° 5.818, de 29 de dezembro de 1998 - estabelece as normas, as regras e os procedimentos para a administração da água, recurso natural de uso compartilhado e, por consequência, alvo do interesse coletivo.

Por se apresentar escasso em quantidade ou qualidade ou ambos simultaneamente, ou ainda com o objetivo de garanti-lo para as futuras gerações, sua utilização deve ser cuidadosamente planejada no âmbito da Bacia Hidrográfica. O Plano de Recursos Hídricos nesse contexto é o instrumento que, construído com a participação da sociedade, deve orientá-la sobre a utilização das águas.

O Plano de Recursos Hídricos compreende as etapas do processo de planejamento. Uma das etapas é a que trata do conhecimento da demanda atual e da disponibilidade de água que se denomina comumente de diagnóstico da situação atual da qualidade e da quantidade das águas e dos níveis de sua utilização. Num processo participativo de construção de um Plano de Recursos Hídricos, essa é a etapa que permite que a sociedade conheça, pragmaticamente, as condições das águas disponíveis na sua

bacia hidrográfica e os usos que delas são feitos. Nesta ETAPA é construído o balanço hídrico atual da bacia hidrográfica. É o que se chamará daqui pra frente, ETAPA A.

Outro momento do Plano, a ETAPA B, os cenários futuros (projeções) quanto aos usos da água serão construídos. Constitui-se na definição dos interesses e das necessidades futuras que os diferentes usuários das águas e o conjunto dos demais atores sociais apontam como demanda de água futura. Esta ETAPA é concluída com a definição do cenário de Enquadramento legal das águas, que é o resultado do acordo social e político que objetiva, num futuro definido, água em quantidade e qualidade para os usos desejados.

Ainda são características do Plano de Recursos Hídricos, a identificação e a decisão coletiva sobre as prioridades e os meios para transformar em realidade as decisões acordadas no Enquadramento. A esta fase chamaremos de ETAPA C. Nela são feitas as indicações das prioridades – intervenções estruturais e não estruturais. É a base de informação para o estabelecimento da cobrança pelo uso das águas, meio complementar e estratégico de financiar as obras e os procedimentos necessários para a melhoria das águas, em qualidade e quantidade.

A elaboração do Plano de Recursos Hídricos além de compreender as diferentes etapas apontadas, prevê que cada uma delas e o seu conjunto tenham sustentação, ou seja, possuam a consistência técnica necessária e sejam validadas e asseguradas por decisão coletiva através de acordos que o conjunto da sociedade, organizada no Comitê de Bacia, reconheça como legítimos.

No planejamento dos usos da água nas bacias hidrográficas dos rios Santa Maria da Vitória e Jucu estará garantido o espaço para a atuação dos Comitês da Bacia, particularmente no que se refere ao envolvimento da sociedade na validação das informações técnicas contidas no diagnóstico (a sociedade se reconhece nelas), para a definição dos usos futuros das águas e para a legitimação dos acordos estabelecidos.

Dessa atuação estratégica, se adequadamente conduzida e implementada, resultará a condição mais favorável para que o Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica seja efetivamente executado, com o controle social necessário.

Assim, a condução política do processo de mobilização social exige do Comitê o exercício da representatividade que, por sua vez, impõe uma atitude de comunicação clara e a democratização da informação entre representantes e representados.

A definição dos métodos e dos procedimentos utilizados para a democratização da informação, mesmo que usuais e de conhecimento comum, sofrem variações conforme o público alvo de interesse a ser atingido. Conhecer, portanto, o universo de entidades e instituições que compõe as categorias que integram os Comitês dos rios Santa Maria da Vitória e Jucu é fator decisivo para a adequada condução do envolvimento social no processo de planejamento dos usos da água.

As informações a serem democratizadas são, em regra, de cunho técnico complexo e distante do senso comum, tanto no conteúdo quanto na linguagem. Por conta disso, é fundamental que se considere sempre a necessidade de prever formas e procedimentos que permitam a transposição do saber técnico para a compreensão social e vice versa.

O conteúdo deste Termo de Referência norteará a elaboração de propostas no processo de licitação pública que pretende contratar a execução das Etapas A, B e C do processo de planejamento dos usos da água nas bacias hidrográficas dos rios Santa Maria da Vitória e Jucu.

## 2 OBJETIVO GERAL

É objetivo geral deste Termo de Referência indicar procedimentos tanto para o processo de licitação quanto para o próprio desenvolvimento das tarefas necessárias à definição dos Enquadramentos e dos próprios Planos de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas, ou seja, dos objetivos de qualidade e dos usos quantitativos desejados para ambas as bacias hidrográficas e as ações daí decorrentes.

Para tanto o desenvolvimento do trabalho deverá:

- garantir a participação ampla dos diferentes atores que, de uma forma ou de outra, possuem relações com as águas das bacias hidrográficas na construção de um processo decisório para a gestão das águas;
- consolidar um diagnóstico dos dados e informações relacionados aos recursos hídricos, com ênfase nas relações de causa e efeito que determinam a situação atual de qualidade e de quantidade das águas;
- contribuir para a consolidação de um sistema de informações;
- definir cenários futuros de usos das águas nas bacias hidrográficas em questão;
- definir o cenário de Enquadramento;
- estabelecer as metas, final e intermediárias, e as respectivas intervenções necessárias;
- fixar critérios de outorga e de cobrança pelo uso da água e,
- estabelecer diretrizes regionais para a implantação de projetos de pagamento por serviços ambientais.

### **3 AS BACIAS HIDROGRÁFICAS**

#### **Bacia Hidrográfica do Rio Jucu**

A Região Hidrográfica do rio Jucu apresenta aproximadamente 2.221 Km<sup>2</sup> de área e compreende os municípios de Domingos Martins, Marechal Floriano, Viana, Vila Velha e parte dos municípios de Cariacica e Guarapari. Nela situam-se as bacias hidrográficas dos rios Jucu e Aribiri, respectivamente, correspondentes à Ottobacia 7714 e Interbacia 7713 do sistema de codificação de Otto Pfafstetter.

O rio Jucu apresenta suas nascentes situadas na região serrana do estado do Espírito santo, em altitudes de até 1.800 m acima do nível do mar, e sua foz localiza-se no Balneário da Barra do Jucu no município de Vila Velha, junto ao Oceano Atlântico. Na região serrana o rio Jucu apresenta dois braços: o rio Braço Sul, mais curto, com 67,43 Km de extensão e o rio Braço Norte, mais extenso, com 126,56 Km. Após a confluência de seus braços, o rio Jucu ainda percorre 42,94 Km até atingir sua foz, totalizando 169,5 Km de extensão. Na foz, verificam-se vazões médias da ordem de 35.684 l/s. Entre seus principais afluentes estão os rios Barcelos, Ponte, Melgaço, Chapéu, Galo, Fundo, Jacarandá, Calçado e Claro, os quais abastecem, juntamente com o rio Jucu, as áreas da bacia utilizadas, principalmente, para os cultivos de café, legumes e hortaliças (olericultura), para o desenvolvimento de atividades ligadas ao turismo, para a proteção e conservação dos recursos naturais em Unidades de Conservação e para o desenvolvimento e expansão de aglomerados urbanos.

As Unidades de Conservação na bacia hidrográfica são: Parque Estadual da Pedra Azul, Monumento Natural Municipal Morro do Penedo, Parque Natural Municipal Morro da Manteigueira, Parque Natural Municipal de Jacarenema.

Registra-se na região a ocorrência de conflitos relacionados à perda da qualidade de suas águas, decorrente da pressão antrópica dos centros urbanos localizados na região.

Entre as intervenções hidráulicas na região encontra-se a PCH-Jucu, inaugurada em 1909 e localizada no município de Domingos Martins, sendo alimentada pela águas do rio Braço Sul. Os rios Formate e Marinho, embora com área de drenagem de 142 Km<sup>2</sup> considerada no cálculo da área da bacia do rio Jucu, deixaram de alimentá-lo após terem sofrido intervenções por obras de engenharia, e passaram a escoar suas águas, na maior parte do tempo, para a Baía de Vitória, tal qual o rio Aribiri naturalmente já o faz.

### **Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria da Vitória**

A Região Hidrográfica do Rio Santa Maria da Vitória é formada por um grupo de bacias hidrográficas contíguas, sendo a maior delas a bacia do rio Santa Maria da Vitória. Esta região ocupa uma área de aproximadamente 1.810 km<sup>2</sup>, abrangendo os municípios de Santa Maria de Jetibá e Vitória em sua totalidade, além de abranger parcialmente os municípios de Cariacica, Santa Leopoldina e Serra. Sua classificação no sistema de sistema de codificação de Otto Pfafstetter é Ottobacias 7712.

O Rio Santa Maria da Vitória nasce no município de Santa Maria de Jetibá, na Serra do Garrafão, percorre 143,4 km de extensão e deságua na Baía de Vitória formando um estuário com várias ilhas e manguezais. A vazão média na foz é de aproximadamente 31.036,5 l/s. Seus principais afluentes são os rios Possmouser, Claro, São Luiz, Bonito, da Prata, Mangaraí, da Pedra, Caramuru, Duas Bocas, Triunfo, Jequitibá, Farinha, Fumaça e São Miguel. Trata-se de um manancial extremamente importante para a Região Metropolitana da Grande Vitória, e os conflitos existentes estão relacionados à perda da qualidade de suas águas, em virtude das cargas orgânicas dos efluentes descartados no rio.

As principais atividades econômicas da bacia hidrográfica do Rio Santa Maria da Vitória são agropecuária, avicultura, turismo, indústrias e geração de energia hidrelétrica. Os afluentes do rio Santa Maria da Vitória passam por diversas comunidades com atividades voltadas para a agricultura e o seu leito principal recebe os efluentes domésticos das cidades de Santa Maria de Jetibá e Santa Leopoldina.

Em relação ao aproveitamento hidrelétrico na bacia, o curso médio do rio possui dois barramentos, a saber, as Usinas Hidrelétricas (UHE) de Suíça e de Rio Bonito, a primeira localizada em Santa Leopoldina e a segunda em Santa Maria de Jetibá, responsáveis respectivamente, pela produção de cerca de 30 e 15 MW de energia elétrica. O curso final do rio tem parte de suas águas captadas para o abastecimento de cerca de 30% da população da Região Metropolitana da Grande Vitória.

As principais Unidades de Conservação são o Parque Ecológico da Pedra dos Dois Olhos, o Parque Municipal da Fonte Grande, a Reserva Biológica do Lameirão e a Reserva Biológica de Duas Bocas.

#### 4 CONTEXTO METODOLÓGICO

O envolvimento da sociedade é indispensável para a implantação do processo de planejamento em uma bacia hidrográfica, conforme a Lei Federal 9.433/97 e a Lei Estadual N° 5.818 de 29 de dezembro de 1998.

Conforme Toro e Werneck<sup>1</sup> em "*Mobilização Social – Um Modo de Construir a Democracia e a Participação*" (1997), três são as dimensões básicas para estruturar um projeto de mobilização social: *a explicitação dos propósitos, a identificação dos atores e a clareza do campo de atuação*. A essas dimensões é possível se agregar outras duas; *a existência de informação e a identificação clara de um espaço institucional de participação*.

Ora, o objeto deste Termo de Referência, associado à existência dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos rios Santa Maria da Vitória e Jucu atende a essas dimensões na sua integridade. Desta forma, revestem-se de extrema relevância o conteúdo técnico e os procedimentos metodológicos adiante explicitados.

---

<sup>1</sup> Toro, J.B.A, Werneck, N.M.D. 1997. *Mobilização Social. Um modo de construir a democracia e a participação*. Brasília, MMA/Abeas/UNICEF. 154p.

complementar o levantamento técnico do diagnóstico, informar e capacitar a população envolvendo-a na discussão das potencialidades e dos problemas hídricos e suas implicações, sensibilizar a sociedade para a responsabilidade coletiva na preservação e na conservação dos recursos hídricos e estimular os segmentos sociais a participarem do processo de gestão desses recursos.

Assim, para que o processo de gestão avance, ampliando a participação dos usuários e da sociedade bem como qualificando as ações dos Comitês, é necessário que se façam estudos de inventário das disponibilidades, demandas e usos dos recursos hídricos nas bacias visando à implantação dos instrumentos de **Planejamento** como preconiza a legislação capixaba (o destaque é para deixar claro que os levantamentos aqui necessários são destinados à escala de planejamento e não de operação).

Por outro lado, é fundamental que se perceba que o conhecimento e a informação gerados por estes estudos, serão os subsídios técnicos básicos na construção de um cenário de Enquadramento em classes conforme a Resolução CONAMA 357/05 e na definição das ações necessárias, organizadas por ordem de prioridade e ordenadas no tempo, para atender aos objetivos de qualidade estabelecidos pelo Enquadramento face aos usos futuros desejados.

Para efeito das propostas técnicas a serem apresentadas pelas empresas participantes do concurso da licitação pública, no item CONHECIMENTO DO PROBLEMA deverão ser tratadas as condições atuais de implementação do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo e o estágio de planejamento e gestão das águas em cada uma das bacias hidrográficas objeto destes estudos. Além disso, será fundamental uma avaliação de ambas no contexto econômico do Estado do Espírito Santo.

## OBJETO

Os trabalhos a serem desenvolvidos, relativamente ao objeto deste Termo de Referência, estão estruturados em três Etapas seqüenciais e inter-relacionadas. Essas Etapas e suas respectivas atividades deverão ser desenvolvidas de forma articulada e harmônica, sempre orientadas às finalidades dos estudos, conforme discriminado a seguir.

A efetiva participação social deverá consistir em processo essencial ao longo do desenvolvimento dos serviços, dentro do qual a elaboração de documentos de fácil entendimento e assimilação pela sociedade, constitui-se em fator de destaque. Entenda-se: está previsto a entrega de uma versão coloquial do relatório final conforme o item deste Termo de Referência que trata do assunto.

No entanto, como parte do processo de informação, mobilização e participação social e, em apoio para que os membros dos Comitês exerçam suas atribuições no âmbito da construção dos planos de recursos hídricos das bacias hidrográficas, deverão ser previstas formas de transpor para a compreensão de toda a sociedade, as informações contidas nos relatórios constituídos de linguagem técnica.

Este Termo de Referência norteará o desenvolvimento das propostas técnicas integrantes do processo de licitação com o conteúdo que segue.

A identificação das três Etapas em que os estudos devem se desenvolver é:

### **Etapa A – Diagnóstico e Prognóstico: consolidação das informações existentes e realização de estudos complementares.**

O diagnóstico compreende o levantamento e a avaliação integrada da situação atual dos recursos hídricos das duas bacias hidrográficas, englobando os aspectos relacionados às disponibilidades hídricas e às demandas e, sua interface com as dinâmicas, social, econômica e ambiental, regionais. É importante destacar desde logo, que não se trata de realizar o diagnóstico, mas sim, um diagnóstico necessário

e suficiente para informar a sociedade sobre o objeto alvo da sua manifestação e decisão. Ou seja, é fundamental que o diagnóstico considere as relações de causa e efeito que determinam as condições de qualidade e quantidade das águas das bacias hidrográficas em tela. O prognóstico previsto nesta Etapa corresponde àquele clássico obtido por projeções matemáticas que, no caso destes estudos, servem como balizamento técnico.

Os estudos previstos nesta Etapa estão divididos em quatro grandes atividades:

- Identificação, avaliação e consolidação das informações existentes;
- Obtenção das informações complementares;
- Consolidação do diagnóstico;
- Projeção das demandas e suas conseqüências nas condições das águas.

### **Etapa B – Cenários Futuros e de Enquadramento: definição dos usos futuros desejados para as águas superficiais das bacias hidrográficas.**

Esta Etapa pretende realizar a elaboração de cenários futuros relativamente aos recursos hídricos nas bacias dos rios Santa Maria da Vitória e Jucu.

Consiste, basicamente, na formulação de dois cenários:

- a) cenário de tendências, com as intervenções previstas a partir do levantamento realizado na Atividade A.1.4, e,
- b) cenário de Enquadramento, aquele construído a partir das definições iniciais dos Comitês sobre os usos futuros das águas da bacia hidrográfica.

Os estudos previstos nesta Etapa estão divididos em quatro blocos de atividades:

- Cenário das tendências com as intervenções já previstas nas bacias hidrográficas independentemente dos Planos;
- Processo de definição do Enquadramento (metodologia);
- Cenário do Enquadramento;
- Cenários Intermediários de Enquadramento.

Durante a formulação dos cenários futuros, a mobilização e a participação social deverão permanecer como forma de garantir a validade dos resultados obtidos, frente à lógica atual da sistemática de gestão de recursos hídricos.

### **Etapa C – Plano de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas: ações prioritizadas e critérios de Outorga e Cobrança definidos.**

A aprovação das ações a serem desenvolvidas com vistas ao Enquadramento é um dos objetos desta Etapa. Além disso, e por conseqüência, o estabelecimento das prioridades e das metas intermediárias segundo a Resolução CONAMA 357/05.

A definição de critérios para a outorga e para cobrança pelos usos da água, com vistas à implantação das ações aprovadas e a elaboração de estratégia para monitoramento de informações sobre as bacias, completa o escopo da Etapa C.

É importante lembrar que a Etapa C é o Plano propriamente dito, ou seja, o acordo social e político que viabilizará o Enquadramento.

Cabe salientar ainda que nem todas as ações que serão previstas no Plano possuirão relação direta com o Enquadramento definido a partir da Resolução CONAMA 357/2005, mas todas certamente contribuirão para minimizar as questões diagnosticadas na bacia hidrográfica que sejam diretamente relacionadas com a água, tanto em seus aspectos qualitativos quanto os quantitativos.

Nesta etapa serão desenvolvidos os seguintes estudos e atividades:

- Avaliação do custo aproximado das ações previstas para atingir o Enquadramento;
- Estudo e definição de modelos de cobrança aplicados às retiradas de água e aos lançamentos de efluentes;
- Avaliação do potencial de arrecadação dos modelos aplicados ao cenário do Enquadramento;
- Proposta de operacionalização da aplicação do Princípio Usuário-Pagador;
- Estratégia de Monitoramento de Informações sobre as bacias. Os objetivos específicos dos produtos gerados neste estudo são:

- a obtenção, a consolidação e o fornecimento das informações básicas quanto à disponibilidade qualitativa e quantitativa dos recursos hídricos das bacias hidrográficas em estudo;
  - a determinação das demandas atuais e futuras das águas superficiais.
- As águas subterrâneas participam da Etapa de diagnóstico apenas como parte do ciclo hidrológico, pois não se constituem em objeto de Enquadramento neste processo;

- a colocação destas informações disponíveis, em linguagem acessível, à sociedade através dos Comitês de Bacia;
- a fixação dos cenários de Enquadramento para as bacias hidrográficas;
- o estabelecimento do conjunto final de ações a serem implementadas no horizonte temporal de Enquadramento;
- a definição das metas intermediárias segundo a Resolução CONAMA 357/2005 e,
- o estabelecimento de diretrizes para a implementação dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos previstos na Lei 5.818/1998.

Os produtos gerados deverão desencadear um processo de reforço e qualificação da articulação das sociedades das bacias hidrográficas dos rios Santa Maria da Vitória e Jucu.

## **ESTRUTURA E DIRETRIZES GERAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS**

Neste capítulo serão descritas sumariamente as atividades que estruturarão o desenvolvimento dos estudos das Etapas A, B e C, do processo de planejamento dos usos da água integrantes do Enquadramento dos Corpos de Água em Classes e Plano de Recursos Hídricos para os rios Santa Maria da Vitória e Jucu.

Na elaboração das propostas deverão ser consideradas as etapas do Roteiro Geral Metodológico (RGM) dos trabalhos, anexo deste Termo de Referência. As etapas do RGM, definidas pelos Comitês das Bacias Hidrográficas dos rios Santa Maria da Vitória e Jucu em parceria com o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recurso Hídricos (IEMA) e a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) estão elencadas a seguir:

- 1) Instalação da Comissão de Acompanhamento dos trabalhos constituída por membros dos comitês, IEMA e UFES;
- 2) Lançamento do processo de Enquadramento para divulgação e mobilização da sociedade visando o envolvimento da mesma no processo;
- 3) Definição das Unidades de Planejamento nas bacias hidrográficas;
- 4) Identificação e definição das variáveis a serem utilizadas no Diagnóstico;
- 5)

Levantamento de dados e informações sobre a situação atual da bacia hidrográfica – Diagnóstico; 6) Determinação do Cenário de Enquadramento; 7) Avaliação dos graus de dificuldade de cumprimento do cenário de Enquadramento; 8) Elaboração das propostas de ação – Plano de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas e 9) Divulgação dos resultados.

As propostas encaminhadas à licitação pública deverão apresentar conceitos, metodologias e resultados para cada item, abrindo ou não em atividades e ações, conforme o que segue.

#### **- Atividades Preliminares**

Estas atividades são imprescindíveis para que os objetivos das diferentes tarefas sejam alcançados. Elas deverão ser pensadas, planejadas e, algumas até executadas, antes do início das atividades que integram o processo de planejamento dos usos da água propriamente dito.

Para efeitos da elaboração de propostas técnicas do processo de licitação, apresentase a seguir o conteúdo mínimo orientador de cada atividade.

#### **Atividade Preliminar 01 – Oficina de Contextualização**

Para iniciar os trabalhos, será realizada uma Oficina de Contextualização que deverá contar com a participação da Contratada por meio de sua equipe designada para desenvolver os trabalhos descritos neste Termo de referencia

A Oficina terá como objetivo a homogeneização do conhecimento, sendo que todos os técnicos envolvidos deverão participar da mesma, tendo a oportunidade de conhecer o Sistema de Recursos Hídricos do Espírito Santo e os Comitês de Bacia dos rios Santa Maria da Vitória e Jucu.

Cada participante, especialista da equipe técnica, terá oportunidade de perceber o

objeto específico e a importância do seu trabalho articulado com o todo, entendendo o processo de gestão e a necessidade da participação da comunidade. O conhecimento da inserção do seu trabalho no todo e a importância da participação da comunidade no processo, fará com que o técnico entenda e cumpra melhor o seu papel na equipe e nos contatos com a comunidade.

A Oficina será conduzida pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA, pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES e pelos Comitês de Bacia. Os custos referentes à participação da equipe técnica da empresa contratada na oficina serão de responsabilidade da mesma e aqueles relativos à infraestrutura física serão de responsabilidade do IEMA.

#### **Atividade Preliminar 02 – Plano de Trabalho Consolidado**

Esta atividade consistirá na apresentação pela empresa Contratada de um Plano de Trabalho Consolidado onde estarão indicados claramente, em cada uma das etapas, os procedimentos metodológicos a serem empregados, muito especialmente nas atividades referentes à mobilização social, incluindo aquelas voltadas ao fortalecimento da atuação dos representantes das entidades membros dos Comitês de Bacia junto aos seus representados.

Esta tarefa também deverá agregar conhecimentos e experiências relatadas na Oficina de Contextualização da equipe técnica mencionado na Atividade Preliminar 01.

**Atividade Preliminar 03 – Levantamento de aspectos históricos da ocupação das bacias hidrográficas dos rios Santa Maria da Vitória e Jucu, organização social, aspectos institucionais e legais voltados à questão ambiental e de recursos hídricos.**

Para a execução desta tarefa, a Contratada deverá buscar o conhecimento das características gerais da população das bacias dos rios Santa Maria da Vitória e Jucu, sua origem e sua organização por meio da identificação de hábitos e práticas

cotidianas. Além disso, é importante o conhecimento das representações simbólicas que identificam as diversas formas de relação da população de cada uma das bacias hidrográficas com os recursos naturais, em especial o recurso água.

São também aspectos importantes a serem considerados no desenvolvimento desta Atividade, as questões institucionais e legais próprias das bacias hidrográficas referentes à gestão ambiental como um todo e de recursos hídricos em particular.

A Contratada deverá também identificar as lideranças de setores representativos e que sejam potenciais parceiros no processo de planejamento e gestão dos recursos hídricos, bem como o atual grau de consideração da mídia para com as questões que envolvem os usos da água nas bacias hidrográficas. Esta identificação será importante para um maior envolvimento da sociedade nas diferentes etapas do Projeto. É importante destacar que o método de desenvolvimento desta atividade integra as propostas técnicas do processo de licitação.

A título de orientação, lembra-se aqui da importância do calendário dos eventos religiosos, culturais e econômicos permanentes nos municípios que integram as bacias hidrográficas.

#### **Atividade Preliminar 04 – Seleção e proposição de modelos de apoio à decisão**

Em vários momentos do desenvolvimento deste estudo surgirá a necessidade de envolver a comunidade e, ou, o Comitê num processo de decisão, para tanto deverão ser identificados e apresentados modelos, sejam eles de avaliação da qualidade e da quantidade da água, sejam de estabelecimento de prioridades de intervenção, que auxiliem o processo e façam com que o resultado seja o mais representativo possível.

Assim, a utilização de modelos de apoio à decisão deverá ser criteriosamente avaliada em diferentes momentos do processo de planejamento como forma de subsidiar e apoiar as decisões dos Comitês de Bacia.

O tipo de modelo e o momento adequado de sua utilização farão parte da proposta metodológica sugerida pelas Proponentes no procedimento da licitação pública, mesmo que eventualmente possa não ser utilizado quando da execução dos estudos. Isso se explica porque o processo metodológico a ser utilizado para o repasse das informações, a mobilização e a participação da sociedade via as categorias dos Comitês poderá ou não se valer de modelos computacionais. No entanto é importante que as empresas concorrentes demonstrem conhecimento sobre o tema.

#### **Atividade Preliminar 05 – Plano de Informação e Mobilização Social**

Projeto geral de condução do processo de informação e de mobilização social para a participação na construção do *ENQUADRAMENTO DOS CORPOS DE ÁGUA EM CLASSES E PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS PARA OS RIOS SANTA MARIA DA VITÓRIA E JUCU*. A mobilização e a participação social serão conduzidas pelos Comitês de Bacia, cabendo à Contratada dar suporte operacional ao processo e, aos parceiros IEMA e UFES, a supervisão.

A Contratada deverá propor meios de como a sociedade será envolvida em todas as etapas do processo de planejamento, destacando como indispensáveis os seguintes momentos: apropriação, discussão e validação do diagnóstico; manifestação de vontade quanto aos usos futuros da água; definição do Enquadramento, dos acordos futuros e dos prazos para o seu cumprimento.

Sugere-se que, para efeito da construção das propostas técnicas das concorrentes do certame de licitação, os processos efetivados no Brasil, em especial no Estado do Rio Grande do Sul, sejam conhecidos, analisados e avaliados em seus aspectos metodológicos, de eficiência e de eficácia. Ressalta-se que o Estado do Rio Grande do Sul é referência na condução de processos sociais participativos (com destaque para o “orçamento municipal participativo”) e está entre os estados que mais se destacam em termos de aplicação prática da gestão integrada e participativa de recursos hídricos, a exemplo da integração com o gerenciamento costeiro, de grande relevância para o estado do Espírito Santo.

**- Etapa A – Diagnóstico e Prognóstico: consolidação das informações existentes e realização de estudos complementares nas bacias hidrográficas dos rios Santa Maria da Vitória e Jucu.**

A Etapa de Diagnóstico e Prognóstico compreenderá o levantamento e a avaliação integrada da situação atual dos recursos hídricos superficiais e dos subterrâneos (considerados como parte do ciclo hidrológico) das bacias hidrográficas dos rios Santa Maria da Vitória e Jucu.

Serão observados os aspectos relacionados à disponibilidade, à demanda, à qualidade da água, aos usos do solo, aos usos da água e aos conflitos a eles relacionados. Esses aspectos técnicos deverão estar referidos à dinâmica sócio-ambiental da região e envolver a articulação das diferentes áreas do conhecimento relacionadas ao tema, de modo a evidenciar as restrições e as potencialidades dos recursos hídricos, associadas às demandas para os diversos usos, atuais e futuros.

A Etapa de Diagnóstico e Prognóstico dos recursos hídricos das bacias hidrográficas dos rios Santa Maria da Vitória e Jucu compreenderá, no mínimo, os estudos e atividades descritos nos itens A.1, A.2 e A.3.

É importante ainda informar que, para efeito das propostas técnicas integrantes da licitação, as empresas, a partir de suas experiências, poderão agregar conteúdo aos estabelecidos por este Termo de Referência, desde que, com ele, não estabeleça contradição.

**- Identificação e consolidação das informações existentes.**

– Identificação e definição das variáveis a serem utilizadas no Estudo. Conhecer a realidade, de forma a estabelecer as relações de causa e efeito que determinam as condições de qualidade e quantidade da água numa bacia hidrográfica, não requer a avaliação indiscriminada de toda a realidade, físico- ambiental, social, cultural e econômica da região. É preciso identificar as informações mínimas necessárias e

suficientes para o cumprimento dos objetivos do Estudo.

Por outro lado, dependendo do estágio de planejamento do uso da água em cada bacia hidrográfica e, por consequência, do objeto destes estudos, as questões a serem avaliadas poderão ser bastante diversas.

Assim, fará parte das propostas a serem encaminhadas pelas eventuais licitantes e também dos planos de trabalho consolidados, a definição prévia de quais variáveis serão selecionadas e utilizadas para a avaliação da realidade atual das bacias hidrográficas.

#### **– Coleta e sistematização das informações existentes.**

A Contratada deverá buscar informações e estudos disponíveis, referentes às bacias dos rios Santa Maria da Vitória e Jucu ou a elas associados. Deverão ser realizadas a análise, a avaliação e a consolidação de todos os estudos técnicos existentes que dão conta das condições sócio-ambientais das bacias hidrográficas, identificando as informações não disponíveis e explicitando as relações de causa e efeito entre as condições sociais e econômicas da região e suas condições ambientais, com ênfase na quantidade e na qualidade da água.

– Estruturação e disponibilização de uma base de dados compatível com o Sistema de Informações de Recursos Hídricos do IEMA.

A Contratada deverá estruturar e disponibilizar uma base de dados das bacias hidrográficas dos rios Santa Maria da Vitória e Jucu. As informações e produtos destes Estudos deverão ser incorporados e integrados ao Sistema de Informações de Recursos Hídricos do IEMA na forma de uma base de dados, os quais, quando espaciais, deverão ser georreferenciados.

#### **– Definição das unidades de gestão.**

Baseada em critérios técnicos a Contratada proporá uma divisão de cada uma das bacias hidrográficas em unidades de planejamento e gestão de recursos hídricos ou

sub-bacias, permitindo a segmentação dos estudos para fins de análise e apresentação.

Esta divisão será debatida nos Comitês de Bacia. A ela serão ou não agregados valores sociais e culturais tipicamente regionais e, finalmente aprovada pelo Comitê, assessorado pela empresa e por técnicos do IEMA e da UFES. Tal segmentação é fundamental para a definição do Enquadramento, para a espacialização das ações daí decorrentes e também para a Outorga do direito de uso da água.

- Levantamentos de programas, ações, projetos e intervenções previstas nas bacias hidrográficas no período de 20 anos.

A Contratada deverá identificar, organizar e relacionar os diversos projetos, intervenções, ações e programas previstos, num horizonte de 20 anos, para a região das bacias dos rios Santa Maria da Vitória e Jucu, sejam eles de natureza pública ou privada, que forem considerados relevantes e passíveis de causar impactos (positivos ou negativos) sobre os recursos hídricos nas bacias, a exemplo de projetos de construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), irrigação, adequação ambiental, entre outros.

Dessa forma, deverão ser buscadas informações junto aos órgãos públicos e instituições privadas referentes a intervenções que estejam previstas e que possam interferir nos aspectos qualitativos e quantitativos dos recursos hídricos. Ressalta-se a importância de informações dos planos de gestão costeira e Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Espírito Santo.

### **– Obtenção de informações complementares**

Por *informações complementares* entendam-se aquelas consideradas como fundamentais ao processo de planejamento dos usos da água, primeiro pelas Proponentes e depois pelo conjunto IEMA-UFES-Comitês, mas que não existem ou que estejam comprometedoramente desatualizadas.

A Contratada deverá obter, através de pesquisa participativa, as informações básicas que não se encontram disponíveis nas fontes convencionais de pesquisa, ou por sua natureza, ou por sua atualidade. Face a esta característica a pesquisa deverá ser realizada, preferencialmente através das categorias de representantes dos Comitês, utilizando-se para tal, métodos e procedimentos adequados.

Neste caso, entenda-se por pesquisa participativa a busca de informações com a participação efetiva de quem as produziu e de quem as guarda.

### **– Qualidade das Águas Superficiais.**

A Contratada realizará uma proposta de monitoramento da qualidade da água de toda a bacia, de modo complementar ao monitoramento existente, se for o caso. A proposta deverá conter, no mínimo, coletas em períodos que caracterizem a sazonalidade das precipitações pluviométricas e as conseqüentes vazões e os parâmetros deverão avaliar as influências dos usos do solo e da água. A proposta será aprovada pela Comissão de Acompanhamento (a ser definida pelo IEMA).

Os pontos de monitoramento deverão ser dispostos em locais onde a rede atual, não esteja avaliando, destacando-se a avaliação da foz dos principais contribuintes aos rios, Santa Maria da Vitória e Jucu. Caberá à Contratante a aprovação final dos locais.

Os parâmetros físicos, químicos e biológicos a serem analisados, serão os mesmos da Rede de Monitoramento da Qualidade da Água existente e coordenada/monitorada pelo IEMA (e outros órgãos, se for o caso) acrescentando os parâmetros que melhor caracterizem o uso da água e do solo que drenam para cada ponto monitorado.

Os métodos de coleta e análises laboratoriais das amostras deverão atender às normas técnicas utilizadas e, ou, indicadas pelo IEMA, devidamente relatadas e justificadas, devendo especificar os limites de detecção.

### **– Quantidade das Águas Superficiais**

Para os estudos de disponibilidade hídrica deverão ser considerados os estudos de regionalização para as bacias dos rios Santa Maria da Vitória e Jucu disponíveis no IEMA/ES, que deverá ser contatado antes da elaboração de qualquer proposta.

A.2.3. Levantamento de pontos ou trechos em função de eventos críticos, em especial, cheias e assoreamento.

As Licitantes deverão relacionar e avaliar trechos de rios onde eventos como o assoreamento e as cheias causem problemas críticos e recorrentes.

A Contratada deverá propor soluções para serem discutidas com o Comitê e os envolvidos em cada uma das situações levantadas.

### **– Consolidação do diagnóstico**

Neste item a Contratada consolidará o balanço hídrico nas bacias dos rios Santa Maria da Vitória e Jucu a partir das informações existentes e das complementares, bem como as demais informações importantes para a gestão dos recursos hídricos, obtidas nos itens anteriores.

Em um Plano de Recursos Hídricos as ações a serem implantadas, estruturais ou não estruturais, são decorrentes do resultado do confronto entre as condições atuais das águas com suas causas e as condições futuras definidas no Enquadramento.

### **– Caracterização do uso e ocupação atual do solo**

Todas as informações disponíveis deverão ser sistematizadas e apresentadas sob a forma de análise e conclusões. É preciso destacar novamente a importância de caracterizar, da melhor forma possível, as relações de causa e efeito entre as condições de uso e ocupação do solo e as condições de qualidade e de quantidade

da água das bacias hidrográficas. Para a apresentação das informações e dos mapas, a Contratada deverá consultar o IEMA. A escala a ser utilizada nos trabalhos deverá ser de 1:50.000 ou com maiores detalhes conforme disponível no IEMA na época da realização dos trabalhos. A utilização de outras bases de dados, além das que se encontrarem disponíveis no IEMA, serão consideradas pertinentes e bem-vindas desde que não alterem os custos dos trabalhos.

Enfatiza-se a necessidade de ser analisada a evolução histórica da ocupação e exploração econômica das bacias hidrográficas, destacando a associação desses processos com os usos das águas e os impactos sobre os recursos hídricos, visando subsidiar a compreensão da dinâmica temporal e espacial dos padrões regionais de ocupação.

Também tem importância a identificação das áreas de influência dos principais núcleos urbanos e a tendência de crescimento das cidades (verificar a existência de Planos Diretores, leis de parcelamento do solo e outras legislações correlatas) e a identificação das diretrizes da política de desenvolvimento econômico estadual, setores com incentivo e também planos de expansão das principais empresas.

#### **– Diagnóstico das disponibilidades hídricas**

As informações sobre a disponibilidade hídrica em cada bacia hidrográfica serão consolidadas a partir dos dados existentes e dos que forem obtidos especialmente para estes estudos. Serão abordados tanto os aspectos quantitativos quanto os qualitativos, ou seja, quanto se dispõe de água e em que condições de qualidade. Ressalta-se aqui mais uma vez a importância da correlação entre as informações do item A.3.1 e as deste item (A.3.2).

O diagnóstico da disponibilidade hídrica também tratará das águas superficiais e das águas subterrâneas das bacias, guardadas as diferenças de enfoque. Também serão avaliados outros aspectos relevantes relacionados à dinâmica fluvial e à estrutura e características geológicas e de solo com conseqüências na disponibilidade hídrica (processos erosivos e de sedimentação, caso ocorram).

### **– Diagnóstico e prognóstico das demandas hídricas**

Deverão ser consolidadas as informações da situação atual quanto à demanda hídrica nas duas bacias hidrográficas, caracterizada tanto pelos usos setoriais quanto pela demanda ecológica, ou seja, de manutenção da vida nas águas das bacias. Relembra-se aqui que não serão pesquisados dados primários para caracterizar o perfil da demanda hídrica. Serão trabalhados dados existentes, salvo em situações já previstas neste Termo de Referência.

Chama-se a atenção das Proponentes para a consideração dos usos consuntivos e não consuntivos, bem como as demandas para proteção e conservação da vida aquática. É objeto desta tarefa a consolidação de um quadro futuro baseado nas perspectivas de evolução das demandas estimadas a partir da análise das políticas, planos ou intenções setoriais de uso, controle e proteção dos recursos hídricos.

Quanto aos usos múltiplos da água deverão ser apresentadas as informações específicas para cada uso:

- abastecimento público - descrição dos mananciais superficiais e subterrâneos, e resumo dos projetos existentes;
- sistemas de esgotos sanitários - avaliação da cobertura atual, a geração atual e futura, os locais de lançamento, os planos complementares, bem como a existência ou não de Planos de Saneamento Municipal, Regional e Estadual;
- resíduos sólidos – levantamento dos depósitos de resíduos urbanos, industriais e outros que possam causar contaminação nas águas superficiais e subterrâneas das bacias;
- drenagem pluvial – identificação de sistemas parciais ou totais, adequados ou não; principais problemas existentes (arraste de materiais através do sistema de drenagem, assoreamento, comprometimento dos cursos de água a jusante, dentre outros);
- agropecuária - caracterização das principais atividades agropecuárias desenvolvidas nas bacias, verificando sua adequação aos recursos disponíveis;

- irrigação – identificação, quantificação e conseqüências da agricultura irrigada;
- uso industrial - definição do perfil industrial da região, avaliando as possibilidades de expansão e sua relação com os recursos hídricos;
- transporte hidroviário – existência ou não deste uso, análise da situação atual e as perspectivas futuras;
- mineração – levantamento, junto aos órgãos competentes, da existência ou não deste uso nas bacias. Análise da situação atual e avaliação da potencialidade das jazidas;
- pesca e aqüicultura – caracterização da atividade pesqueira, com análise da evolução da pesca, das suas tradições nas bacias e sua importância econômica. Levantamento das espécies de peixes residentes ou cultivados, identificando fatores/condições favoráveis e desfavoráveis à sobrevivência e ao desenvolvimento da ictiofauna;
- turismo e lazer – caracterização do potencial turístico e de lazer associado aos recursos hídricos, identificando os sítios de interesse e as demandas hídricas em quantidade e qualidade. Nesta fase deverão ser considerados os planos de expansão do setor;
- preservação ambiental – identificação de áreas com vocação e condição para serem preservadas (banhados, nascentes, áreas úmidas, dentre outros). Identificação de trechos fluviais com risco de comprometimento da biota aquática. É importante lembrar aqui que, segundo a Resolução CONAMA 357/2005, trechos de classe especial, pelos usos compatíveis, não permitem usos humanos com efluentes de qualquer ordem.
- geração de energia – identificação e caracterização das ações já existentes nas bacias para a geração de energia elétrica e identificação das potenciais demandas para expansão desta atividade;
- identificação de características naturais ou não que possam comprometer determinados usos pretendidos nas bacias (por exemplo, ocorrência de floração de cianobactérias, etc.).
- bens e serviços fornecidos por estuários e manguezais – colaborar com a manutenção destes bens e serviços a partir do planejamento integrado da bacia

hidrográfica com os sistemas costeiros.

Nesta etapa do trabalho deverão ser previstos eventos de consultas públicas setoriais onde serão apresentadas as informações levantadas, com o objetivo de se obter um Diagnóstico Consolidado validado pelos diferentes setores usuários das bacias dos rios Santa Maria Vitória e Jucu. Esses eventos deverão fazer parte do Plano de Informação e Mobilização Social a ser implementado via Comitê de Bacia previsto na Atividade Preliminar 05.

### **– Balanços hídricos**

Neste item será efetuado o balanço entre a disponibilidade e a demanda hídrica atual e serão analisadas as tendências de evolução da demanda, no espaço e no tempo, sem considerar qualquer intervenção. Essa avaliação permitirá a identificação dos conflitos entre oferta e demanda e a análise e a justificativa de estratégias de intervenções a serem estudadas na elaboração da Etapa C, com o objetivo de otimização da disponibilidade qualitativa e quantitativa.

O balanço hídrico para um cenário futuro pode ser entendido como o resultado do confronto entre as disponibilidades e as tendências de evolução das demandas hídricas ao longo do tempo, considerando que as políticas e situações não irão diferir radicalmente das atuais.

### **6.3 - Etapa B – Cenários Futuros e de Enquadramento: definição dos usos futuros desejados para as águas superficiais das bacias hidrográficas.**

No processo de planejamento de recursos hídricos, aqui proposto, a Etapa B consiste na elaboração de cenários futuros, de natureza qualitativa e quantitativa para as bacias dos rios Santa Maria da Vitória e Jucu.

Basicamente, serão formulados dois cenários: um com as intervenções previstas (identificadas no item A.1.4) e outro, de Enquadramento, a partir das definições dos Comitês de Bacia sobre os usos futuros das águas nas bacias hidrográficas. Nos

cenários futuros deverão ser considerados os fatores que poderão impactar de forma qualitativa e quantitativa os recursos hídricos nas bacias consideradas.

Como instrumento de gestão previsto na legislação, *Enquadramento é a definição pelo Comitê de Bacia, a partir de estudos técnicos e ouvida a sociedade, dos usos futuros pretendidos das águas da bacia hidrográfica, bem como a definição de metas para o cumprimento desses objetivos dispostas no tempo, conforme estabelece a Resolução CONAMA 357/2005.*

Vale destacar que a manifestação de vontade da sociedade quanto aos usos futuros das águas de uma bacia hidrográfica via Comitê da Bacia, não se caracteriza como um cenário futuro, mas como um momento importante e fundamental da construção do cenário de Enquadramento propriamente dito, este sim um cenário de futuro.

Para encaminhar a conclusão desta Etapa serão realizadas a análise e a seleção de estratégias de intervenção. Seja visando o incremento da disponibilidade hídrica, se for o caso, seja pela identificação de medidas mitigadoras (de qualquer natureza) para a redução da carga de poluentes nos cursos de água, em função das demandas atuais e projetadas nos cenários, articulando os diversos interesses de uso dos recursos hídricos, internos e externos às bacias.

A Etapa se conclui com a elaboração da proposta de Enquadramento dos corpos de água superficiais de cada uma das bacias hidrográficas objeto dos estudos descritos nestes Termos de Referência. Os estudos deverão ser desenvolvidos em quatro blocos de atividades conforme segue.

#### **- Cenário de tendências com as intervenções previstas.**

Neste cenário futuro, construído a partir do cenário atual, a Contratada deverá incorporar as intervenções previstas e identificadas no item A.1.4 mais os acordos de futuro já vigentes nos Comitês de Bacia, se houverem. O estudo deste cenário mostrará as tendências da bacia hidrográfica e as facilidades ou não do cumprimento dos objetivos de qualidade definidores ou exigidos pelo Enquadramento.

A formulação do cenário de tendências com as intervenções previstas deverá pressupor a evolução da situação atual, com base nas expectativas futuras reais, quanto à disponibilidade e ao uso dos recursos hídricos. O cenário deverá considerar, em princípio, um horizonte de 20 anos.

Com base nos resultados acima, a Contratada apresentará aos Comitês a situação futura dos recursos hídricos tanto da bacia hidrográfica do rio Santa Maria da Vitória quanto do rio Jucu, considerando a efetiva implantação das intervenções previstas.

Aqui é fundamental que sejam estabelecidas relações entre disponibilidades e demandas hídricas, tanto em termos quantitativos, como qualitativos. Deverão ainda ser comentadas estas situações, explicitando os casos de normalidade, excesso ou escassez de água.

O cenário de tendências é, normalmente, uma meta intermediária entre o cenário atual e o cenário de Enquadramento.

#### **– Processo de Definição do Enquadramento (Metodologia).**

Aqui, tal como em momentos anteriores deste Termo de Referência será necessário conhecer adequadamente o Roteiro Geral Metodológico (Anexo) desenvolvido pelos parceiros IEEMA e UFES em conjunto com os Comitês de Bacia para a construção do Enquadramento e do Plano de Recursos Hídricos para as bacias hidrográficas dos rios Santa Maria da Vitória e Jucu. Esse processo metodológico articula o saber técnico com o saber social e orienta a forma de envolver a sociedade das duas regiões através dos respectivos Comitês.

Nele está prevista a realização de eventos, a produção de material didático e informativo, o deslocamento para diferentes pontos das bacias hidrográficas e outras atividades que gerarão a necessidade de apoio técnico e logístico.

Para participar da licitação pública e realizar os estudos objeto deste Termo de Referência, as Proponentes deverão conhecer o processo metodológico acima referido, anexo ao Termo de Referência e oferecer sugestões e alternativas de elaboração e realização dos materiais e dos eventos lá previstos.

Outras formas de informação, mobilização e participação social poderão ser pensadas e propostas, sempre para ser executadas pelos Comitês da Bacia com o apoio logístico (infra-estrutura local, equipamentos, convites, material de apoio à divulgação, gravações, atas, etc.) da Contratada e supervisão final do IEMA.

#### **- Cenário de Enquadramento.**

A partir do cenário atual, a Contratada estabelecerá um rol geral de ações necessárias, inclusive comportamentais e institucionais, que garantirá as condições de qualidade e quantidade das águas para os cenários de Enquadramentos definidos em cada bacia hidrográfica.

Dentre as ações de diferentes naturezas a serem identificadas e arroladas, estes Termos de Referência destacam a necessidade de contemplar a integração entre a gestão de recursos hídricos e a gestão territorial, em especial aquela de âmbito municipal.

Se houver situação de *Pré-enquadramento*, ou seja, se não houver consenso para alguma ou para todas as Unidades de Gestão, esse rol deverá ser estabelecido para as diferentes situações onde não exista, momentaneamente, decisão de usos futuros ou classes de Enquadramento segundo a Resolução CONAMA 357/2005.

O conjunto de ações necessárias por Unidade de Gestão, face à sua complexidade técnica ou não, ao seu custo ou a sua viabilidade social e política permitirá aos atores

envolvidos com as ações e aos próprios Comitês Santa Maria da Vitória e Jucu, a percepção dos níveis ou graus de dificuldades para o cumprimento dos objetivos de qualidade. Entram aqui, como variáveis de ponderação, os prazos finais e intermediários para o cumprimento do Enquadramento.

Nesta etapa também deve ser definida a vazão de referência. Esta será a vazão em cujo tempo de permanência pretende-se que o Enquadramento seja atendido, conforme Resolução CONAMA 357/2005.

#### **- Cenários intermediários de Enquadramento.**

Em função da distância existente entre a qualidade da água atual e a qualidade necessária para os Enquadramentos aprovados deverão ser definidas metas intermediárias e estabelecidos prazos para que as mesmas sejam atingidas, conforme prevê a Resolução CONAMA 357/2005. A partir dos resultados alcançados nos itens B.1, B.2 e B.3, serão definidas metas intermediárias mais objetivas e viáveis em prazos menores que os prazos finais de Enquadramento.

A Contratada com base em considerações técnicas estabelecerá as ações e intervenções necessárias ao cumprimento do Enquadramento segundo metas intermediárias com critérios de prioridade a serem definidos pelo Comitê de Bacia. Destacam-se como considerações técnicas a qualidade atual, a vazão do rio e conseqüentemente sua capacidade de autodepuração.

Assim, ao final das atividades deste item, os Comitês Santa Maria da Vitória e Jucu terão definido uma "escadaria" com patamares (metas intermediárias) para o cumprimento do Enquadramento, no horizonte definido.

A Contratada proporá, para cada um desses patamares, um conjunto de ações estruturais e não estruturais consideradas prioritárias pela sociedade da bacia e pelos usuários pagadores.

#### **6.4 - Etapa C – Plano de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas: ações prioritizadas, critérios de Outorga e Cobrança definidos, Estratégia para Monitoramento das Informações**

O Plano de Recursos Hídricos é um conjunto de acordos sociais e políticos construído a partir de uma base técnica e composto por programas, projetos, ações e normas, a serem realizadas ao longo do tempo a fim de se atingir as metas intermediárias e final do Enquadramento.

Portanto, a Etapa C se constitui na elaboração do Plano de Recursos Hídricos propriamente dito, o qual deverá conter as ações previstas para o alcance das metas intermediárias e final do Enquadramento bem como os custos de implementação e operação das ações na aplicação prática dos objetivos de um Plano de Ações para a preservação, conservação e recuperação dos recursos hídricos com vistas aos diferentes usos atuais e futuros da água.

O Plano de Recursos Hídricos também deverá conter propostas sobre modelos de cobrança a serem aplicados para as captações e diluição de efluentes nas bacias e a avaliação do potencial de arrecadação de cada modelo considerando o cenário de Enquadramento, além de propostas para operacionalização do princípio usuário-pagador, diretrizes para a Outorga e estratégia para monitoramento das informações nas bacias.

Os estudos a serem aqui desenvolvidos proporão modelos de cobrança pelo uso da água como forma de contribuir no enfrentamento das ações definidas pelos Comitês de Bacia nas Etapas anteriores.

Definidas as intervenções para cada meta intermediária a partir dos valores e critérios sociais e políticos estabelecidos pelas comunidades das bacias hidrográficas, parte-se para uma avaliação financeira das ações previstas. Isso permitirá testar e ajustar os modelos teóricos de cobrança tanto para as retiradas de água (captações e derivações) quanto para a diluição de efluentes.

**– Avaliação do custo aproximado das ações previstas para atingir o Enquadramento.**

Neste item, a Contratada deverá estimar os custos de implantação e operação, se for o caso, das ações previstas para o cumprimento dos Enquadramentos e das metas intermediárias, quando houver, das bacias dos rios Santa Maria da Vitória e Jucu.

A informação aqui produzida permitirá aos Comitês uma noção mais aproximada do porte das questões a serem enfrentadas, podendo subsidiar a definição e priorização das ações a serem implementadas. Além disso, permitirá estudar melhor os modelos teóricos de cobrança que serão desenvolvidos no item seguinte deste Termo de Referência.

**– Estudo e definição de modelos de cobrança para as retiradas e para a diluição de efluentes.**

A partir da experiência nacional com modelos para a cobrança pelos usos da água, a Contratada deverá desenvolver uma proposta adequada às características de cada uma das bacias hidrográficas.

Especial cuidado deverá ser conferido às condições atuais e futuras dos principais usos da água e aos valores e critérios sociais e políticos a serem definidos pelos Comitês de Bacia.

**– Avaliação do potencial de arrecadação dos modelos, aplicação ao cenário do Enquadramento.**

Definidos os modelos mais adequados e aceitos pelos Comitês, deverá ser avaliado o potencial de arrecadação para os horizontes parciais e para o final do Enquadramento.

Esse deverá ser aplicado ao rol de ações anteriormente definido por patamar (meta intermediária) para a identificação e definição final daquelas intervenções a serem financiadas pela cobrança pelo uso da água.

É sempre importante lembrar que a cobrança pelo uso da água é apenas mais uma fonte de recursos e que sozinha não financia as necessidades de intervenções em

uma bacia hidrográfica, para melhorias quanto à qualidade e a quantidade de água. Assim, as outras intervenções serão financiadas por outras fontes.

**– Proposta de operacionalização da aplicação do princípio usuário- pagador e definição de diretrizes gerais de Outorga**

Neste item deverá ser proposto um modelo institucional e operacional de implantação e funcionamento de tudo que ficou definido no processo de construção dos Planos de Recursos Hídricos das Bacias.

Arranjo institucional, instrumentos operacionais, ações do Plano financiáveis, prazos, formas de retorno são apenas exemplos de temas a serem organizados e propostos neste item final.

Finalmente, com base nos usos futuros das águas, das ações necessárias, das metas intermediárias, de tudo o que foi estabelecido até aqui, serão definidas propostas de operacionalização da aplicação do princípio usuário-pagador e diretrizes gerais para a Outorga do uso da água em cada uma das bacias hidrográficas estudadas.

**– Estratégia de Monitoramento de Informações sobre as Bacias**

A Contratada deverá apresentar uma estratégia contínua para medição de informações de forma a permitir um monitoramento das bacias.

Esta estratégia de monitoramento deverá incluir informações como a frequência para obtenção/atualização das informações, estações de amostragem, parâmetros a serem avaliados, ou seja, trata-se de uma proposta de avaliação contínua que permita análises e observações futuras para adequações e intervenções as quais deverão considerar a evolução das metas progressivas para se atingir o enquadramento proposto.

## DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DE PROPOSTAS

### - Diretrizes técnicas

As empresas que entrarem na licitação (Proponentes) deverão incorporar na Proposta Técnica para o desenvolvimento dos trabalhos, no mínimo, as diretrizes descritas a seguir:

- conter a descrição do conhecimento dos problemas gerais pertinentes aos recursos hídricos das bacias hidrográficas em questão, de forma a evidenciar que a Proponente está plenamente habilitada a apresentar as metodologias mais adequadas para a execução do trabalho;
- explicitar todos os procedimentos metodológicos a serem utilizados para o desenvolvimento de todo o trabalho, com base em técnicas que evidenciem o inter- relacionamento dos recursos hídricos com as diferentes áreas do conhecimento e as estratégias que serão utilizadas para o desenvolvimento de análise interdisciplinar capaz de associar informações e dados dos diferentes temas;
- considerar a utilização, para os estudos a serem realizados, de mapeamentos básicos em escalas adequadas a cada situação ou tema e,
- considerar que as atividades serão desenvolvidas, com base em dados secundários disponíveis, devendo-se efetuar levantamento de dados primários apenas para as atividades discriminadas nos Termos de Referência, quando houver ausência ou insuficiência de informações.

**Observação:** *estes Termos de Referência não contém o detalhamento metodológico para execução das atividades que o compõem. Este será um dos aspectos preponderantes na avaliação das propostas técnicas integrantes do certame de licitação.*

As Proponentes poderão apresentar nas suas propostas metodológicas sugestões de técnicas para o envolvimento da sociedade no processo, através dos Comitês Santa

Maria da Vitória e Jucu, contendo uma sucinta descrição do material a ser produzido e dos eventos públicos a serem organizados.

A proposta apresentada para o certame de licitação não será, necessariamente, aquela utilizada no desenvolvimento dos estudos já que essa será fruto do debate com os Comitês.

## **7.2 - Apresentações dos produtos**

Os resultados dos trabalhos deverão ser apresentados em forma de relatórios técnicos, mapas, arquivos digitais e banco de dados, a seguir discriminados.

- RELATÓRIO TÉCNICO (RT) - documento no qual se apresentam os resultados específicos de atividades consideradas importantes. Deverá ser encaminhado com encadernação simples (mola espiral) em 03 (três) vias e em 03 (três) cópias em meio magnético. Ver item 09 deste Termo de Referência;
  
- RELATÓRIO DE ETAPA (RE) – documento onde se apresentam os produtos das Etapas de Diagnóstico (A), dos Cenários (B) e do Plano de Ações (C). Deverá apresentar todos os resultados das atividades integrantes de cada Etapa. O conjunto deverá ser encaminhado em encadernação simples de mola espiral em 03(três) vias e em 03 (três) cópias em meio magnético;
  
- RELATÓRIO FINAL SÍNTESE (RS) - Documento destinado a caracterizar o produto final e conclusivo dos serviços e que serve de referência para a liberação do pagamento final. Deverá ser apresentado em encadernação especial de capa dura reforçada, em 03 (três) vias. Encartado no Espírito Santo deverá ser entregue, em meio magnético, uma versão coloquial acessível ao usuário/leitor. Após a aprovação do encarte serão produzidas 100 (cem) cópias em meio magnético e 100 (cem) cópias em papel. A arte final (originais gráficos) deverá ser entregue ao IEMA.

Para a apresentação de todos os mapas elaborados ao longo do trabalho o IEMA deverá ser previamente consultado.

## PRAZOS, VALOR MÁXIMO E CRONOGRAMA SUGESTIVO

O prazo total para o desenvolvimento dos estudos é de **360 (trezentos e sessenta) dias corridos**, contados conforme especificado no Contrato, sendo o valor máximo de **R\$ 900.000,00** (novecentos mil reais).

O Plano de Trabalho elaborado pelas Proponentes deverá observar os prazos parciais para cada uma das Etapas de trabalho, contados em meses corridos, incluindo todas as atividades previstas. A seguir um cronograma sugestivo.

### ATIVIDADES\DIAS

AP01 – Oficina de Contextualização	até o 15º dia	AP02 – Plano de
Trabalho Consolidado	até o 30º dia	AP03 – Aspectos
Históricos e...	até o 60º dia	
AP04 – Modelos	até o 45º dia	
AP05 – Projeto de Infor. Mobil. e Partic.	até o 90º dia	

	– Variáveis até o 30º dia
30º dia	– Informações Existentes até o
	– SIG até o 45º dia
dia	– Unidades de Gestão até o 30º
30º ao 60º dia	– Programas Existentes do
	– Qualidade da Água do 30º ao
60º dia	– Quantidade de Água do 30º ao
60º dia	– Eventos Críticos do 30º ao
60º dia	– Uso do Solo do 30º ao 90º dia

- Disponibilidade do 30º ao 90º dia
- Diagnóstico e Prognóstico do 90º ao 120º dia
- Balanços Hídricos do 120º ao 150º dia
- Cenário de Ações Previstas do 60º ao 90º dia
- Processo de Enquadramento do 150º ao 210º dia
- Cenário de Enquadramento do 210º ao 240º dia
- Metas Intermediárias do 240º ao 270º dia
- Custo Aproximado das Ações do 270º ao 300º dia
- Modelos de Cobrança do 270º ao 300º dia
- Potencial de Arrecadação do 300º ao 330º dia
- e C.5 – Usuário Pagador e Monitoramento do 330º ao 360º dia.

## **QUADRO DE PRODUTOS *versus* DESEMBOLSOS**

O cronograma físico financeiro a ser proposto, deverá discriminar todas as atividades a serem desenvolvidas com seus respectivos prazos de duração, compatíveis ao prazo de execução do estudo e numa seqüência que assegure a geração de informações básicas ao desenvolvimento de atividades que delas dependam, a fim de que realmente se efetivem as inter-relações necessárias.

O cronograma de desembolso obedecerá aos repasses previstos no quadro a seguir, relacionados aos produtos previstos nestes Termos de Referência.

<b>PRODUTOS</b>	<b>REPASSES (% do valor do contrato)</b>
PTC - Plano de Trabalho Consolidado	10
RT1 - Atividades Preliminares	10
RT2 – Consolidação das informações existentes	10
REA - Relatório da ETAPA A	10
RT3 – Atividade B1	10
RT4 – Atividades B3 e B4	10
REB – Relatório da Etapa B	20
REC- Relatório da Etapa C	10
RS - Relatório Síntese (incluindo o encarte)	10

### **EQUIPE DE TRABALHO**

A empresa proponente que se candidatar ao certame deverá propor uma equipe técnica de nível superior composta por profissionais que tenham experiência comprovada na área de recursos hídricos.

A equipe deverá estar composta segundo as especialidades listadas abaixo. Deverá ser indicado um coordenador da Equipe com experiência comprovada na função. Fica a critério da Proponente a indicação de outros profissionais para a realização dos trabalhos referentes a cada tarefa.

Assim, a equipe técnica para execução dos trabalhos deverá ser multidisciplinar e composta por, no mínimo, 06 (seis) profissionais legalmente habilitados, conforme detalhado a seguir:

- 01 (uma) Coordenação Geral dos Trabalhos, que deverá ser exercida por profissional com experiência comprovada por atestados, com dez anos ou mais

de trabalho na coordenação de estudos de planejamento ambiental ou de planejamento de recursos hídricos.

- no mínimo 05 (cinco) Especialistas com experiência comprovada por currículo com dois ou mais anos, em uma ou mais das seguintes áreas do conhecimento necessárias ao desenvolvimento deste trabalho:

- Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos;
- Hidrologia com experiência no emprego de modelos computacionais de suporte à decisão, aplicados a recursos hídricos;
- Avaliação do uso e da ocupação do solo;
- Sistemas de Informações Geográficas;
- Engenharia Ambiental e Sanitária;
- Economia;
- Processos Produtivos Industriais e Agrícolas;
- Sociologia;
- Comunicação Social;
- Diagnósticos Antropológicos;
- Mobilização Social;
- Meio Biótico e,
- Hidrogeologia.

**Observação:** *é importante lembrar que no mercado de consultoria existem profissionais capazes de comprovar experiência em mais de uma das áreas do conhecimento listadas acima.*

## **CONDIÇÕES ADICIONAIS PARA EXECUÇÃO DE PROPOSTAS E DOS ESTUDOS**

### **- Âmbito Contratual dos Serviços**

Os serviços serão realizados conforme o contrato resultante da licitação a que se referem os presentes Termos de Referência. Caberá a Contratada inteira responsabilidade pela qualidade dos serviços e pela elaboração dos estudos

solicitados junto ao Contratante, quanto à observância de normas técnicas e códigos profissionais.

**- Normas Técnicas**

Em todos os trabalhos de natureza técnica, compreendidos nos serviços, deverão ser adotadas prioritariamente as normas técnicas do Instituto Nacional de Metrologia.

- INMETRO e, caso estas não existam, deverão ser utilizadas as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT. Onde essas normas forem omissas ou incompletas poderão ser adotadas normas de outras entidades brasileiras ou de origem estrangeira sendo que, em qualquer hipótese, tais normas estarão sujeitas à aceitação pelo Contratante, antes de sua adoção.

**- Fiscalização**

A Fiscalização dos serviços prestados pela Contratada terá livre acesso aos locais de trabalho, sem prévio aviso e a qualquer momento para exercer suas funções e obter informações julgadas necessárias ao acompanhamento dos estudos.

A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá a Contratada da integral responsabilidade pela execução dos serviços.

**- Coordenador dos Trabalhos por parte da Contratada**

A Contratada designará oficialmente um responsável pela coordenação dos trabalhos, com capacidade para responder pelas partes técnica e administrativa do Contrato, bem como para assumir a representação da Contratada sobre qualquer assunto relativo à execução dos serviços.

### - **Reuniões de Acompanhamento**

O IEMA indicará a Comissão de Acompanhamento a quem caberá a responsabilidade pelo acompanhamento, avaliação e aprovação de TODO o trabalho técnico.

Os assuntos, as discussões e as decisões da Comissão junto com a Contratada, serão registrados em ata elaborada pela própria Contratada, entregue no máximo no quinto dia útil após a reunião. A qualquer tempo a Comissão poderá convocar reuniões que julgar necessárias ao bom desempenho dos trabalhos.

A Comissão fará exposições relativas ao desenvolvimento dos trabalhos sempre que solicitada e apresentará propostas de alternativas julgadas pertinentes, acompanhadas dos respectivos requerimentos de orientações e ajustes de conteúdos, procedimentos e diretrizes específicas.

### - **Propriedade dos Serviços**

Todos os produtos dos serviços e seus suportes, inclusive resultados, informações e métodos desenvolvidos no contexto dos serviços, serão propriedades do IEMA, garantidas cópias para os Comitês Santa Maria da Vitória e Jucu e demais membros da Comissão de Acompanhamento, sendo que o uso e a divulgação da totalidade ou parte desses produtos ficam sujeitos à expressa autorização do proprietário.

Aos Comitês fica desde já autorizado o uso da totalidade desses produtos, haja vista congrega os principais atores (usuários e a sociedade da região) das mudanças no cenário atual das bacias hidrográficas.